

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**AS ESTRATÉGIAS DE AÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL NA REGIÃO DE SÃO JOAQUIM NO PERÍODO DE 2003 A 2006**

Leonardo Novaes de Andrade

Florianópolis, agosto de 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**AS ESTRATÉGIAS DE AÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL NA REGIÃO DE SÃO JOAQUIM NO PERÍODO DE 2003 A 2006**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Por: Leonardo Novaes de Andrade.

Orientador: Prof. Armando de Melo Lisboa.

Área de Pesquisa: Gestão Pública.

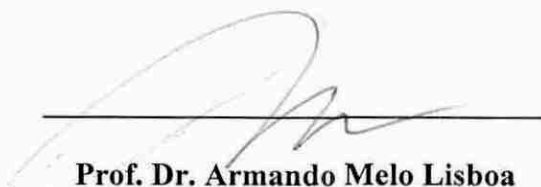
Palavras – Chaves: **1. Descentralização.**
 2. Plano de Desenvolvimento Regional
 3. Estratégias

Florianópolis, agosto de 2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A banca examinadora resolveu atribuir a nota **7,0** ao aluno Leonardo Novaes de Andrade, na Disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca examinadora:



Prof. Dr. Armando Melo Lisboa

Presidente



Prof. Renato Francisco Lebarbenchon

Membro



Prof. Renato Ramos Campos

Membro

SUMÁRIO

- RESUMO.....	vii
- LISTA DE FIGURAS.....	viii
- LISTA DE QUADROS.....	ix
- LISTA DE TABELAS.....	x
- LISTA DE ANEXOS.....	xi

CAPÍTULO I

1. PROBLEMA.....	12
1.1. Introdução.....	12
1.2. Objetivos.....	14
1.2.1. Objetivo Geral.....	14
1.2.2 - Objetivos Específicos.....	15
1.3. Metodologia.....	15
1.4. Marco Teórico.....	17
1.4.1. Desenvolvimento Econômico.....	17
1.4.2. Descentralização da Gestão Pública.....	20
1.4.3. Desenvolvimento Local Sustentável.....	24
1.4.4. Território.....	26
1.4.5. Desenvolvimento Regional.....	27

CAPÍTULO II

2. DESCENTRALIZAÇÃO DO GOVERNO DE SANTA CATARINA E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – PDR.....	30
2.1. A Descentralização do Governo de Santa Catarina.....	30
2.1.1. As Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional.....	35
2.1.2. Conselho do Desenvolvimento Regional	40
2.1.3. Projeto Cícerus: A Reforma Administrativa do Governo do Estado de Santa Catarina.....	41

2.2. O Plano de Desenvolvimento Regional – PDR.....	46
2.2.1. As Oito Fases da Metodologia do Plano.....	47
2.2.1.1. Etapa de Mobilização.....	47
2.2.1.2. Etapa de Análise Participativa.....	48
2.2.1.3. Elaboração do Plano.....	48

CAPÍTULO III

3. AS CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO DE SÃO JOAQUIM

3.1. Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional de São Joaquim.....	53
3.2. O contexto dos Territórios Regionais de São Joaquim.....	53
3.3. Diagnóstico da Região de São Joaquim.....	59
3.4. Capital Social da Região de São Joaquim.....	75
3.4.1. Projeto Pacto de Concertação.....	80

CAPÍTULO IV

4. AS ESTRATÉGIAS DE AÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE SÃO JOAQUIM

4.1 O Plano de Desenvolvimento Regional – Região de São Joaquim.....	82
4.2 Investimentos Realizados na Região de São Joaquim no período de 2003 a 2006.....	96

CAPÍTULO V

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Conclusões.....	100
Recomendações.....	101

BIBLIOGRAFIA.....	102
-------------------	-----

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela força, saúde e persistência em conseguir superar todos os meus obstáculos encontrados nos meus 31 anos de vida, assim como as alegrias e os sucessos alcançados.

Aos meus pais, Carlos Augusto e Leila por terem me trazido ao mundo, pelas inúmeras noites mal dormidas e a dedicação incondicional, de amor, educação, carinho e paciência, que toda criança necessita ter em sua formação.

Aos meus irmãos, Carlos Vinícius, Anna Carla e André por me darem incentivo aos meus objetivos e aspirações e por estarem sempre ao meu lado nas adversidades da vida. Agradeço em especial a minha irmã Anna Carla, pelo suporte técnico, físico e moral na contribuição deste trabalho.

Aos meus queridíssimos Avós, Jaísa e Gumercindo por parte de pai e aos meus Avós, Carmelita e Armindo por parte de mãe, além de toda a minha família carioca.

A minha Esposa Alessandra Zaguini pelo amor, carinho, apoio e companheirismo e, a sua família, pela sua consideração e respeito.

Ao Professor Armando de Melo Lisboa orientação neste trabalho.

Aos meus amigos e amigas, em especial, Alessandra Fontana Rechia pelo apoio nos momentos mais difíceis da minha formação acadêmica.

Dedico inteiramente este trabalho a minha Esposa e ao meu Filho que está para nascer.

RESUMO

Esse trabalho aborda as estratégias utilizadas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento de São Joaquim para implementar o Plano de Desenvolvimento Regional de São Joaquim. Em 2003 foi introduzido o novo modelo de gestão pública no Estado de Santa Catarina, chamada de Descentralização. Através dela, criou-se as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, uma instituição pública voltada para o desenvolvimento regional. Para elaboração deste trabalho, foi construída uma revisão teórica a respeito dos seguintes conceitos: Desenvolvimento Econômico, Descentralização da Gestão Pública, Desenvolvimento Local Sustentável, Território e do Desenvolvimento Regional, relacionando tais conceitos com o Plano de Desenvolvimento Regional.

A pesquisa assumiu um caráter qualitativo, tendo como principais fontes de coletas o Governo Estadual, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de São Joaquim e Plano de Desenvolvimento Regional de São Joaquim, conduzido na forma de um estudo descritivo.

Ao final desta pesquisa, tratou-se de confrontar as informações contidas no Plano de Desenvolvimento Regional de São Joaquim com o Relatório das Ações do Plano, realizadas no período de 2003 a 2006. Posteriormente, na conclusão foi elaborando uma crítica referente ao Plano de Desenvolvimento Regional de São Joaquim, apontando os aspectos positivos e negativos do Plano.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Pilares do Desenvolvimento Local.....	25
Figura 02 - Mapa das Unidades Descentralizadas – SC.....	35
Figura 03 – Estrutura Administrativa das Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional.....	39
Figura 04 - Estrutura das SDR´s - Mesorregionais.....	44
Figura 05 – Estrutura das SDR´s – Microrregionais.....	44
Figura 06 – Fases da Metodologia.....	52
Figura 07 – Mapa da Região de São Joaquim.....	53
Figura 08 – Organizações por área de atividade – Região de São Joaquim.....	77
Figura 09 – Público Beneficiário das Organizações.....	78
Figura 10 – Público Beneficiário – Região de São Joaquim.....	78
Figura 11 – Os Atores do Desenvolvimento Local.....	83
Figura 12 – A Estratégia de Desenvolvimento Local.....	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Vantagens e Desvantagens da Descentralização.....	23
Quadro 02 – Área 1 – Saúde - A Visão Atual das Condições Regionais em Saúde.....	61
Quadro 3 – Área 2 – Educação - Visão Atual das Condições Regionais em Educação..	63
Quadro 4 – Área 3 – Meio Ambiente, Desenvolvimento Social e Urbano - Visão Atual das Condições Regionais em Meio Ambiente, Desenvolvimento Social e Urbano.....	66
Quadro 5 – Área 4 – Infra-Estrutura - Visão Atual das Condições Regionais em Infra-Estrutura.....	69
Quadro 6 – Área 5 – Desenvolvimento Produtivo – Agropecuária - Visão Atual das Condições Regionais em Agropecuária.....	72
Quadro 7 – Área 6 – Segurança Pública.....	74
Quadro 08 - Marco Lógico do Plano de Desenvolvimento - Regional de São Joaquim.	86
Quadro 09 - Marco Lógico – Objetivos Estratégicos.....	86
Quadro 10 - Marco Lógico do Plano de Desenvolvimento Regional.....	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Perfil Sócio-Econômico da Região – Saúde.....	55
Tabela 02 – Perfil Sócio-Econômico da Região – Educação.....	56
Tabela 03 – Perfil Sócio-Econômico da Região - Acesso aos Serviços Básicos.....	56
Tabela 04 – Perfil Sócio-Econômico da Região – Renda.....	57
Tabela 05 – Perfil Sócio-Econômico da Região - IDH Municipal.....	58
Tabela 06 – Perfil Sócio-Econômico da Região - Composição do IDH Municipal.....	59
Tabela 07 – Investimentos Realizados no Município de São Joaquim.....	96
Tabela 08 – Investimentos Realizados no Município de Urubici.....	97
Tabela 09 – Investimentos Realizados no Município de Urupema.....	97
Tabela 10 – Investimentos Realizados no Município de Rio Rufino.....	98
Tabela 11 – Investimentos Realizados no Município de Rio Rufino.....	98
Tabela 12 – Investimentos Realizados no Município de Bom Jardim da Serra.....	99

ANEXOS

Anexo A – Relatório das Ações do Plano de Desenvolvimento Regional de São	
Joaquim.....	105

CAPÍTULO I

O PROBLEMA

1.1. INTRODUÇÃO

Segundo o que rege a Constituição do Estado de Santa Catarina, o Estado tem por deveres fundamentais a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, preservando os princípios da soberania nacional, a autonomia estadual, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

Não obstante, o que se observa é um significativo descompasso com o uso da máquina administrativa do Estado, diante do cumprimento dos princípios que regem a sua Constituição.

Na prática, tanto o Estado como o mercado são freqüentemente dominados pelas mesmas estruturas de poder. Isto sugere uma terceira opção pragmática: a de que o povo poderia guiar tanto o Estado como o mercado, que precisam funcionar de maneira articulada, com o povo recuperando suficiente poder para exercer uma influência mais efetiva sobre ambos. (Relatório sobre Desenvolvimento Humano, 1993).

O que vem ocorrendo nas inúmeras cidades dos Estados Brasileiros são problemas de caráter sistêmicos. Estes problemas submetem as autoridades públicas e a sociedade civil, a questionarem a maneira de como solucionar e lidar com essas questões, por exemplo, o saneamento básico (o esgoto que produz uma casa pulveriza-se para as demais residências morro abaixo), a falta de planejamento e organização no que tange a concentração urbana (resultam ruas onde o volume do fluxo de automóveis é superior a sua real capacidade de tráfego e dificuldades para a circulação da população local). No caso da rede de energia elétrica é fundamental que haja uma estrutura modernizada, capaz de atender a demanda de um conjunto de atividades de uma determinada cidade ou região, e nesse contexto cabe ao Estado promover uma gama de atividades voltada para o crescimento e o desenvolvimento econômico do espaço social.

Analisando sob o ponto de vista da forma com que as pessoas em geral vêm ocupando os espaços em suas cidades, motivos suficientes levam a crer que essa ocupação vem se comportando de forma desorganizada e sem planejamento urbano.

No caso do Estado de Santa Catarina, a falta de aproximação do Governo diante do seu povo e dos seus municípios, é o exemplo prático das antigas formas de governo, modelos de gestão pública que engessam o crescimento e o desenvolvimento do Estado em geral.

Segundo Dowbor (2003), a falta da aproximação do governo público perante a sociedade ao longo do tempo, devido principalmente pela própria forma organizada de ocupação no espaço, fez com que o ser humano modificasse seu modo de vida, suas relações econômicas e sociais, de maneira que exigiu e vem cada vez mais formas de planejamento e investimentos coordenados, com sistemas capilares de serviços prestados a cada domicílio, englobando o Estado como agente econômico fundamental na prestação dos bens e serviços ao espaço ocupado. Como seres humanos de uma sociedade moderna, somos condenados a conviver de maneira organizada, e para isso precisamos de instrumentos de gestão públicos mais modernos, e não simplesmente mais pequenos.

Nesse sentido, o Governo do Estado de Santa Catarina diante da falta de aproximação com a sociedade civil, elaborou o plano de reestruturação governamental, baseado na descentralização pública. Em função disso, procurou-se buscar com a nova reestruturação, a superação do atraso com a utilização da máquina pública, frente às transformações políticas, econômicas, sociais e culturais, tais como, a própria globalização do comércio, as novas técnicas produtivas, as novas relações comerciais, enfim, transformações que, acabaram deixando desgastada e defasada a capacidade de atuação do Estado, prejudicando algumas regiões que sofrem com a falta de amparo governamental e da iniciativa privada, nas áreas como: educação, saúde, saneamento e esgoto, infraestrutura, economia, etc.

Em 2003 implantou-se um novo modelo de gestão pública no Estado de Santa Catarina. De acordo com a Lei Complementar nº. 243, de 30 de Janeiro de 2003 e o que está escrito no Título II do Capítulo I na Seção IV do art. 9º desta lei, estabeleceu que a execução das atividades da administração estadual se dará de maneira descentralizada e desconcentrada, predominantemente através das Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional e por outros órgãos de atuação regional.

No início de 2003 o Governo de Santa Catarina pôde dar seu primeiro passo ao projeto de Descentralização do Estado colocando em prática seu novo modelo de gestão pública, modificando a sua estrutura governamental através da criação de 29 Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR) e posteriormente em 2005 totalizando 30 Secretarias

Regionais pelo Estado, além da criação dos Conselhos de Desenvolvimento Regional e sua constituição.

As Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR's) são agências oficiais do governo que tem como responsabilidade tornar as ações e decisões do Governo mais ágeis e dinâmicas, de maneira que aproxime o Governo das regiões tornando possível a busca de soluções, estando mais próximo dos problemas, demandas e das competências locais.

Além da incumbência das Secretarias de Desenvolvimento Regional, a regionalização do desenvolvimento é outro ponto relevante neste processo de descentralização do Estado. Segundo o modelo de descentralização, pelo fato da sociedade ter um maior conhecimento das suas demandas, é possível traçar um caminho sustentável para o desenvolvimento com a execução dos projetos de curto e longo prazo, escolhidos e priorizados através do planejamento participativo.

Inserido nesse modelo de gestão pública descentralizada, o Governo de Santa Catarina em conjunto com as demais competências ligadas ao Estado, pôde elaborar diversas pesquisas de cunho sócio-econômico e chegar à conclusão que o município de São Joaquim é uma região que sofre com a falta de apoio da iniciativa pública, da iniciativa privada e também por parte da sociedade civil. De fato, esse problema acaba se refletindo na dificuldade do crescimento e do desenvolvimento local, apesar de suas enormes potencialidades como região.

Diante desse contexto, as regiões de São Joaquim e Concórdia foram escolhidas como sendo as regiões plano piloto na execução do modelo de descentralização do Estado de Santa Catarina, com intuito de redirecionar essas regiões e as demais aos novos paradigmas de crescimento e de desenvolvimento regional.

Sendo São Joaquim uma região do meu grande interesse, no qual morei por seis meses, resolvi escolhê-la como campo de pesquisa neste trabalho. Diante do exposto acima, a problemática dessa pesquisa consiste em analisar dentro da gestão descentralizada do Estado de Santa Catarina os aspectos do Plano de Desenvolvimento Regional de São Joaquim compreendido entre o período de 2003 e 2006.

1.2. OBJETIVOS

1.2.1. Objetivo Geral

O objetivo geral da pesquisa será analisar o Plano de Desenvolvimento Regional de São Joaquim dentro do modelo de Descentralização do Estado de Santa Catarina.

1.2.2 - Objetivos Específicos

- Elaborar um Marco Teórico sobre o Desenvolvimento Econômico, a Descentralização da Gestão Pública, o Desenvolvimento Local Sustentável, o Território e o Desenvolvimento Regional.
- Elaborar um estudo sobre o Plano de Desenvolvimento Regional de Santa Catarina, o papel da Descentralização Pública e seus regimentos de acordo com a Lei Complementar nº 243 e a Lei Complementar nº 284 da Constituição Estadual de Santa Catarina.
- Fazer um levantamento dos aspectos físicos, econômicos, sociais e culturais da região de São Joaquim demonstrando suas potencialidades e seus pontos fracos dentro do Plano de Desenvolvimento da Regional de São Joaquim.
- Avaliar a proposta do Plano de Desenvolvimento Regional de São Joaquim inserido no modelo da Gestão Pública Descentralizada no Estado de Santa Catarina entre o período de 2003 e 2006, no governo de Luiz Henrique da Silveira.

1.3. METODOLOGIA

O presente trabalho assume o caráter qualitativo de pesquisa, sendo uns dos principais instrumentos de coleta, a utilização de dados através dos registros documentais referente ao tema.

Segundo Vergara (2003), ao utilizar as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, o pesquisador tem a possibilidade de agregar em seu trabalho, maior discernimento de confiabilidade, credibilidade e de postura dialética, abordando questões relevantes ao tema central.

A natureza desta pesquisa e a maneira na qual será elaborada, é de caráter qualitativo, pois se refere a um estudo de caso na descrição e análise das estratégias do modelo de planejamento da gestão pública Descentralizada do Governo de Santa Catarina. Este será aplicado no município São Joaquim, região plano piloto do programa de descentralização do governo. Portanto, a justificativa deste trabalho ser qualitativo está inteiramente ligada à forma mais adequada de se entender o tema deste trabalho,

proporcionando maior clareza, flexibilidade, criatividade, intuição e sensibilidade no objetivo de análise dos dados.

O campo de estudo no presente trabalho consiste na familiarização com o tema de Gestão Pública do Governo de Santa Catarina, particularmente na implantação do modelo de Descentralização nas regiões do estado.

Como a pesquisa aborda um estudo de caso da região de São Joaquim com base nos dados a serem analisados pelo Plano de Desenvolvimento Regional, o método de estudo será de cunho exploratório. Pois normalmente, estes estudos exigem uma grande familiarização com o fenômeno ou uma nova compreensão do mesmo, na intenção de formular um problema ou de criar novas hipóteses. Em função disso, utilizam-se os estudos formuladores ou exploratórios.

Dentro do Capítulo I, será feito um corpo teórico abordando os conceitos do Desenvolvimento Econômico, do Desenvolvimento Local Sustentável e do Desenvolvimento Regional.

O capítulo II será feito uma abordagem referente ao funcionamento do modelo de gestão pública descentralizada no Estado de Santa Catarina e as mudanças no Plano de Desenvolvimento Regional de Santa Catarina - PDR

Posteriormente, ainda no capítulo II será feito um estudo referente ao Plano de Desenvolvimento Regional - PDR tendo como referência, especialmente, a elaboração teórica que tem sustentado este plano, ou seja, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD/SC, a contribuição de Valério Turnes com o Projeto Meu Lugar e a de Ladislau Dowbor.

No capítulo III, será feito um estudo referente as características da região de São Joaquim abordando aspectos relacionados a Secretaria de Desenvolvimento Regional – SDR, a geografia da região e seus municípios pertencentes, aspectos sócio-econômicos, diagnóstico regional e o capital social da região.

No capítulo IV, será feito um estudo referente do Plano de Desenvolvimento Regional de São Joaquim, sendo que o ambiente natural para coleta dos dados secundários abrangerá a própria capital do Estado de Santa Catarina, por meio das entidades e órgãos pertencentes ao governo em conjunto com a Secretaria Regional de São Joaquim. A coleta será feita por meio legal e com autorização previa dos responsáveis pela informação dos dados.

Por se tratar de uma pesquisa de natureza qualitativa, com uma abordagem descritiva, no capítulo IV o procedimento da pesquisa será da seguinte forma:

- Coleta dos dados secundários nas fontes disponíveis citadas acima;
- Análise dos dados dos itens a serem estudados;

No capítulo V será feito a Conclusão do Trabalho com base nos resultados analisados no capítulo IV, bem como as demais informações contidas no Plano de Desenvolvimento Regional – São Joaquim.

1.4. MARCO TEÓRICO

1.4.1. Desenvolvimento Econômico

O conceito de Desenvolvimento é um assunto de tamanha relevância para a sociedade, podendo ser interpretado sob diversas opiniões pelos pesquisadores que atuam nessa área. Após a II Guerra Mundial, o foco das discussões norteava diversos países que desejavam restabelecer a sua recuperação econômica, resultante dos estragos causados pela guerra. Diante desta nova perspectiva econômica mundial, a idéia de “Desenvolvimento” no campo dos intelectuais, grupos sociais interessados e na política tornou-se o ponto chave para a retomada econômica mundial.

Segundo Denardi (2001), os Estados Unidos durante a Guerra Fria propunham que os países considerados atrasados adotassem um modelo de econômico modernizado. Considerava-se como sociedade atrasada, aquele país que tinha sua economia baseada na agricultura. Ao contrário dos países modernizados economicamente que tinham a sua base produtiva voltada para indústria e com uma grande parte da população residente em áreas urbanas. De fato, com o passar do tempo o conceito de desenvolvimento econômico foi tomando novas dimensões, abrindo novos caminhos e idéias na sua compreensão. De fato, isso só foi possível devido as grandes transformações econômicas, sociais e políticas que vários países tiveram ao longo de sua trajetória de vida. Devido a essas transformações, o conceito de desenvolvimento econômico foi incorporando novas concepções, não se limitando simplesmente numa área, pois se trata de um processo de grande complexidade, fundamental para promover o bem estar de uma nação.

Segundo Bresser Pereira (2006), o desenvolvimento econômico é um processo histórico ligado aos países ou estados-nação que assumiram ao longo da sua trajetória econômica a revolução capitalista, e tem como característica fundamental o aumento

sustentado da produtividade ou da renda per capita, inerente à capacidade de acumulação de capital e a incorporação tecnológica. Uma vez posto em prática, o desenvolvimento econômico tende de certa forma a se auto-sustentar ou se realimentar, através do próprio sistema capitalista incentivado que pelos mecanismos no qual o mercado oferece a esses países, de forma a manter o aumento do capital e do conhecimento tecnológico. Não obstante, não está correto afirmar que as taxas de desenvolvimento serão iguais para todas as nações. Isto, porque depende da capacidade de cada país em utilizar seus respectivos estados de forma eficiente ou não em conjunto com a sua principal instituição econômica, o mercado, para promover o desenvolvimento econômico.

O Desenvolvimento na atualidade é um processo que se revela sob diversas formas, na qual reflete a conexão social, econômica, política, cultural e ambiental. A essência da vida humana depende da própria relação entre pessoas e da interação destas com a natureza. Na sociedade capitalista ocidental, essas relações são extremamente complexas, alocadas espacialmente em cidades e campos, e estratificadas em classes sociais. Não obstante, o que prevalece na vida em prática, não depende dos ordenamentos e estratificações da sociedade, e sim da constante busca de novas formas de organização para que haja um salto qualitativo e quantitativo na vida das pessoas e solucione os problemas que engessam ou limitam o seu dia-dia.

Dentre os diversos conceitos de Desenvolvimento, pode-se destacar o seguinte:

Ao desenvolvimento está associada a idéia de observação de uma determinada situação inicial, a partir da qual, depois de uma reflexão, se implemente um processo de crescimento indissociável da sua transformação e mudança, para um estado qualitativamente, e não só quantitativamente melhor (DINIZ, 2002, p.01).

Não é menos comum, que certos autores em se tratando dos conceitos de Desenvolvimento, têm o costume de focar suas concepções e visões de mundo. Porém, o que é mais importante no conceito, é que a sociedade sempre aparece como sujeito, ou melhor, como ator principal de desenvolvimento, o que nos leva a crer que o desenvolvimento tem sua origem no homem, sendo ele grande responsável pelas suas ações, visando o crescimento e o desenvolvimento econômico de uma nação.

A ciência social e política comprovam que todo processo social é carregado de valores sociais, culturais e políticos, na maioria das vezes invisíveis para a população. São estes valores que formam os pilares de sustentação de um processo social ao longo do tempo, como os princípios ético, moral e políticos, que norteiam o processo de decisão e as estratégias de qualquer modelo de desenvolvimento.

Um exemplo claro desse processo, pode ser visto quando estes princípios definem se uma determinada proposta de desenvolvimento irá atingir prioritariamente a demanda de todo e qualquer cidadão, ou apenas os interesses políticos e econômicos de algum grupo social. E ainda sim, mostram a estratégia e a maneira como será executado, de forma a não colocar em risco, os grandes resultados de desenvolvimento e a não comprometer o sucesso no qual deseja atingir.

De fato, uma proposta de desenvolvimento é caracterizada pelas transformações sociais decorrente de um processo social intencional e consciente, estando intrínseco os valores e princípios norteadores que devem servir de base para o seu funcionamento e sucesso. Isto posto, quando bem executado e aplicado uma proposta de desenvolvimento, os valores e princípios permitem promover transformações sociais, sustentando estes benéficos.

Segundo Bresser Pereira (2006), para que uma nação possa estabelecer taxas maiores ou menores de aceleração do desenvolvimento, é necessário o estabelecimento de um plano nacional de desenvolvimento e nele, estão inseridos dois fatores cruciais para a determinação do desenvolvimento econômico, que são a taxa de acumulação de capital em relação com ao produto nacional, e a capacidade de progresso técnico à produção.

Na medida em que uma sociedade nacional revela suficiente coesão quando se trata de competir internacionalmente, ela aproveitará melhor os recursos e as instituições de que dispõe para crescer. O crescimento da produtividade de um país depende diretamente, da acumulação de capital e da incorporação de progresso técnico à produção. Investimento e progresso técnico, por sua vez, dependem, em geral, da qualidade das instituições formais (políticas, leis) e informais (práticas sociais ou usos e costumes) que cada sociedade nacional estiver adotando (BRESSER, 2006, p.02).

Os atores condutores do processo de desenvolvimento são os estados-nação e seus governos, juntos eles irão garantir a propriedade e os contratos a proteção da indústria nacional, bem como os mais diversos sistemas de estímulos ao investimento produtivo, através da definição das instituições necessárias ao desenvolvimento. De fato, o principal responsável pelo estímulo à incorporação de conhecimento científico e tecnológico é o empresário, é ele em conjunto com sua empresa e seus fatores de produção que irão fazer diferença na capacidade inovadora produtiva obtendo vantagens monopólicas de mercado, obtendo maiores lucros e possibilitando um maior crescimento econômico ao país, devido principalmente ao progresso científico e tecnológico.

Portanto, para colocar em funcionamento um verdadeiro processo de desenvolvimento, é imprescindível haver investimentos consideráveis no campo do

conhecimento científico e tecnológico, no intuito de substituir as antigas rotinas produtivas pelas inovações generalizadas. De fato, isso induz a um auto-conhecimento, pois a implementação de ações pressupõe a motivação dos participantes, principalmente pelo fato de que é a comunidade que deve alavancar este processo de mudança.

1.4.2. Descentralização da Gestão Pública

O conceito de Descentralização da Gestão Pública¹ surge como um novo instrumento de gestão governamental, ou seja, um novo modelo de governo norteado para a qualidade de vida de sua população, dentro dum contexto marcado pela globalização, integração e interdependência. Um processo de transformação intenso e continuo das forças produtivas, dado através da inovação tecnológica e do conhecimento, induzindo diversos países a um novo paradigma nas relações econômicas, políticas, sociais e principalmente culturais.

De acordo com Dowbor² (2003), nós seres humanos convivemos numa sociedade complexa, movida pelas transformações, seja no âmbito econômico, político ou social. Nós seres humanos somos vítimas e ao mesmo tempo co-autores de uma sociedade marcada pela modernidade e nela somos obrigados a conviver de maneira organizada e civilizada, para tanto precisamos de instrumentos de gestão publicas mais eficientes e eqüitativas, capaz de adequar às transformações.

O próprio esgotamento do governo impede a construção da capacidade governamental, ou seja, enfraquece a capacidade democrática de governo, fazendo surgir às polarizações entre ricos e pobres. Não obstante, a contar de um determinado grau de concentração de renda, a mesma já não satisfaz apenas um problema de justiça social, e certamente satisfaz um fator de desequilíbrio de poder político, tanto para os pobres, quanto pra os ricos.

Por um lado, a vertiginosa aceleração das transformações tecnológicas faz com que enfrentemos o problema de governar a mudança, e não uma situação relativamente estável. A mudança gera situações diversificadas e mais complexas nas suas articulações, que faz com que as tradicionais respostas rígidas e globais

¹ Nesse caso, a gestão pública abrange a esfera de governo federal, estadual e municipal.

² Ladislau Dowbor nasceu na França em 1941. Naturalizou-se brasileiro, formou-se em Economia Política pela Universidade de Lausanne. Mestre e doutor em Ciências Econômicas pela Escola Central de Planejamento e Estatísticas da Polônia, atualmente leciona economia na PUC/SP e no mestrado da Universidade Metodista de São Paulo e é um dos principais coordenadores e conselheiros do modelo de descentralização implantado no Estado de Santa Catarina.

se vejam ultrapassadas. Precisamos de sistemas descentralizados, flexíveis, transparentes e democráticos, enquanto a nossa cultura político-administrativa ainda está centrada no enfrentamento de situações estáveis através das leis relativamente permanentes e da filosofia do "*cumpra-se*". (DOWBOR, 2003, p.14).

O esgotamento dos modelos tradicionais e centralizadores de governo fizeram com que acendesse a luz vermelha da gestão administrativa do governo. Em função disso, procurou-se elaborar alternativas mais eficientes, democráticas e participativas capazes de aproximar o governo da população e das suas regiões. De fato, a reestruturação da gestão administrativa pública tem afinidade na própria demanda da sociedade, e esta, vem atuando cada vez mais forte ativamente e de forma participativa no interesse do bem estar social.

Toda a atuação administrativa do Estado pode assumir o caráter centralizado ou descentralizado e concentrado ou desconcentrado, de acordo com as suas organizações e as técnicas adotadas pelas diferentes administrações.

O Estado pode realizar suas funções administrativas, através de órgãos, agentes e pessoas jurídicas, cujo aspecto organizacional pode ocorrer sob duas formas, centralizado ou descentralizado.

Acontece a Centralização administrativa quando o Estado executa suas tarefas por intermédio dos órgãos e agentes que compõe a Administração Direta, ou seja, não existe a participação de outras pessoas jurídicas na prestação do serviço centralizado.

A Descentralização administrativa ocorre quando o Estado (União, Distrito Federal, Estados ou Municípios) desempenham algumas de suas funções por meio de outras pessoas jurídicas. A Descentralização pressupõe duas pessoas de caráter jurídico, o Estado e a entidade que executará o serviço, em função de ter recebido do Estado essa atribuição.

A Desconcentração é pura técnica administrativa, sendo utilizada, tanto na administração direta, quanto na indireta e acontece, quando a entidade da Administração, encarregada de executar um ou mais serviços, distribui competências, no âmbito de sua própria estrutura, a fim de tornar mais ágil e eficiente a prestação dos serviços.

A Desconcentração pressupõe, obrigatoriamente, a existência de uma só pessoa jurídica.

A Concentração de um serviço ocorreria em uma pessoa jurídica que não apresentasse divisões em sua estrutura interna, ou seja, quando determinada pessoa jurídica extingue órgãos ou unidades integrantes de sua estrutura, absorvendo nos órgãos ou unidades restantes, os serviços que eram de competência dos que foram extintos.

Em função disso, fazem parte três pontos fundamentais para essa reestruturação, a implantação da gestão pública descentralizada, o desenvolvimento local sustentável e a consolidação da democracia participativa.

Com a descentralização, as decisões são pulverizadas nos níveis mais baixos da organização. [...] O princípio que rege a descentralização é assim definido: a autoridade para tomar ou iniciar a ação deve ser delegada tão próxima da cena quanto possível: o grau da descentralização é tanto maior quanto maior for o número de decisões tomadas nas escalas mais baixas da hierarquia administrativa; mais importantes forem as decisões tomadas nos níveis mais baixos da hierarquia administrativa; quanto maior for o valor das despesas que um gerente pode aprovar sem consultar os seus superiores, maior será o seu grau de descentralização, e, menor for a supervisão sobre a decisão tomada. Ocorre a descentralização quando nenhuma supervisão ou controle direto é feito ao tomar-se uma decisão. A Descentralização significa relativa autonomia e independência para tomar decisões. (CHIAVENATO, 1999, p. 352).

De acordo com Chiavenato (1999), fazem parte quatro elementos que influenciam o aumento a descentralização:

- **Complexidade dos problemas organizacionais:** o avanço tecnológico, as inovações, a intensificação das comunicações, a diversificação das linhas de produto e os mercados em desenvolvimento requerem versatilidade, rapidez e precisões nas decisões, o que é impossível obter se toda autoridade for concentrada de um só executivo no topo da organização. É a típica situação, que uma pessoa só pensa, enquanto que as demais pessoas trabalham dependendo das suas decisões. A descentralização propicia a utilização de toda a inteligência e músculos da organização;

- **Delegação de autoridade:** a organização é um organismo que deve estar apto para se ajustar e expandir-se continuamente visando a sua sobrevivência e seu crescimento. O crescimento é um sinal de vitalidade e garantia de sobrevivência da organização e para não atrofiar essa vitalidade, através da sobrecarga de trabalho e estagnação, a iniciativa ou disposição da delegação de autoridade surge como instrumento de gestão correto para o esforço total das suas atividades;

- **Mudança e incerteza:** Mudança e inovação são variáveis ligadas diretamente a descentralização. Portanto, quanto maior for a necessidade de mudança e inovação, maior será a necessidade de descentralização;

▪ **Em tempos de estabilidade:** A descentralização em tempos de crescimento, certeza e estabilidade operam na sua maior excelência. Não obstante, nas situações de crises, incertezas e de riscos a autoridade tem o hábito de ser centralizada no topo enquanto dura a instabilidade. Neste caso, a descentralização somente entrará em cena quando não houver mais perigo.

Quadro 01 - Vantagens e Desvantagens da Descentralização

Vantagens da Descentralização	Desvantagens da Descentralização
As decisões são tomadas mais rapidamente pelos próprios executores da ação.	Pode ocorrer falta de informação e coordenação entre os departamentos envolvidos.
Tomadores de decisão são os que têm mais informação sobre a situação.	Maior custo pela exigência de melhor seleção e treinamento dos administradores médios.
Maior participação no processo decisório, faz com que promova a motivação e a moral elevada entre os administradores médios.	Riscos de subobjetivação: os administradores podem defender mais objetos departamentais do que os empresários.
Proporciona excelente treinamento para os administradores médios.	As políticas e os procedimentos podem variar enormemente nos diversos departamentos.

Fonte: Chiavenato, 1999, p. 356.

Com a descentralização as regiões se tornam mais poderosas e eficientes deixando também, mais próximo a máquina administrativa dos usuários e cidadãos. Descentralizar significa mudar, transformar a atual estrutura de poder inerente nas políticas partidárias, estagnada na burocracia estatal e distanciada do cidadão.

Através do processo de descentralização proporciona-se um espaço político extremamente favorável a valorização do poder local, permitindo o envolvimento dos agentes políticos e dos atores da sociedade civil organizada. Portanto, descentralizar é uma forma de fazer política “de um novo jeito”, democratizar o processo de decisão e reconectar as ações de planejamento com a execução das políticas governamentais, em função das demandas da sociedade.

1.4.3. Desenvolvimento Local Sustentável

O conceito de Desenvolvimento Local Sustentável surgiu na década de 70, mas precisamente após a II Guerra Mundial e teve como característica fundamental avaliar os impactos destrutivos ao meio ambiente e também avaliar a qualidade de vida das diversas populações atingidas durante e depois da guerra. Pode ser interpretado ou compreendido por um processo cujo objetivo consiste na transformação da realidade local para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar social da população local, permitindo a conservação do meio ambiente para as futuras gerações, garantindo a sua sustentabilidade através da participação ativa, democrática e organizada da população local e das instituições. Um caso interessante de Desenvolvimento Local Sustentável é o da bacia do Sangone, em especial a Torrente de Sangone³, uma região de preservação natural cujo local é cercado de afluentes hídricos e de paisagens naturais no qual boa parte da população local depende economicamente da atividade turística para a sua sobrevivência. No entanto, nessa região se localizam-se grandes centros urbanos e diversas atividades industriais, cuja maior preocupação da comunidade local é o impacto destrutivo que as indústrias locais e o crescimento urbano desorganizado podem causar ao meio ambiente. Nos termos normativos europeus de preservação ambiental, em conjunto com as intuições locais e a comunidade local, pôde-se elaborar inúmeras ações tanto no âmbito operacional como no uso da legislação ambiental visando aos responsáveis legais gerirem de maneira sustentável os recursos hídricos do território.

Conforme Turnes (2004), o Desenvolvimento Local Sustentável é um processo endógeno e ao mesmo tempo exógeno de desenvolvimento, cujo intuito consiste na articulação e integração de todas as dimensões sociais estabelecendo a equidade social entre as gerações atuais e também na solidariedade com as gerações futuras. O desenvolvimento local sustentável pode ser estruturado sob quatro importantes pilares articulados, juntos eles irão definir as condições básicas para a mudança econômica e social do local, assim como numa eficaz transformação dessa realidade. São personagens desse processo: a melhoria dos recursos humanos, a organização da sociedade, a gestão social e o empreendedorismo, todos esses elementos citados acima gerido pelo controle e regulação ambiental.

³ Torrente de Sangone é um afluente esquerdo do Rio Po, que nasce da Rocce dei Mortari (Punta dell'Ilia), sobre o divisor e águas com o Valle del Chistone, e conflui no Po, localizado ao sul da cidade de Turim.

- A **melhoria dos recursos humanos** vai atuar diretamente no desenvolvimento local sustentável do território oferecendo a sustentabilidade em todo processo;

- A **organização social** vai atuar na geração do capital social, bem como no fortalecimento da sociedade através das diretrizes e ações de cunho social e econômico, e ainda na criação dos espaços sociais em conjunto com as organizações públicas e privadas de maneira que possibilite a transformação do local atuando de forma equitativa e eficiente;

- A **gestão social** vai atuar como representante da sociedade no processo de desenvolvimento local sustentável, gerindo seus próprios recursos através de uma gestão desconcentrada e descentralizada, com a parceria coletiva dos atores do desenvolvimento, atuando com responsabilidade na formulação, implantação e gerenciamento dos projetos locais;

- O **empreendedorismo** exerce um forte poder de resgate e incentivo aos valores econômicos e sociais da comunidade local, ele estimula a capacidade criativa, a competência coletiva e individual do cidadão. Ainda assim, estimular a capacidade de agir através da vocação da população local, pode proporcionar maior valor agregado nas atividades econômicas ali presentes, considerando o uso de tecnologias adequadas à realidade, bem como a preservação do meio ambiente e a valorização da cultura regional.

Figura 01 – Pilares do Desenvolvimento Local



Fonte : TURNES et. al., 2004, p.11.

O desenvolvimento local sustentável pode ser executado em diversos territórios, dentre eles: os municípios, microrregiões, micro-bacias, reservas naturais etc.

1.4.4. Território

Segundo Wikipedia⁴ (2007), o conceito de território pode ser definido, por uma área delimitada, cuja posse pode ser de um animal, de uma pessoa (ou um grupo de pessoas), de uma organização ou de uma instituição. Dependendo o contexto a ser analisado, o conceito de território, pode ser classificado sob três formas: na política, na biologia e na psicologia.

- a) Na **política** como se refere como Estado – Nação ou a superfície terrestre de um Estado seja ele soberano ou não;
- b) Na **biologia** área de habitat de uma espécie animal;
- c) Na **psicologia**, por exemplo, ações de animais ou indivíduos para a defesa de um espaço.

No entanto, a interpretação do conceito “territorial” é relativa, podendo haver diversas maneiras de ser interpretada, mas em geral ela traz a idéia de posse, explicitando melhor, da apropriação de uma parcela geográfica através de um indivíduo ou uma comunidade qualquer.

Para Saquet (2003), a desapropriação e o domínio de um espaço são fatores determinantes num processo que no conceito literal da palavra, permite caracteriza-la como Território. Pode-se ainda dizer, que o Território também é fruto de um processo nas relações de forças do poder econômico, político e cultural, com sua historia e vida, com seus atores e sujeitos, com suas potencialidades e seus problemas.

O Território não se cria sozinho, ou seja, não se origina de maneira isolada. Ele decorre das relações e articulações estruturais e conjunturais onde certos indivíduos ou grupo sociais estão inseridos numa determinada época. Portanto, o tempo e o modo de produção vigente são fatores determinantes para a sua criação formando um grande elo no processo de formação do território, no qual, é chamado de territorialização.

⁴ Wikipedia, acessado em 23 de abril de 2007.

O território é o espaço de poder local/regional de um estado ou sociedade politicamente organizada. Os territórios são definidos e reconhecidos pela sua cultura e pelas identidades social, étnica e ocupacional, compartilhadas pelos atores locais e por uma rede entrelaçada de relações políticas, econômicas e culturais. Nesse paradigma do conceito territorial, subentende-se que os municípios que compõem a Secretaria Regional de Estado do Desenvolvimento Regional de São Joaquim fazem parte do território em estudo.

1.4.5. Desenvolvimento Regional

Segundo Pires e Souza (2004), o Desenvolvimento Regional⁵ tem como objetivo fomentar a transformação da realidade, por meio da participação ativa, organizada e democrática da sociedade, para a melhoria da qualidade de vida e bem estar social da população numa dada região/território, além de promover a preservação do meio ambiente. É caracterizado por um processo articulado, na intenção de adequar o desenvolvimento econômico com o social, propiciando a solidariedade e a sustentabilidade para as atuais e futuras gerações.

A idéia entre os pesquisadores e a sociedade em geral, de que as antigas estratégias de planejamento e políticas regionais adotadas no Brasil vêm perdendo eficiência e credibilidade nos últimos anos é um fato e que prevalece até hoje, com resultados desastrosos para o Brasil. Não obstante, é necessário revisa-las para que o país possa retomar o caminho do crescimento e do desenvolvimento econômico. Muitas dessas antigas estratégias, não respondem mais aos novos padrões econômicos numa estrutura econômica globalizada baseada em novos conhecimentos e tecnologias, além da sua ineficiência diante das responsabilidades do setor público⁶ deixando marginalizada uma enorme parcela da sociedade brasileira, que depende diretamente do amparo governamental.

⁵ Em alguns países da América Latina o modelo entendido por desenvolvimento local é denominado de desenvolvimento regional. Já na Espanha e na Itália, onde a questão era menos descentralização político-administrativa e mais recuperação econômica, o processo desdobrou-se em abordagens que ressaltam o desenvolvimento institucional e empresarial (TURNES et. al., 2004, p.29).

⁶ Para melhor elucidar a questão do novo paradigma de Desenvolvimento Regional o relatório do IPEA (Novas Formas de Atuação no Desenvolvimento Regional) cita que: "A industrialização substitutiva de importações constitui um ideário rico para a construção de políticas públicas de desenvolvimento ao longo de várias décadas, mas não mais subsiste como referência para as novas estratégias estabelecidas após a década de 80. Abertura comercial, competitividade e outros valores hegemônicos neste momento contrastam com políticas outrora largamente utilizadas de proteção à indústria nascente, de concessão de subsídios e incentivos fiscais, etc. No entanto, ao contrário do que vem ocorrendo em outros países, o Brasil tem demonstrado visível retardo na busca e experimentação de novos caminhos".

Existem dois fatores que acabam interferindo de forma prejudicial nas políticas regionais de desenvolvimento no Brasil e que precisam ser revisadas e modificadas. Primeiro fator refere-se na necessidade de romper com as tradicionais estratégias na formulação de políticas regionais centradas nas grandes regiões – Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul – é preciso modificar essas antigas estratégias de políticas de desenvolvimento regional por novos paradigmas estratégicos, ou seja, por iniciativas de âmbito local ou da sub-região, através duma análise e dum diagnóstico mais preciso de suas potencialidades e ineficiências. O segundo fator é a ínfima participação dos representantes da sociedade civil nos órgãos encarregados de políticas regionais de desenvolvimento, bem como nos conselhos consultivos e deliberativos, e quando ocorrem, há mínima influencia nas formulações de diretrizes e das estratégias de desenvolvimento regional. Isto porque, na maioria das vezes a parcela que representa a sociedade civil é minoritária, se comparado com o numero de membros indicados por órgãos oficiais e a sua eficácia é mínima. Pois em geral, as ações desenvolvidas pelos órgãos competentes abrangem uma área territorial considerável no país e isso diminui a capacidade de participação e articulação dos atores envolvidos no processo de desenvolvimento regional, como o resultado da perda da eficiência no momento da formulação e execução das diretrizes e dos planos quando decididos. Por tanto, a atuação forte e direta dos representantes da sociedade civil é extremamente relevante nesses conselhos podendo contribuir para que haja um melhor entendimento da real situação da região, das demandas locais em conjunto com a comunidade regional.

Diante deste contexto, pelo qual o Estado de Santa Catarina se insere, procurou-se implementar em Santa Catarina o Projeto Meu Lugar⁷, um projeto que tem como base de pesquisa a análise dos conceitos contemporâneos de desenvolvimento e de planejamento, estruturado em diretrizes, prioridades e metodologias, a partir das especificidades do Estado e das referencias metodológicas desenvolvidas nos trabalhos do PNUD⁸ no Brasil e em outros países.

Segundo Turnês (2004), é cada vez maior a introdução e utilização de metodologias de planejamento do desenvolvimento regional, como sendo um instrumento essencial no alcance da transformação sustentável em determinadas regiões, que são prejudicadas

⁷ O Projeto Meu Lugar é um projeto de desenvolvimento elaborado com base nos conceitos de desenvolvimento do PNUD. Ele será objeto de análise mais pormenorizado em seguida.

⁸ A sigla PNUD significa Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, um órgão internacional que serve de apoio até hoje para o funcionamento do Projeto Meu lugar e o Desenvolvimento Regional em Santa Catarina.

socialmente e economicamente. A destruição dessas regiões decorre normalmente da perda do poder político de suas instituições e também pela fragilidade econômica gerando no curto e médio prazo, consequências desastrosas, como: o aumento da pobreza, o surgimento de problemas ambientais e a falta de perspectiva de futuro para as pessoas que nelas habitam.

Estas metodologias têm como premissa básica a busca do envolvimento e da participação dos atores sociais locais na construção de propostas que anulem as barreiras ao processo de transformação social e econômico possibilitando o desenvolvimento regional. Neste contexto, as participações dos atores sociais locais exercem relevante importância no processo e é o princípio ativo da reação social e econômica, sem a participação desses atores locais seria praticamente impossível almejar o desenvolvimento regional.

CAPÍTULO II

DESCENTRALIZAÇÃO DO GOVERNO DE SANTA CATARINA E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – PDR

2.1. A Descentralização do Governo de Santa Catarina

O Governador do Estado de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, por artifício da Lei Complementar nº 243, de 30 de janeiro de 2003, instituiu a Descentralização da Gestão Administrativa Pública Estadual, na responsabilidade do desafio desta ação política, a aproximação do governo do cidadão; a participação das lideranças locais na definição das prioridades e na execução das políticas governamentais; e a co-responsabilidade de governar o Estado de Santa Catarina, em parceria com toda a sociedade.

Uma sociedade democrática não consegue conviver com organizações baseadas em princípios autoritários, que negam e se fecham à participação da coletividade. Para manter as relações desiguais, os regimes políticos, embora nominalmente democráticos, recorrem a práticas paternalistas e clientelistas, nas quais está embutido em autoritarismo de raízes históricas que se constitui em obstáculo principal às transformações em direção a uma sociedade sustentável, isto é, democrática. (TURNES et. al., 2004, p. 174).

De fato, o modelo de gestão política descentralizada, articulada com o desenvolvimento regional foi uma estratégia bastante ousada e com uma profunda dose de transformação nos atuais modelos de gestão governamental e de desenvolvimentos adotados no Brasil.

Para colocar em funcionamento este processo de Descentralização do Governo, dividiu-se o Estado em 29 microrregiões⁹, contendo cada uma delas uma Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional (SDR's), apoiada pelo Conselho de Desenvolvimento Regional, órgão que tem responsabilidade, a consulta e deliberação das prioridades regionais.

No que se trata da atual estrutura administrativa, a mesma assenta-se no trinômio que é a descentralização (do governo), a regionalização (do desenvolvimento) e a

⁹ Atualmente com a nova reforma do Estado em 2007, o Estado de Santa Catarina passou a contar com 36 Unidades Descentralizadas (UD's), respectivamente com 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR's).

municipalização (das ações), todas elas com finalidade principal de promover o desenvolvimento regional integrado, equilibrado e sustentável.

No entanto, o que na teoria parece acontecer nessas regiões descentralizadas, de acordo com o que foi dito acima, na prática essas decisões e ações são vítimas de falhas, decorrente principalmente das divergências políticas, onde muitas vezes acabam deturpando o interesse público, e também pela falta de aproximação e da interatividade da população nas diretrizes e ações a serem tomadas. De fato, essas falhas operacionais acabam prejudicando o andamento do plano e a população dessas regiões.

A sustentação desta política será alcançada em função dos seguintes fatores: rigidez e determinação do governo em promover a descentralização e o desenvolvimento regional; modernização tecnológica e novas formas de comunicação e desenvolvimento de redes locais; e, capacidade das lideranças políticas, da sociedade civil, das universidades e das organizações sociais de exercitarem efetivamente sua cidadania e sua responsabilidade social.

A nova estrutura organizacional básica da Administração Direta e Indireta do Estado ficou dividida em:

- I. Gabinete do Governador do Estado;
- II. Secretaria de Estado da Fazenda;
- III. Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão;
- IV. Secretaria de Estado Centrais:
 - a) Secretaria de Estado da Administração;
 - b) Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão;
 - c) Secretaria de Estado da Agricultura e Política Rural;
 - d) Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente;
 - e) Secretaria do Estado da Educação e Inovação;
 - f) Secretaria de Estado da Infra-estrutura;
 - g) Secretaria de Estado da Organização do Lazer;
 - h) Secretaria de Estado da Saúde; e
- V. 29 (vinte e nove) Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional.

Da Administração Indireta:

- I. As autarquias;
- II. As fundações Públicas; e
- III. As empresas públicas e as sociedades de economia mista, suas subsidiárias ou controladas, pelas leis que autorizem sua constituição e pelos respectivos estatutos ou contratos sociais.

Através desta proposta de democracia participativa, o Estado de Santa Catarina tem a oportunidade de apresentar-se como referência nacional e internacional em termos de gestão governamental pública. Não obstante, para que se atinja o sucesso da proposta, será primordial a dedicação dos atores de desenvolvimento, todos, a começar pelas prefeituras e câmaras de vereadores, associações de municípios e demais associações de classe (indústria, serviços e comércio), as universidades, as comunidades, a sociedade civil organizada com seus movimentos sociais representativos, visando o interesse comum, o Desenvolvimento Regional.

O obstáculo a ser superado pela proposta está na difícil tarefa de disseminar e mobilizar em todo o território catarinense, os atores sociais e agentes políticos em prol do desenvolvimento econômico e social, da qualidade de vida, das obras e serviços, nas diversas áreas de demandas públicas, como: habitação, infra-estrutura, saneamento, meio ambiente, geração de emprego e renda, saúde, educação, infância e juventude, idosos e portadores de necessidades e direitos especiais, entre outros.

A idéia da proposta de gestão política democrática e reestruturação administrativa têm como objetivo introduzir a descentralização do poder e mobilizar todos os setores da sociedade para um modelo de gestão ética, transparente e participativa, através, de um forte envolvimento das comunidades de cada microrregião, e também pela regionalização do orçamento e planejamento, fiscalização e execução das ações do governo e das parcerias regionais.

Diante do exposto acima, é conclusivo que, o processo de descentralização governamental, desenvolvimento regional e a participação cidadã, devem ser compreendidos como processos que envolvem a mobilização constante das inteligências e forças sociais abrangendo todo o Estado de Santa Catarina, no intuito de promover o desenvolvimento econômico e social das regiões. Se esse esforço for alcançado, este processo poderá refletir nos seguintes ganhos para a sociedade:

- a) Aumenta a participação da sociedade no processo do desenvolvimento local e regional;
- b) Desconcentra o poder político de decisão;
- c) Possibilita melhor distribuição dos recursos nas diversas regiões;
- d) Fortalece e cria perspectiva nos pequenos municípios e nos seus cidadãos;
- e) Facilita a resolução dos problemas e das dificuldades;
- f) Fortalece as lideranças e os projetos desenvolvidos regionalmente;
- g) Diminui os custos administrativos do Estado;
- h) Possibilita que as Secretarias prestigiem as empresas e a produção local no momento de adquirir bens de consumo e serviços;
- i) Potencializa o poder de fiscalização da sociedade;
- j) Facilita o acesso da comunidade ao poder público;
- k) Aproxima o Estado da sociedade, permitindo compreender e atender os anseios das mais diferentes áreas, e,
- l) Desenvolve a possibilidade de trabalhar as peculiaridades existentes em cada região.

No que tange os termos da Lei Complementar nº 243, de 30 de janeiro de 2003, conforme a Seção IV, do artigo 9º, que trata da Descentralização e da Desconcentração, a execução das atividades da administração estadual assumiu de forma descentralizada e desconcentrada e deu-se preponderantemente através das Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional e por outros órgãos de atuação regional.

Diante do exposto acima, a descentralização e a desconcentração foi efetivada em quatro planos principais:

- I. Das Secretarias de Estado Centrais para as Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional;
- II. Nos quadros da administração direta, do nível de direção para o nível de execução gerencial;
- III. Da administração direta para administração indireta; e
- IV. Da administração do Estado para:

a) O Município ou comunidade organizada, por intermédio de convenio ou acordo; e

b) A iniciativa privada, mediante contrato para execução de obras ou serviços e pela concessão mediante contrato que vise a construção e exploração de bens ou de atividade econômica, por prazo determinado¹⁰.

A respeito das Parcerias público-privadas (PPP's), referente ao tópico "b" citado acima, houve uma forte discussão na Assembleia Legislativa de Santa Catarina quanto a sua aprovação. De acordo com o líder da bancada do PSDB, Jorginho Mello, ele diz que o projeto passou rápido porque não foi esmiuçado. Segundo a Lei 12.930, em sua opinião, o projeto requer ajustes, melhoramentos na sua execução, apesar de ter sido aprovada inclusive pelo PSDB e pela maioria na Assembleia Legislativa. Segundo Jorginho Mello:

Há preocupação com o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. Construir estradas em parceria é simples. Portos também. Mas se a iniciativa privada faz uma escola, o Estado vai ter de arrumar receita para pagar o investidor (Jorginho Mello, 2004, p. 04)

Cabe aqui a minha crítica quanto a PPP's, concordando com o líder da bancada Jorginho Mello, acredito que falta melhoramentos quanto sua execução, principalmente no que diz respeito aos recursos a serem executados pelo projeto e também maiores esclarecimento a população de Santa Catarina, uma vez que pouco se tem falado a respeito do projeto das PPP's.

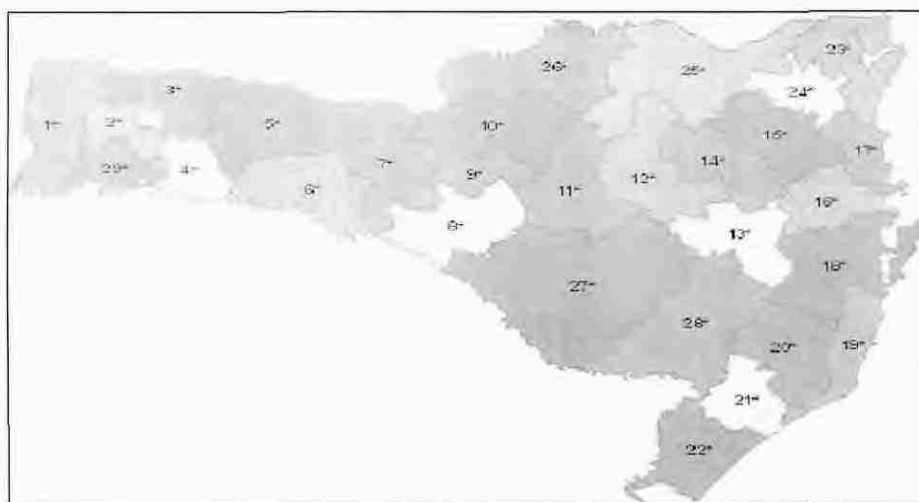
Além disso, coube ao Chefe do Poder Executivo estabelecer normas que determinassem à descentralização e a desconcentração da administração estadual, considerando-se sempre a natureza do serviço e o caráter da atividade. Ainda assim, a execução de ações, programas e projetos das Secretarias Centrais pelas Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional vem sendo realizada de forma ordenada e gradativa, nos termos do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual.

¹⁰ Parcerias público-privadas (PPP'S), aprovada pela Lei nº 12.930, de 04 de fevereiro, de 2004, que institui o marco regulatório dos programas de parcerias público-privada no âmbito do Estado de Santa Catarina.

2.1.1. As Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional

Com a implementação do modelo de gestão descentralizada, foram criadas 29 Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional, instaladas nas cidades pólo abaixo discriminadas por ordem numérica de Unidades Descentralizadas (UD's) com atuação nas unidades territoriais designadas:

Figura 02 - Mapa das Unidades Descentralizadas – SC



Fonte: www.sc.gov.br, acessado em 05 de junho de 2007.

1º. São Miguel d'Oeste, com abrangência nos seguintes municípios: Itapiranga, São João do Oeste, Iporã do Oeste, Tunápolis, Santa Helena, Descanso, Belmonte, Bandeirante, Paraíso, Guaraciaba, São José do Cedro, Palma Sola, Princesa, Guarujá do Sul, Barra Bonita, Dionísio Cerqueira e Anchieta.

2º. Maravilha, com abrangência nos seguintes municípios: Saudades, Modelo, Flor do Sertão, São Miguel da Boa Vista, Bom Jesus do Oeste, Tigrinhos, Romelândia, Santa Teresinha do Progresso, Saltinho, Iraceminha e Pinhalzinho.

3º. São Lourenço d'Oeste, com abrangência nos seguintes municípios: Quilombo, União do Oeste, Jardinópolis, Irati, Formosa do Sul, Santiago do Sul, Coronel Martins, Novo Horizonte, Galvão, Jupiá, São Bernardino e Campo Erê;

4º. Chapecó, com abrangência nos seguintes municípios: Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Águas Frias, Sul Brasil, Serra Alta, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Planalto Alegre, Caxambu do Sul e Guatambu.

5º. Xanxerê, com abrangência nos seguintes municípios: Ponte Serrada, Passos Maia, Vargeão, Faxinal dos Guedes, Ouro Verde, Abelardo Luz, Bom Jesus, Ipuacu, São Domingos, Entre Rios, Marema, Lajeado Grande e Xaxim.

6º. Concórdia, com abrangência nos seguintes municípios: Piratuba, Ipira, Alto Bela Vista, Peritiba, Presidente Castelo Branco, Irani, Lindóia do Sul, Ipumirim, Arabutã, Ita, Paial, Xavantina, Arvoredo, Seara e Jaborá.

7º. Joaçaba, com abrangência nos seguintes municípios: Água Doce, Vargem Bonita, Catanduvas, Treze Tílias, Luzerna, Ibicaré, Herval d'Oeste, Lacerdópolis, Ouro, Capinzal e Erval Velho.

8º. Campos Novos, com abrangência nos seguintes municípios: Abdon Batista, Vargem, Celso Ramos, Ibiam, Zortéa, Monte Carlo e Brunópolis;

9º. Videira, com abrangência nos seguintes municípios: Fraiburgo, Salto Veloso, Arroio Trinta, Iomerê, Pinheiro Preto e Tangará;

10º. Caçador, com abrangência nos seguintes municípios: Rio das Antas, Macieira, Calmon, Lebon Regis e Timbó Grande;

11º. Curitiba, com abrangência nos seguintes municípios: Ponte Alta, São Cristóvão do Sul, Ponte Alta do Norte, Frei Rogério e Santa Cecília;

12º. Rio do Sul, com abrangência nos seguintes municípios: Agronômica, Trombudo Central, Braço do Trombudo, Laurentino, Pouso Redondo, Rio do Oeste, Taió, Mirim Doce, Salete, Rio do Campo e Santa Terezinha;

13º. Ituporanga, com abrangência nos seguintes municípios: Alfredo Wagner, Atalanta, Chapadão do Lajeado, Imbuia, Petrolândia, Leoberto Leal, Vidal Ramos, Aurora e Agrolândia;

14º. Ibirama, com abrangência nos seguintes municípios: Vitor Meirelles, José Boiteux, Witmarsun, Dona Emma, Presidente Getúlio, Lontras, Apiúna, Ascurra e Presidente Nereu;

15º. Blumenau, com abrangência nos seguintes municípios: Gaspar, Indaial, Timbó, Rodeio, Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Rio dos Cedros e Pomerode;

16º. Brusque, com abrangência nos seguintes municípios: Tijucas, Canelinha, São João Batista, Major Gercino, Nova Trento, Botuverá e Guabiruba;

17º. Itajaí, com abrangência nos seguintes municípios: Bombinhas, Porto Belo, Itapema, Camboriú, Balneário Camboriú, Navegantes, Penha, Piçarras, Luiz Alves e Ilhota;

18º. São José, com abrangência nos seguintes municípios: Florianópolis, Governador Celso Ramos, Biguaçu, Antônio Carlos, Angelina, São Pedro de Alcântara, Rancho Queimado, Águas Mornas, Santo Amaro da Imperatriz, Palhoça, Anitápolis e São Bonifácio;

19º. Laguna, com abrangência nos seguintes municípios: Imbituba, Imaruí, Garopaba, Paulo Lopes e Jaguaruna;

20º. Tubarão, com abrangência nos seguintes municípios: Santa Rosa de Lima, Rio Fortuna, São Martinho, Grão Pará, Braço do Norte, Armazém, Orleans, São Ludgero, Gravatal, Capivari, de Baixo, Pedras Grandes, Treze de Maio e Sangão;

21º. Criciúma, com abrangência nos seguintes municípios: Içara Morro da Fumaça, Cocal do Sul, Urussanga, Lauro Muller, Treviso, Siderópolis, Nova Veneza e Forquilha;

22º. Araranguá, com abrangência nos seguintes municípios: Passo de Torres, Balneário Gaivota, Balneário Arroio do Silva, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Timbé do Sul, Turvo, Ermo, Jacinto Machado, Sombrio, Santa Rosa do Sul, Praia Grande e São João do Sul;

23º. Joinville, com abrangência nos seguintes municípios: Garuva, Itapoá, São Francisco do Sul, Balneário Barra do Sul, Araquari, Barra Velha e São João do Itaperiú;

24º. Jaraguá do Sul, com abrangência nos seguintes municípios: Massaranduba, Guaramirim, Schroeder e Corupá;

25º. Mafra, com abrangência nos seguintes municípios: Monte Castelo, Papanduva, Itaiópolis, Rio Negrinho, São Bento do Sul e Campo Alegre;

26º. Canoinhas, com abrangência nos seguintes municípios: Porto União, Irineópolis, Matos Costa, Bela Vista do Toldo, Major Vieira e Três Barras;

27º. Lajes, com abrangência nos seguintes municípios: Painel, Bocaina do Sul, Otacílio Costa, Palmeira, Correia Pinto, São José do Cerrito, Capão Alto, Campo Belo do Sul, Cerro Negro e Anita Garibaldi;

28º. São Joaquim, com abrangência nos seguintes municípios: Bom Jardim da Serra, Urubici, Urupema, Rio Rufino e Bom Retiro; e

29º. Palmitos, com abrangência nos seguintes municípios: Caibi, Cunhataí, Mondaí, Cunha Porã, São Carlos, Riqueza e Águas de Chapecó.

Além dos órgãos executivos do Governo Estadual, cabe as Secretarias de Desenvolvimento Regional o papel de articular as ações dos entes públicos e privados, a indução e a promoção do desenvolvimento regional.

Conforme a Lei Complementar nº 243, de 30 de janeiro de 2003, a estratégia de desenvolvimento o Estado passa a ter como visão de futuro, o Estado de Santa Catarina como referência no desenvolvimento sustentável no âmbito ambiental, econômico, social e tecnológico, com intuito de promover a diminuição das desigualdades entre os cidadãos e suas regiões, e também na capacidade de promover a melhoria de vida entre sua população.

Portanto, para que tal feito seja efetivamente alcançado, o modelo de descentralização proposto tem como metas atingir os seguintes mega-objetivo:

- Melhoria na qualidade de vida;
- Modernização da gestão pública;
- Desenvolvimento ambiental
- Inclusão social
- Desenvolvimento econômico
- Regionalização do desenvolvimento.

No que tange à estrutura organizacional da Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional, cada um dos Secretários Regionais conta com a contribuição do Conselho do Desenvolvimento Regional, órgão consultivo e deliberativo, com suporte técnico composto de oito gerencias, cuja função é executar as atividades que promovam o desenvolvimento territorial, sendo que, destes, seis são colaboradores para as atividades de execução final.

Figura 03 – Estrutura Administrativa das Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional



Fonte: - *Projeto Meu Lugar*, pág. 178.

A forma de como as Secretarias de Desenvolvimento Regional deve agir, caracteriza-se de forma horizontal, integrando as ações das Secretarias Centrais (segurança, saúde, educação, infra-estrutura, saúde, desenvolvimento social, urbano e meio ambiente, organização do lazer e agricultura), no intuito de realizar a solução dos problemas característicos de cada região.

É importante salientar que as Secretarias de Estados Centrais, sendo órgãos sistêmicos e normativos, formuladores de políticas em suas áreas de atuação, coordenadoras das atividades, ações, programas e projetos inter-regionais, têm como competência:

- I. Apoiar as Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional na execução de atividades, ações, programas e projetos nas suas respectivas competências;
- II. Formular, elaborar, coordenar, acompanhar, avaliar e controlar a execução das políticas e dos planos de desenvolvimento global e regional;
- III. Coordenar e articular o apoio do Governo do Estado aos municípios, de forma articulada com as Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional; e
- IV. Elaborar programa voltado à desconcentração gradativa das atividades de planejamento de políticas e planos de desenvolvimento global e regional.

Em suma, é função das Secretarias de Estado Centrais garantir as obrigações constitucionais, implementar as políticas de Estado, e dar apoio técnico às Secretarias Regionais.

2.1.2. Conselho do Desenvolvimento Regional

Os Conselhos do Desenvolvimento Regional são órgãos que pertencem as Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, cuja função é prestar o aconselhamento, a orientação, formulação (das normas) e proposição das diretrizes gerais para o desenvolvimento das atividades das Secretarias. Portanto, são órgãos de grande importância para a consolidação do governo nas regiões, servindo como pilar no processo de regionalização. Além disso, tem como papel definir e deliberar as prioridades, bem como servir de instrumento de consulta do governo sobre as ações a serem desenvolvidas pelas Secretarias de Desenvolvimento Regional.

As composições dos Conselhos de Desenvolvimento Regional são:

I. Membros natos:

- a) O Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional;
- b) Todos os Prefeitos da Região de abrangência;
- c) Todos os Presidentes de Câmara de Vereadores da Região de abrangência; e

II. Representantes dos segmentos sócio-culturais, sócio-político, sócio-ambientais e sócio-econômicos mais expressivos da região, assegurando a representatividade empresarial e dos trabalhadores, definidos por decreto do Chefe do Poder Executivo.

As competências dos Conselhos são:

- a) Apoiar a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional na elaboração do planejamento regional;
- b) Opinar sobre os planos e projetos relativos ao desenvolvimento econômico, científico e tecnológico elaborados pelas Secretarias de Estado Centrais;

c) Emitir parecer, quando solicitado pelo Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, sobre projetos que requeiram decisão do Chefe do Poder Executivo para efeito de execução;

d) Auxiliar na decisão quanto à liberação de recursos estaduais para aplicação em projetos de desenvolvimento econômico, científico e tecnológico;

e) Assessorar o Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional na coordenação do inter-relacionamento dos setores públicos, privados e comunidade científica e tecnológica;

f) Orientar e apoiar a localização racional de novos estabelecimentos industriais na região;

g) Promover, de forma articulada como o Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, o engajamento e a participação das comunidades em todas as dimensões do processo decisório, em especial o Congresso Estadual do Planejamento Participativo.

Os Conselhos de Desenvolvimento Regional estão subordinados ao Conselho Estadual de Desenvolvimento – DESENVESC¹¹, na qual é presidido pelo Governador do Estado e, integrado pelo Vice-Governador; pelos Secretários de Estado do Planejamento; da Fazenda; do Desenvolvimento Sustentável; de Coordenação e Articulação; pelo Secretário Executivo de Articulação Internacional, e por um representante de cada um dos Conselhos de Desenvolvimento Regional.

2.1.3. Projeto Cicerus: A Reforma Administrativa do Governo do Estado de Santa Catarina

No ano de 2005, foi introduzida a Reforma Administrativa do Estado de Santa Catarina, por intermédio do Projeto Cicerus, aprovada pela Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005, cujos objetivos são: primeiro, implantar uma maior eficácia e eficiência do Governo em suas ações para a sociedade, visando a sua parceria, a redução do peso do Estado, com a redução dos custos de manutenção e estruturais; segundo, a

¹¹ Compete ao Conselho Estadual de Desenvolvimento - DESENVESC, formular políticas estaduais de desenvolvimento econômico, emprego e renda dentro do modelo de descentralização do Estado de Santa Catarina

pretensão de garantir uma maior integração dos servidores estaduais, valorizando-os e exigindo que a ocupação dos cargos de confiança seja assumida por funcionários de carreira do Estado, que tenham conhecimento a fundo da sua realidade.

No que tange a nova estrutura do governo Estadual, a mesma está organizada em dois níveis, segundo o que rege a Lei Complementar nº 284, de fevereiro de 2005:

I. O nível Setorial, com base numa estrutura ágil e flexível, na qual compreende as Secretarias Setoriais, onde compete o papel de formular, normatizar e controlar as políticas públicas do Estado, específicas de suas áreas de atuação, e as entidades da Administração Indireta do Estado; e

II. O nível de Desenvolvimento Regional, com base numa força-tarefa típica, que envolve as Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional, assumindo o papel de coordenar e executar as políticas públicas do Estado nas suas respectivas regiões, e as estruturas descentralizadas da Administração indireta do Estado.

Conforme o artigo 12 da Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005, no que se refere à Descentralização e Desconcentração Administrativa, determina que:

Art. 12. A execução das atividades da Administração Pública Estadual será descentralizada e desconcentrada e se dará por meio das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional e dos órgãos e entidades públicos estaduais, com atuação regional, por elas coordenadas (LEI COMPLEMENTAR Nº 284, 2005, p.07).

De acordo com o regimento do parágrafo único do artigo 12 da Lei Complementar nº 284, a descentralização e a desconcentração Administrativa se efetivarão em quatro planos principais, através:

I. As ações políticas realizadas por intermédio das Secretarias de Estado Setoriais para as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional;

II. Atuação no nível de direção estratégica para o nível gerencial, e deste para o nível operacional;

III. As ações políticas realizadas pela administração direta para a administração indireta; e

IV. Das ações políticas da administração do Estado para:

a) O Município ou entidade da sociedade civil organizada, por intermédio das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, mediante convênio, acordo ou instrumento congênere; e

b) Organizações sociais, entidades civis e entidades privadas sem fins lucrativos, mediante contratos de concessão, permissão, termos de parcerias, contratos de gestão e parcerias público-privadas.

No que tange o novo modelo de gestão da Administração Pública Estadual, conforme a Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005, determina:

O novo modelo de gestão da Administração Pública Estadual está assentado na introdução de novas práticas gerenciais, elegendo a gestão por projetos, baseada em resultados como a grande matriz da mudança, associando sistematicamente os órgãos e entidades públicos a objetivos e resultados. A definição de objetivos, a criação de indicadores e a avaliação de resultados, permitirão valorizar a contribuição útil de cada órgão e o interesse público do seu desempenho, envolvendo os dirigentes e servidores num projeto comum e responsabilizando-os pela otimização dos recursos, devendo, nesse âmbito, assumir particular relevância o compartilhamento das responsabilidades, a formação de equipes multidisciplinares e a organização por programas e ações. (COMPLEMENTAR Nº 284, 2005, p.02).

Com a nova Reforma Administrativa Estadual, foram reestruturadas as Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional, com o objetivo de atender a uma dupla função:

- **Função de Estado:** No qual são exercidos por funcionários públicos de carreira nos devidos cargos públicos, com competência técnica e gerencial, nível superior, dedicação exclusiva, com a responsabilidade de atuação nas áreas de Educação, Saúde, Segurança Pública, Fazenda, Planejamento, Administração e Desenvolvimento Rural;

- **Função de Governo:** No qual são exercidos por pessoas escolhidas pela livre nomeação do Governador, mas com comprovada competência gerencial, nível superior e dedicação exclusiva, exercendo a responsabilidade de atuação nas áreas de Infra-estrutura, Desenvolvimento Social, Cultura, Turismo, Esporte, Lazer, Desenvolvimento Sustentável e Programas e Ações de Governo.

Com a Reforma Administrativa Estadual, as Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional foram divididas em 8 Mesorregionais e 22 Microrregionais, com as respectivas estruturas administrativas:

Figura 04 - Estrutura das SDR's - Mesorregionais



Fonte: www.spg.sc.gov.br, acessado em 7 de junho de 2007.

Figura 05 – Estrutura das SDR's - Microrregionais



Fonte: www.spg.sc.gov.br, acessado em 7 de junho de 2007.

Foi criada ainda, a 30ª Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira integrando as outras 29 Unidades Descentralizadas (UD's), sendo que, com a competência de Mesorregional ficaram as Secretarias de Blumenau, Chapecó, Itajaí, Criciúma, Lages, Joaçaba, Joinville e Grande Florianópolis e com a competência de Microrregional, as Secretarias de Maravilha, Campos Novos, Videira, Caçador, Curitiba, Ituporanga, Ibirama, São Joaquim, Palmitos, Dionísio Cerqueira, São Miguel d'Oeste, Xanxerê, Mafra, Rio do Sul, Tubarão, Brusque, Laguna, Araranguá, Jaraguá do Sul, Canoinhas, São Lourenço do Oeste e Concórdia.

Das Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional, foram extintas as Gerências do Desenvolvimento, Social, Urbano e Meio Ambiente; Organização do Lazer e Infra-estrutura, e também, o cargo de Secretário Adjunto e Assessoria da Juventude. E também, foram criadas as Gerências de Ações e Projetos, as quais terão a incumbência de elaborar projetos específicos, de interesse de cada regional.

Na esfera do governo Estadual, os órgãos da Região Metropolitana e o Instituto de Apicultura do Estado de Santa Catarina – IAZPE foram extintos. Os órgãos, Companhia de Gás de Santa Catarina – SC / GÁS e Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC foram privatizadas. A Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina foi incorporada as mesorregionais; A Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina – IOESC foi incorporada a Secretaria de Estado da Administração; Na Secretaria da Organização e Lazer, foram incorporadas a Fundação Catarinense de Cultura – FCC, Fundação Catarinense de Desportos – FESPORTE e a Santa Catarina turismo – SANTUR. A essas novas mudanças, foram criadas ainda, as Agências de Regulação e Controle – AS/ARCO, o Instituto Catarinense de Metodologia – INMETRO / SC, o instituto de Planejamento Governador Celso Ramos – (OS) e Santa Catarina Turismo SANTUR/ (OS).

As Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional com suas respectivas regiões, ficam com a responsabilidade de coordenação pragmática das estruturas descentralizadas das Secretarias de Estado Setoriais, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas do Estado.

O que contempla os programas e ações governamentais, baseadas nas diretrizes emanadas dos Conselhos de Desenvolvimento Regional, do Plano Catarinense de Desenvolvimento, dos Planos de Desenvolvimento Regionais, do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual e das normas reguladoras de cada área, estes serão planejados e articulados de acordo com as Secretarias de Desenvolvimento Regional e as Secretarias de Estados Setoriais, ficando a incumbência

das Secretarias de Estado Setoriais de coordenar, orientar e avaliar os programas e as Secretarias de Desenvolvimento de executá-las.

No que tange os financiamentos dos projetos públicos, esses são financiados pela Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A – BADESC e por fundos de fomentos e incentivos financeiros públicos, e ainda por outras agências financeiras governamentais de fomento e desenvolvimento, devendo ser destinados àquelas entidades via Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, com parecer dos respectivos Conselhos.

Esse conjunto de transformações no âmbito do administrativo público, exige fortes mudanças de cada cidadão, seja ela, comportamental, no modo de pensar e cultural, mudanças que de fato, fazem consolidar a relação Governo e Sociedade. A necessidade dessas mudanças foi criada por intermédio da reforma do Estado, mas para que ela ocorra de maneira eficiente, transparente e equilibrada, é necessário que haja uma sociedade participativa, com olhares no passado, presente e futuro.

2.2. O Plano de Desenvolvimento Regional – PDR

O Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) é uma proposta elaborada pelo Projeto Meu Lugar¹² formulado a partir do plano de diretrizes e ações, cujo objetivo é transformar as 36 regiões administrativas de Santa Catarina em território de desenvolvimento.

De acordo com o PNUD, as suas metodologias de desenvolvimento territoriais têm como características principais a construção de espaços e instrumentos que possibilitam oferecer respostas a dois grandes desafios:

a) Organizar o capital humano e social local de forma a romper com as atitudes de conformismo para tornar-se forma protagônica face às exigências da construção do desenvolvimento sustentável;

b) Dinamizar o processo de mobilização, participação e articulação através de respostas às oportunidades concretas identificadas no decorrer da implementação da metodologia.

¹² O *Projeto Meu Lugar*, é uma equipe formada por pesquisadores e intelectuais na área de desenvolvimento e afins, em parceria com o PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Governo do Estado de Santa Catarina, ABC – Agência Brasileira de Cooperação.

Com base nos ensinamentos do Projeto Meu Lugar (2004), levando em consideração a sinergia do desenvolvimento social e econômico, a proposta tem como característica básica, atender todas as particularidades do local atribuindo à mesma importância dentro desse processo. Seu princípio norteia-se na capacidade de articular as diversas dimensões de um processo de desenvolvimento sustentável, classificados da seguinte forma:

1) **Dimensão social** – possibilidade de criar condições de mobilização e articulação para incorporar os diferentes atores sociais e agentes produtivos locais na discussão do desenvolvimento sustentável do território, ou seja, promover a interação desses indivíduos no processo;

2) **Dimensão econômica** – é um processo fundamental para o crescimento econômico local, pois possibilita identificar, planejar e alavancar processos produtivos dentro da estratégia de cooperação competitiva entre os agentes produtivos;

3) **Dimensão ambiental** – exerce um papel fundamental no processo de desenvolvimento sustentável promovendo a preservação do meio ambiente, dos recursos naturais e da capacidade produtiva da base física através de propostas educativas e materiais;

4) **Dimensão político-institucional** – exerce um papel relevante dentro das políticas de desenvolvimento regional. Através dela é possível alavancar processos de gestão social de caráter participativo fortalecendo as instituições e organizações locais, de forma a garantir maior efetividade e sustentabilidade no processo.

De acordo com essas quatro dimensões conceituadas a cima, o processo de construção do Plano de Desenvolvimento Regional pôde ser constituído a partir de 8 fases metodológicas articuladas e sinérgicas.

2.2.1. As Oito Fases da Metodologia do Plano de Desenvolvimento Regional - PDR

2.2.1.1. Etapa de Mobilização

A contar de novembro de 2003, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de São Joaquim deu início a etapa de sensibilização e comprometimento junto com os atores sociais no estabelecimento de parcerias, visando, numa etapa posterior, a

elaboração do plano. Esta sensibilização se deu por meio de reuniões nos municípios, abrangendo toda comunidade.

2.2.1.2. Etapa de Análise Participativa

Os membros da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional foram treinados por um técnico do PNUD, em novembro de 2003, no intuito de, numa etapa posterior, os próprios membros levassem adiante as oficinas locais para elaboração do diagnóstico regional das diversas áreas temáticas a serem trabalhada no plano. No que tange estas oficinas, foi elaborado por meio delas um levantamento das Potencialidades, Oportunidades, Problemas e Ameaças da área a ser estudada.

Os técnicos do PNUD, através dos relatórios dessas oficinas conseguiram sistematizar as informações enviadas e projetar um relatório com o Diagnostico da Região.

2.2.1.3. Elaboração do Plano

Em março de 2004, deu início a elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional. Os membros da Secretaria de Desenvolvimento Regional, foram submetidos a uma nova capacitação em conjunto com técnico do PNUD, para realizarem as oficinas de elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional, no caso da Região de São Joaquim foi feito a partir dos resultados obtidos no Estudo do Diagnóstico da Região.

Os períodos de realização das oficinas ocorreram entre os dias 22 a 26 de março de 2004, no município de São Joaquim, fizeram parte das oficinas cerca de 80 participantes, todos, sendo representantes dos municípios da região. Durante esse período, foram concretizadas as seguintes oficinas:

- **Oficina de Concepção do Plano de Desenvolvimento Regional**

Como base para o planejamento do território, os membros dessa oficina consideraram, os elementos básicos do Plano de Desenvolvimento Regional, utilizando como instrumento de execução do plano, a matriz de marco lógico.

“O Marco Lógico é um conjunto de elementos inter-relacionados que devem ser concebidos de forma sistêmica, de modo a servir de referência de todas as ações do plano. A sua formulação permitirá também o monitoramento, a avaliação e o rendimento do plano” (TURNES et al., 2004, p. 161).

Os integrantes das oficinas discutiram e definiram, de maneira preliminar, os elementos básicos do Marco Lógico do plano, após o Diagnóstico do Território e da Visão Compartilhada de Futuro.

Os elementos básicos do Marco Lógico definidos foram:

- 1) Os objetivos de contribuição ou de fim: formulação do objetivo geral de desenvolvimento ao qual o Plano contribuirá;
- 2) Os objetivos específicos ou de propósitos: objetivos concretos do Plano;
- 3) Os componentes setoriais e funcionais: conjuntos de atividades destinadas a produzir os resultados do Plano;
- 4) Os pressupostos externos: condições ou circunstâncias externas necessárias para assegurar que o Plano contribua significativamente ao objetivo de desenvolvimento, e para que os componentes possam ser completados e alcance o propósito do Plano.

▪ **Oficina para Elaboração dos Planos de Ação dos Componentes Setoriais**

Após as concepções do Diagnóstico do Território, a Visão Compartilhada do Futuro e posteriormente a concepção dos elementos básicos do Marco Lógico durante as oficinas, foram definidos os elementos complementares do Marco Lógico do Plano, feitos através dos participantes que discutiram e construíram em grupos temáticos e em plenária, os seguintes elementos:

- a) Os Componentes Setoriais: Conjunto de Estratégias, linhas de ação e macro-atividades destinadas a produzir os resultados do Plano;
- b) Os Resultados Esperados de Cada Componente: Produtos concretos e/ou resultados quantitativos e qualitativos a serem obtidos com implementação e execução do Plano, estabelecendo metas setoriais em relação a cada área.
- c) As Atividades: Que devem se realizadas para produzir os componentes e resultados do Plano;

Os Comitês Temáticos elaboraram posteriormente, o Plano de Ação Imediata, esse plano contém para cada atividade da área temática, as seguintes questões:

- a) Objetivo (Pra que?);
- b) Justificativa (Por quê?);
- c) Procedimento (Como?);
- d) Prazo (Quando);
- e) Agentes Responsáveis (Quem?);
- f) Recursos (Com que meios?).

▪ **Oficina para Seleção de Indicadores de Impacto e de Implementação**

Os participantes nessa oficina selecionaram os indicadores para o monitoramento e avaliação posterior do Plano. O Marco Lógico e os Planos de Ação Setoriais Elaborados foram as ferramentas utilizados para a execução desse trabalho.

Na elaboração dos indicadores de desempenho, os coordenadores ajudaram inicialmente através dos conteúdos e metodologia de aplicação.

Assuntos referentes aos objetivos, resultados e atividades do Marco Lógico foram discutidos entre os participantes com intuito de selecionar:

- a) Indicadores de Impacto: contribuição aos objetivos finalísticos de desenvolvimento, agregando elementos que reforçam a efetividade e sustentabilidade das planejadas;
- b) Indicadores de Implementação: a avaliação considerara, por meio desses indicadores, a eficácia do Plano, analisando a adequação dos propósitos e metas inicialmente estabelecidos com os produtos/resultados obtidos, e ainda confirmando ou não o atendimento das necessidades originais dos benefícios do Plano. Também, o monitoramento e a avaliação, a partir desses indicadores verificarão a eficácia do Plano, analisando como ele foi executado, considerando a qualidade, o custo/esforço de realização, o tempo disponibilizado e sua compatibilidade com os produtos/resultados obtidos.

Por fim, foram definidos os Meios de Verificação dos Indicadores, ou seja, as fontes de informação que poderão ser utilizadas para verificar o alcance do objetivo de desenvolvimento e a contribuição do Plano, e se os objetivos concretos estão sendo atingidos, se os resultados estão sendo produzidos e se o orçamento foi aplicado de acordo com o programado.

No caso da região de São Joaquim, essas informações existem em função dos esforços realizados pelos funcionários da SDR de São Joaquim, em elaborar a matriz das ações implementadas e realizadas no período de 2003 a 2006, no qual tive acesso e serviu de instrumento para esse trabalho.

▪ **Sistematização das Informações Geradas**

A esta oficina, coube a função de sistematizar as informações geradas para execução do Plano de Desenvolvimento Regional, no qual o grupo de trabalho foi formado pelos coordenadores das oficinas. A composição da equipe é formada por três coordenadores gerais e um assistente para cada área temática, todos, integrantes desse processo.

▪ **Aprovação do Plano junto ao Conselho de Desenvolvimento Regional**

Nessa última fase do plano, o Conselho de Desenvolvimento Regional, tem a incumbência de validar ou não o Plano de Desenvolvimento Regional de sua região. No caso da região de São Joaquim, o plano foi validado junto ao seu Conselho de Desenvolvimento Regional, em abril de 2004.

Figura 06 – Fases da Metodologia



Fonte : TURNES et. al., 2004, p.17.

CAPÍTULO III

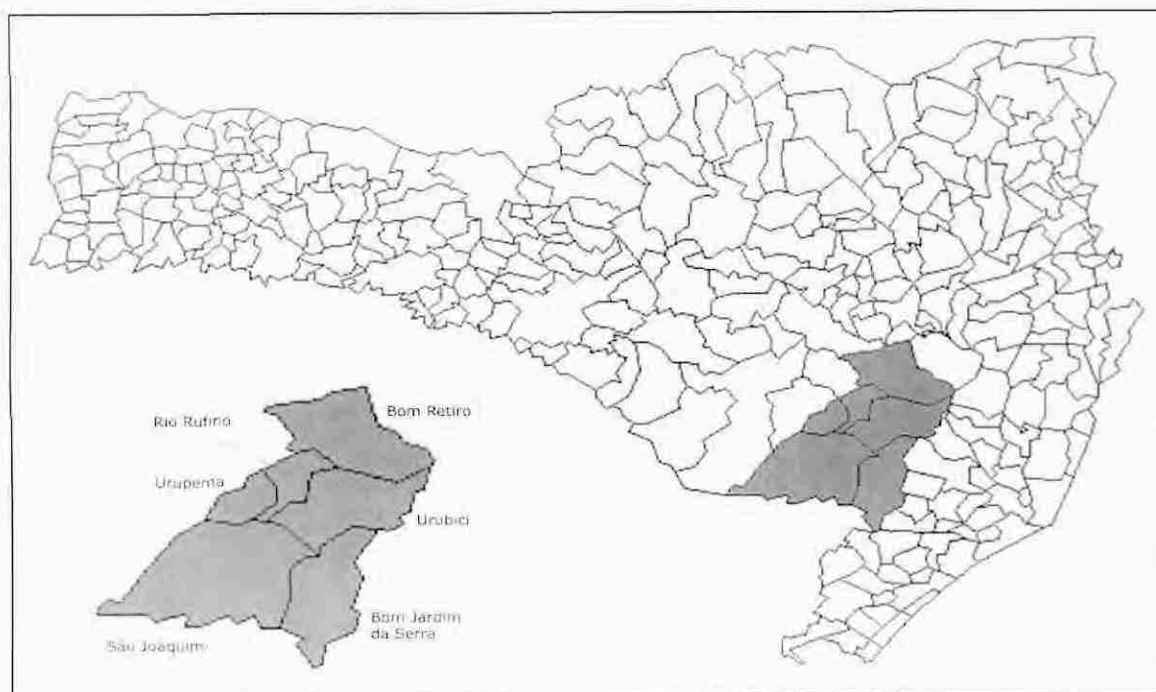
AS CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO DE SÃO JOAQUIM

3.1. Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional de São Joaquim

Em 26 de abril de 2003, foi instalada oficialmente a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de São Joaquim, tendo como Secretário de Estado, o Engenheiro agrônomo Humberto Luiz Brighenti e como Secretario Adjunto, Amarildo Luiz Gaio.

Os municípios que compõe a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional são: Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Rio Rufino, São Joaquim, Urubici e Urupema.

Figura 07 – Mapa da Região de São Joaquim



Fonte: www.spg.sc.gov.br, acessado em 07 de junho de 2007

3.2. O contexto dos Territórios Regionais de São Joaquim

A SDR de São Joaquim é formada por seis municípios, no qual, é localizada na região do Planalto Catarinense possuindo uma área geográfica de 5.512,1 Km² e uma população estimada em 50 mil habitantes. A sua densidade demográfica comparada com à

do Estado, é significativamente baixa, tendo uma taxa de urbanização da região, na porcentagem de 63,9%, sendo um pouco menor que a média do estado (78,7%). A base econômica da região é o setor agropecuário caracterizando-se como o carro-forte do desenvolvimento da mesma, sendo que suas principais atividades no setor são: a produção da maçã, batata, cebola, feijão, milho. Leite, carne e mel. No entanto, existe uma discreta presença da atividade industrial na região, como por exemplo: o setor madeireiro e mobiliário e na produção de alimentos com maior importância.

Dentre os municípios que pertence a Região de São Joaquim, todos possuem um significativo grau de homogeneidade sob diversas dimensões, como se pode verificar nas descrições abaixo.

1) Bom Jardim da Serra: localizada na região serrana a 1.245 metros de altitude, possuindo 935,3 Km² de área territorial e com uma população estimada em 4.055 habitantes. De acordo com os dados do IBGE do ano de 2000, fazem parte deste município: 16 estabelecimentos de ensino fundamental, 1 estabelecimento de ensino médio e 1 hospital.

2) Bom Retiro: localizado a 890 metros do nível do mar, possuindo 1.064 Km² de área territorial e com uma população estimada em 7.967 habitantes. De acordo com os dados do IBGE do ano de 2000, fazem parte deste município: 21 estabelecimentos de ensino fundamental, 1 estabelecimento de ensino médio e 1 hospital.

3) Riu Rufino: localizado a 860 metros de altitude, possuindo como área de unidade territorial 333 Km² e com uma população estimada em 2.414 habitantes. De acordo com os dados do IBGE do ano de 2000, fazem parte deste município: 11 estabelecimentos de ensino fundamental e 1 estabelecimento de ensino médio.

4) São Joaquim: localizada na região serrana a 1.245 metros de altitude, possuindo como área de unidade territorial 1.881,1 Km² e com uma população estimada em 22.836 habitantes. De acordo com os dados do IBGE do ano de 2000, fazem parte deste município: 53 estabelecimentos de ensino fundamental, 5 estabelecimentos de ensino médio e 1 hospital com 108 leitos e 22 unidades ambulatoriais.

5) Urubici: localizada na região serrana a 915 metros de altitude, possuindo como área de unidade territorial 1.018 Km² e com uma população estimada em 10.252 habitantes. De acordo com os dados do IBGE do ano de 2000, fazem parte deste município: 18 estabelecimentos de ensino fundamental e 2 estabelecimentos de ensino médio.

6) **Urupema:** localizada na região serrana a 1.350 metros de altitude, possuindo como área de unidade territorial 278 Km² e com uma população estimada em 2.527 habitantes. De acordo com os dados do IBGE do ano de 2000, fazem parte deste município: 3 estabelecimentos de ensino fundamental e 1 estabelecimento de ensino médio.

Para um melhor entendimento dos municípios pertencentes à SDR – São Joaquim faz necessária apresentação do **Perfil Sócio-Econômico da Região**, com as seguintes características:

Tabela 01 – Perfil Sócio-Econômico da Região - Saúde

	<i>Esperança de Vida</i>		<i>Mortalidade Infantil</i>	
	1991	2000	1991	2000
Bom Jardim da Serra	66,6	70,6	35,2	24,4
Bom Retiro	65,6	68,0	38,8	32,0
Rio Rufino	66,9	70,6	34,2	24,4
São Joaquim	67,4	70,4	32,6	24,8
Urubici	69,5	74,6	26,2	14,4
Urupema	69,5	74,3	26,2	15,1
Santa Catarina	70,2	73,7	24,8	16,8

Fonte: www.spg.sc.gov.br, acessado em 15 de junho de 2007.

Esperança de vida: Número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento

Mortalidade Infantil: Número de crianças que não irão sobreviver ao primeiro ano de vida em cada 1000 crianças nascidas vivas

▪ A partir do ano de 2000, os índices de esperança de vida e mortalidade infantil nos municípios de Urubici e Urupema ficaram acima e a abaixo respectivamente da média estadual, obtendo o melhor resultado dentre as variáveis analisadas em comparação com estado.

Tabela 02 – Perfil Sócio-Econômico da Região - Educação

	Analfabetismo			IDEB			Nível
	1991	2000	1998	2002	2003	2004	
São Joaquim	14,81	9,59	0,74	0,79	0,79	0,82	Médio
Urubici	15,21	12,23	0,67	0,72	0,74	0,80	Médio baixo
Urupema	14,66	9,53	0,64	0,77	0,82	0,76	Médio baixo
Bom Retiro	21,85	16,01	0,67	0,73	0,75	0,76	Médio baixo
Rio Rufino	17,68	12,69	0,63	0,74	0,73	0,73	Médio baixo
Bom Jardim da Serra	20,90	11,21	0,57	0,71	0,74	0,72	Médio baixo
Santa Catarina	11,50	7,40	0,753	0,802	0,811	0,837	Médio

Fonte: www.spg.sc.gov.br, acessado em 15 de junho de 2007.

Analfabetismo: Percentual de pessoas de 25 anos ou mais que não sabem ler nem escrever um bilhete simples

IDEB: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Calculado a partir de 14 indicadores que contemplam a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Pode variar de zero (pior) a um (melhor)

Nível: 0,00 a 0,69 – Baixo; 0,70 a 0,79 – Médio Baixo; 0,80 a 0,89 – Médio; 0,90 a 0,94 – Médio Alto; 0,94 a 1,00 – Alto

*Municípios ordenados pelo IDEB 2004

▪ Segundo a tabela 02, pode-se observar que o nível de analfabetismo na região são superiores a média estadual, e o município que apresenta o maior taxa de analfabetismo é o de Bom Retiro, verificado nos Censos de 1991 e 2000. Em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação – IDEB, a média dos municípios ficou abaixo da média estadual, com exceção do município de Urupema, no ano de 2003.

Tabela 03 – Perfil Sócio-Econômico da Região - Acesso aos Serviços Básicos

	Energia Elétrica		Água Encanada		Coleta de Lixo	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Bom Jardim da Serra	86,45	94,97	96,76	97,91	59,51	94,49
Bom Retiro	86,63	96,12	93,04	97,71	55,46	89,55
Rio Rufino	78,44	86,03	80,48	77,84	7,08	88,94
São Joaquim	90,99	97,18	88,19	97,23	57,67	91,70
Urubici	91,22	97,76	92,27	94,72	82,70	94,82
Urupema	88,42	96,78	85,60	90,37	44,92	96,40
Santa Catarina	94,8	98,6	90,3	96,4	83,5	96,9

Fonte: www.spg.sc.gov.br, acessado 15 de junho de 2007.

Percentual de pessoas que vivem em domicílios atendidos pelos serviços citados. Para a coleta de lixo foram considerados apenas os domicílios urbanos / * Municípios em ordem alfabética

▪ Segundo a tabela 03, os serviços básicos de Energia Elétrica e Coleta de Lixo nos Censos de 1991 e 2000, registraram em sua maioria percentuais inferiores a média estadual. No entanto, os percentuais de serviços de água encanada nos municípios de Bom Jardim da Serra e Bom Retiro registraram percentuais superiores em relação à média estadual no censo de 1991. No município de São Joaquim, o percentual do serviço de água encanada ficou acima da média no censo 2000, com 97,23 e o município de Urubici no censo de 1991, com 92,27.

Tabela 04 – Perfil Sócio-Econômico da Região - Renda

	Renda per capita, 1991 (RS de 2000)	Renda per capita, 2000 (RS de 2000)	Variação da Renda 2000/1991 (%)
São Joaquim	149,89	231,09	54,17
Urupema	126,79	230,23	81,58
Urubici	163,62	219,42	34,10
Bom Jardim da Serra	133,49	216,65	62,30
Bom Retiro	133,73	213,01	59,28
Rio Rufino	98,80	184,79	87,03
Santa Catarina	232,27	348,72	50,14

Fonte: www.spg.sc.gov.br, acessado 22 de junho de 2007.

▪ A região de São Joaquim pode ser considerada como a pior região do Estado de Santa Catarina em termos de distribuição de renda, onde todos os municípios apresentam-se abaixo da média estadual. Essa triste estatística, esta diretamente ligada à base econômica da região, centrada na monocultura da maçã.

Tabela 05 – Perfil Sócio-Econômico da Região - IDH Municipal

	1991		2000		
	IDH-M	Posição	IDH-M	Posição	Nível
Urubici	0,708	160	0,785	183	Médio
Urupema	0,693	199	0,784	187	Médio
São Joaquim	0,692	203	0,766	226	Médio
Bom Jardim da Serra	0,669	243	0,758	240	Médio
Rio Rufino	0,660	260	0,736	275	Médio
Bom Retiro	0,662	257	0,732	279	Médio
Santa Catarina	0,748	-	0,822	-	Alto

Fonte: www.spg.sc.gov.br, acessado 22 de junho de 2007.

IDH-M: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. É obtido pela média aritmética simples de três subíndices referentes às dimensões Longevidade (IDHM – Longevidade) Educação (IDHM – Educação) e Renda (IDHM – Renda)

* Municípios ordenados pelo IDH-M 2000

▪ De acordo com a tabela, todos os municípios pertencentes à Secretaria Regional – SJ obtiveram em 1991, IDH – M inferior a 0,800 (Médio desenvolvimento). No ano de 2000 o IDH – M continuou inferior a 0,800, apesar dos progressos obtidos nessa região.

De acordo com os dados do Projeto Meu Lugar – Pacto de Concertação, no ano de 2000, a média nacional do IDH – M foi calculada em 0,766. Isto posto, em 2000, os municípios de Bom Jardim da Serra, Rio Rufino e Bom Jardim estavam abaixo da média, respectivamente com 0,758, 0,736 e 0,732. Como podem ser notados, todos os municípios da região estão situados nas ultimas posições do estado.

Tabela 06 – Perfil Sócio-Econômico da Região - Composição do IDH Municipal

	Educação		Longevidade		Renda	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Urubici	0,758	0,856	0,742	0,827	0,624	0,673
Urupema	0,756	0,849	0,742	0,822	0,581	0,681
São Joaquim	0,761	0,860	0,707	0,756	0,609	0,681
Bom Jardim da Serra	0,723	0,843	0,694	0,759	0,590	0,671
Rio Rufino	0,741	0,805	0,699	0,759	0,539	0,644
Bom Retiro	0,720	0,811	0,677	0,717	0,590	0,668
Santa Catarina	0,808	0,906	0,753	0,811	0,682	0,750

Fonte: www.spg.sc.gov.br, acessado 22 de junho de 2007.

IDH-M Educação: Subíndice do IDH-M relativo à Educação. Obtido a partir da taxa bruta de frequência à escola convertidas em índices

IDH-M Longevidade: Subíndice do IDH-M relativo à dimensão Longevidade. É obtido a partir do indicador esperança de vida ao nascer

IDH-M Renda: Subíndice do IDH-M relativo à dimensão Renda. É obtido a partir do indicador renda per capita.

Nível: 0,0 a 0,4999 – Baixo; 0,5 a 0,799 – Médio; 0,8 a 1,0 – Alto.

▪ Segundo a tabela 06, os Índices de Desenvolvimento Humano de todos os municípios da região de São Joaquim, são considerados os mais inferiores de Estado de Santa Catarina, onde os subíndices de Educação e Renda foram inferiores a média estadual. No entanto, os municípios de Urubici e Urupema registraram subíndices de longevidade acima da média estadual em 2000.

3.3. Diagnostico da Região de São Joaquim

A estratégia fundamental e indispensável no processo do planejamento do desenvolvimento regional é a participação de todos os atores sociais locais. Portanto, existem alguns fatores importantíssimos dentro da metodologia usada no processo, e estes estão sustentados nos princípios da reciprocidade, dialogicidade e cooperatividade entre todos aqueles que certamente contribuem de forma participativa na construção desse empreendimento socioeconômico no Estado de Santa Catarina.

As oficinas de diagnósticos é parte integrante da metodologia utilizada na construção do Plano de Desenvolvimento Regional de São Joaquim, representam os espaços de cunho participativo e foi utilizada com intuito de identificar objetivamente as condições atuais da realidade regional. Além desse propósito, essas oficinas procuram revelar as posições e percepções coletivas dos grupos populacionais sobre o futuro e as

expectativas de mudança que predominam na consciência das pessoas. Em função disso, é primordial que se tenha uma efetiva participação da comunidade local, objetivando um diagnóstico regional preciso dentro da sua realidade, com os seguintes fundamentos: *a experiência vivencial, a motivação pessoal e as expectativas de mudança dos atores sociais locais.*

De acordo com o PDR, todas as oito fases metodológicas da construção do plano estão enraizadas em princípios norteadores, que envolvem a participação, cooperação, dialogicidade e reciprocidade dos atores sociais locais. Isto posto, o PDR – SJ procurou demonstrar o desempenho dos atores sociais na fase do plano, denominada de: *análise participativa ou diagnóstica regional.*

- **Experiência Vivencial:** grande parte dos atores locais, que participam das oficinas, tem um grande afincamento no entendimento da região, devido a sua proximidade e experiência de vida como morador e produtor de umas das comunidades locais. Boa parte dos relatos sobre as condições e situações locais/regionais, está nas percepções construídas decorrentes do trabalho, nas relações comunitárias, no convívio familiar e nas conversas informais de comunicação interpessoais. No entanto, uma pequena parcela de participantes não demonstrou ter experiência de vida, na localidade ou na região, sendo assim, incapaz de estabelecer argumentos mais detalhados e substanciados a respeito da realidade local e as perspectivas para o futuro da região.

- **Motivação Pessoal:** a maioria das pessoas que expressaram suas percepções sobre os fatores que caracterizam a realidade local/regional, mostrou-se interessados em expor seus ideais, ouvir o relato de outros participantes, discutirem aspectos relevantes, posicionar-se na seleção de fatores prioritários. Toda essa experiência de motivação pessoal partiu da consciência dos próprios participantes, que segundo PDR – SJ, nessas oficinas grande parte dos participantes apresentavam-se animados, confiantes e espontaneamente concentrados nos pontos colocados na pauta de debate.

- **Expectativa de Mudança:** durante as oficinas pôde-se verificar o desejo coletivo de mudanças em relação às condições atuais da região. A maioria dos participantes confia fielmente nas possibilidades de mudanças e que estas fazem parte da vida pessoal e comunitária da população. Além dessas percepções, essas pessoas mostraram também o reconhecimento da responsabilidade individual e coletiva para que tais mudanças sejam feitas efetivamente.

As estratégias metodológicas utilizadas na execução do Plano de Desenvolvimento Regional de São Joaquim, evidentemente basearam-se na participação dos atores locais, das comunidades locais e órgãos afins, principalmente através de reuniões participativas e demais atividades ligadas à proposta de implementação do plano. Em função disso, verificou-se a necessidade de identificar as demandas locais e de forma democrática, as transformações almejadas para essa região. Partindo desse princípio, em 2004, o PDR – SJ pôde elaborar dentre uma das estratégias metodológicas aplicadas, a elaboração de um estudo de diagnóstico da região de São Joaquim, enumerando as potencialidades, os problemas, ameaças e oportunidades, nas áreas específicas, segundo PDR – SJ: Saúde, Educação, Meio Ambiente, Desenvolvimento Social e Urbano, Infra-Estrutura e Desenvolvimento Produtivo – Agropecuária.

Quadro 02 – Área 1 - Saúde

A Visão Atual das Condições Regionais em Saúde

Condições Atuais do Ambiente Interno - Saúde
Potencialidades
Fator 1 – Número Suficiente de Leitos para o Atendimento Básico em Saúde <i>Caracterização:</i> a região dispõe de 224 leitos hospitalares, cujo número é suficiente para garantir a universalização do atendimento básico de saúde à população.
Fator 2 – Adequada Oferta de Medicamentos aos Pacientes do Serviços de Serviços de Saúde a Região. <i>Caracterização:</i> os estoques de medicamentos para o atendimento básico estão regularmente abastecidos, o que mantém a oferta em condições adequadas considerando-se a demanda da região.
Fator 3 – Inexistência de Fortes Pressões de Demanda aos Serviços de Saúde <i>Caracterização:</i> a região possui baixa densidade demográfica – 9,1 hab/km ² - propiciando compatibilidade entre a demanda e oferta de serviços de saúde. Com isso, não há pressões de demanda, situação que, na maioria das vezes, tende a diminuir a qualidade do atendimento.
Fator 4 – Altos Níveis de Qualificação entre Profissionais da Área de Saúde <i>Caracterização:</i> a região conta com profissionais, atuando na área de saúde, com elevados níveis de qualificação, mantendo, assim, padrões adequados de qualidade no atendimento à saúde pública.
Problemas
Fator 1 – Predominância de Visão Curativa no Atendimento a Saúde Pública <i>Caracterização:</i> há uma forte ênfase no direcionamento das ações de saúde voltadas, predominantemente, para os processos curativos de tratamento. Tal condição faz com que os processos de prevenção fiquem em segundo plano ou às vezes completamente relegado.
Fator 2 – Deficiência nos Serviços de Saneamento Básico <i>Características:</i> são deficientes os serviços de saneamento básico na região e, em algumas localidades, são inexistentes. Utiliza-se largamente, em toda região, o sistema de fossas sépticas ou canalização direta para a rede pluvial. Com isso as condições de limpeza pública são degradadas, criando condições para proliferação de doenças por parasitas e outros agentes patológicos.
Fator 3 - Insuficiência na Aparentagem Hospitalar <i>Caracterização:</i> a aparelhagem disponível nos hospitais da região é insuficiente em quantidade e em adequabilidade tecnológica. Por isso são reduzidas as condições de atendimento pleno aos pacientes na própria região, provocando gastos com transporte e remuneração dos serviços e outros centros de referência estadual.
Fator 4 – Existência de Altos Níveis de Carência Alimentar <i>Caracterização:</i> além de práticas relacionadas à má alimentação, existem na região grupos populacionais

desnutridos. Devido a sazonalidade do emprego e da renda, esses grupos estão vulneráveis às doenças e a processos demorados de recuperação quando submetidos a tratamento médico-hospitalar.

Fator 5 – Inexistência de Infra-Estrutura para Atendimento de Média e Alta Complexidade

Caracterização: a rede hospitalar da região está apta exclusivamente para o atendimento básico de saúde. Não existe nenhuma infra-estrutura instalada para casos de média e alta complexidade, acarretando necessidade de transferência de pacientes.

Fator 6 – Falta de Profissionais em Atendimento Especializado

Caracterização: os hospitais da região não contam com profissionais para atender todas as especialidades que são demandadas pela população. Essa falta de especialidade, aliada à insuficiência na aparelhagem hospitalar, cria as bases para um atendimento deficiente e incerto, aumentando os riscos nos tratamentos, baixando a capacidade de resolutividade e aumentando a insatisfação da população.

Fator 7 – Insuficiente Profissionalismo nos Processos de Gestão de Saúde Pública

Caracterização: existem comportamentos e práticas gerenciais, por parte dos dirigentes, incompatíveis com suas responsabilidades técnicas e administrativas. Isso, quase sempre, tem provocado alta rotatividade no comando dos serviços de saúde, provocando, evidentemente, sérios problemas ao planejamento e ao desenvolvimento da área.

Fator 8 – Deficiências na Integração Institucional

Caracterização: apesar das inúmeras parcerias existentes as instituições da área de saúde da região não estão suficientemente integradas. Não existem ainda sistemáticas e planejadas para promover a intercomplementariedade e a cooperação entre as instituições de saúde.

Condições Atuais do Ambiente Externo em Saúde

Oportunidades

Fator 1 – Garantia de Recursos Vinculados à Saúde

Caracterização: existem definições políticas e orçamentárias que garantem a vinculação de recursos públicos para área de saúde. Tanto os estados como os municípios devem aplicar 15% de suas receitas em ações de saúde, além das vinculações no orçamento federal. Essas condições propiciam estabilidade programática a executiva à área, cujos gestores podem atuar com relativa segurança.

Fator 2 – Existência de Incentivos financeiros

Caracterização: além dos recursos vinculados, os municípios contam também com os incentivos financeiros oriundos de outros programas como PSF, PSB, Agentes Comunitários no Combate à Dengue.

Fator 3 – Consolidação nos Processos de Municipalização dos Serviços de Saúde

Caracterização: o SUS – Serviço Único de Saúde dá condições de se universalizar o atendimento básico a população, proporcionando relativa melhora nos serviços prestados. Além disso, estabelece os fundamentos operacionais para a municipalização da saúde, concorrendo para a profissionalização do pessoal.

Fator 4 – Eficiência do Programa Saúde Familiar

Caracterização: esse programa tem uma ação eficiente nos municípios porque desloca o foco do atendimento à saúde, ou seja, a predominância passa do curativo para o preventivo. Há, portanto, o início de uma mudança cultural, pois, ao invés da preocupação da doença, o SUS estimula a busca de prevenção de doenças e a conservação da saúde.

Fator 5 – Ação Estimuladora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD

Caracterização: a região conta com o PNUD, órgão da ONU, que exerce forte ação estimuladora entre os atores sociais locais para a participação e o envolvimento consciente e crítico no processo de desenvolvimento local sustentável. Essa ação de estímulo e orientação para o planejamento e para a atuação concreta tem feito com que as comunidades passem a atuar como autores das mudanças que elas próprias necessitam.

Ameaças

Fator 1 – Insuficiência de Cursos de Capacitação Profissional

Caracterização: os profissionais dessa área de saúde, na região, não contam com instituições que ofereçam cursos, em quantidade suficiente, para atender a demanda. Os cursos oferecidos possuem programação incompatível com as disponibilidades do pessoal, ou seja, são de longa duração e ofertados, geralmente, na capital e nos maiores centros urbanos do estado.

Fator 2 – Divergências quanto ao Custeio de Treinandos

Caracterização: existem divergências entre os governos estadual e municipal quanto ao custeio dos profissionais que estão em curso de capacitação. Não há uma definição clara sobre os responsáveis pelo pagamento de diárias, hospedagens e transporte. Tais divergências têm forte repercussão na participação de cursos porque submete os treinamentos a incertezas relacionadas à sua permanência nos eventos.

Fator 3 - Insuficiência na Oferta de Medicamentos Especializados

Caracterização: a RENAME – Relação de Medicamentos Básicos esta condicionada a um número reduzido de fármacos, com grande insuficiência no suprimento de medicamentos especializados. Isso faz com que os tratamentos de média e alta complexidade, já reduzidos ou inexistentes na região, fiquem seriamente prejudicados.

Fator 4 – Isolamento entre as Ações dos Diversos Programas de Saúde

Caracterização: os programas externos, ou seja, dos governos federal e estadual, são executados da região de forma desarticulada e até mesmo isolada. Há, com isso, dispersão de esforços e, muitas vezes, aumento dos custos operacionais de cada programa, além de provocar a desintegração institucional interna dos organismos ligados à saúde Pública.

A Visão Futura das Condições Regionais em Saúde**A Visão Compartilhada do Futuro**

Fator 1 – Universalização dos Serviços em Saúde: serviços de saúde da região com condições humanas e infra-estruturais para atender plenamente a demanda em todos os municípios.

Fator 2 – Ampliação dos Serviços Especializados de Saúde: médicos especialistas suficiente para tratamento, na região, dos clientes que necessitem de atenção especializada de média e alta complexidade.

Fator 3 – Predominância do Foco Preventivo sobre o Foco Curativo do Atendimento à Saúde: concentração de ações que visem a prevenção de doenças e a conservação da saúde em relação àquelas relacionadas à medicina curativa.

Fator 4 – Compatibilização entre a Oferta e a Demanda por Medicamentos: estoques de medicamentos compatíveis com as necessidades da região, inclusive ampliando gradativamente o número de fármacos constantes da RENAME.

Fator 5 – Adequação na Oferta de Cursos de Capacitação Profissional: cursos com estrutura programática – didático-pedagógico, metodológica e tempo de realização – adequada às necessidades dos profissionais da área de saúde da região.

Fator 6 – Integração Institucional entre os Organismos de Saúde Pública da Região: utilização regular e sistemática de instrumentos gerenciais e administrativos que facilitem a intercomplementariedade e a cooperação entre todos os órgãos que atuam direta e indiretamente na área da saúde.

Fonte: **apud**, *Projeto Meu Lugar* – Diagnóstico da Região de São Joaquim, 2004.

Através do levantamento diagnosticado pelos participantes nas oficinas, na área da saúde, chegou-se a conclusão que, o perfil regional da saúde apresenta-se desfavorável ao adequado atendimento da demanda, e que atualmente, sem possibilidades, o que aparenta evidentemente, de modificar esse quadro negativo para uma situação de melhora.

Quadro 3 – Área 2 – Educação**Visão Atual das Condições Regionais em Educação****Condições Atuais do Ambiente Interno – Educação****Potencialidades****Fator 1 – Presença dos Ideais da Inserção Social nos Programas Pedagógicos das Escolas Públicas**

Caracterização: estão presentes na programação das escolas de ensino fundamental conteúdos e práticas didático-pedagógicas relacionadas à inserção social da comunidade na qual elas estão inseridas. Portanto, os currículos e projetos político-pedagógicos estão sendo organizados de forma a incluir ações concretas relacionadas à discriminação social, aos direitos da criança e adolescentes, ao trabalho infantil, à violência nos lares, à gravidez na adolescência, dentre outros.

Fator 2 – Incorporação dos Princípios da Autonomia e da Descentralização na Gestão das Escolas

Caracterização: o processo de gestão das escolas da região são definidos e realizados no sentido de fazer ampliar a sua autonomia técnico-administrativa. Assim, o planejamento dos gastos, calendário escolar e das propostas pedagógicas passam a ser implantados de acordo com as necessidades locais e regionais e não mais pelos órgãos centrais da administração da educação.

Fator 3 – Existência de Definições Políticas quanto à Priorização da Educação no Planejamento Governamental

Caracterização: a região conta com a vontade política de seus dirigentes no sentido de posicionar a educação como prioridade de governo. Por isso, ela é considerada como elemento com forte interveniência na qualidade de vida e nas ações de desenvolvimento sustentável da região.

Fator 4 – Existência de Profissionais Capacitados

Caracterização: um número significativo de profissionais, atuando nas escolas públicas, possui alto nível de formação técnica em educação.

Fator 5 – Ampla Participação das Escolas nos Processos de Valorização da Cultura Regional

Caracterização: a educação escolar e seus conteúdos programáticos têm dado ênfase à valorização da cultura predominante na Serra Catarinense. Com isso, as práticas escolares – currículos e atividades pedagógicas – têm envolvidos temas relacionados à formação cultural, às festas e músicas regionais, à arte e às tradições do povo que habita a região.

Problemas

Fator 1 – Insuficiência Comprometida da Comunidade Escolar

Caracterização: não existe ainda um suficiente comprometimento dos profissionais que atuam na escola – professores, diretores, técnicos e pessoal de apoio – no sentido de criar um ambiente sócio-técnico plenamente favorável à efetividade das ações educativas realizadas e à realização plena da função social da escola na localidade. Esse descompromisso se evidencia pelo excessivo número de faltas e licenças e pelos baixos níveis de motivação expressa no dia-dia do trabalho pedagógico.

Fator 2 – Escassez quanto ao Número de Instituições Parceiras

Caracterização: a rede de escolas possui várias instituições parceiras – igrejas, APP, EPAGRI – mas que são insuficientes para uma formação organizacional ampla e de relacionamentos recíprocos. Com isso, as parceiras se mantêm, predominantemente, por intermédio do voluntarismo de pessoas e grupos, sem, contudo, uma adequada institucionalização que as congregue sistemática e regularmente.

Fator 3 – Carência na Infra-Estrutura das Escolas Públicas

Caracterização: apesar do posicionamento da educação como prioridade governamental, perduram ainda inúmeras carências na infra-estrutura das escolas. Falta material básico para o trabalho didático e para realizar pesquisas, na há espaços físicos suficientes nem para o número de alunos, provocando superlotação das salas de aula, nem para atividades diversificadas tão importantes para o processo escolar. E, as bibliotecas, quando existem nas escolas, são precárias em termos de acervo e ambiente.

Fator 4 – Carência de Professores Especializados em Educação Cultural e Esportiva *Caracterização:* não há um número de professores suficiente, na região, que tenha adequada formação profissional no desenvolvimento de temas relacionados à cultura e ao esporte como componentes transversais do currículo escolar. Por isso, a tendência é o tratamento isolado e esporádico desses temas, e, quase sempre, desvinculado do processo ensino-aprendizagem.

Fator 5 – ~ Desvinculação dos Pais com a Educação dos Filhos

Caracterização: há uma cultura predominantemente na região por meio da qual os pais atribuem à escola a exclusividade da educação a seus filhos. Com isso, desvinculam-se, quase que por completo, das ações relacionadas ao ensino e à aprendizagem na quais seus filhos estão envolvidos. Como tal condição não promove a formação integral dos alunos, cria-se grave situação quanto ao futuro das relações sociais nas próprias comunidades.

Fator 6 – Deficiência no Transporte Escolar

Caracterização: o transporte de alunos representa uma forma de dar acesso a todas as crianças e jovens aptos a frequentar escolas. E, na região, são transportados todos os dias mais de quatro mil alunos em ônibus com péssimas condições, trafegando em estradas mal conservadas e, na maioria dos casos, acima da sua lotação máxima. Isso, além de colocar em risco a vida de todos os usuários do transporte escolar, submete as crianças a períodos de viagem estafantes, impróprios para quem vai participar de aulas.

Fator 7 – Altos Índices de Reprovação na 5ª Série

Caracterização: são constantes os índices elevados de reprovação dos alunos na 5ª série, provocando graves consequências para o sistema de educação e para os próprios alunos. Além da natural desmotivação dos alunos, a reprovação causa outro problema de grande carga negativa: a defasagem idade/série.

Condições Atuais do Ambiente Externo – Educação

Oportunidades

Fator 1 – Apoio Governamental para a Adequação das Condições Materiais das Escolas

Caracterização: as escolas da região têm contado com o sistemático apoio dos governos federal e estadual para a adequação de suas condições físicas e dos equipamentos necessários à melhoria da qualidade do ensino. Além de reformas e ampliação de prédios escolares, instalados laboratórios de informática, salas multiuso, bem como compra de mobiliários para ambientes pedagógicos e administrativos.

Fator 2 – Oferta de Cursos de Capacitação aos Profissionais da Educação

Caracterização: os profissionais da educação, que atuam em escolas da região, têm acesso a variados cursos de capacitação que são oferecidos pela Secretaria de Educação. Com isso, tem sido possível manter atualizada a comunidade escolar em praticamente todos os aspectos que envolvem as práticas pedagógicas.

Fator 3 – Consolidação do Processo de Informática na Escola

Caracterização: atualmente todas as escolas estaduais da região possuem doze computadores instalados, o que dá condições de iniciar a sua informatização e consolidar esse processo como parte integrante da vida escolar. Foi criado, para dar sustentação à informática na escola, e com o apoio do MEC, o *Núcleo de Tecnologia Educacional – NTE*, em São Joaquim.

Fator 4 – Instalação e Funcionamento Descentralizado da Secretaria de Desenvolvimento Regional

Caracterização: com a descentralização da SDR, a região passou a contar com mecanismos institucionais atuantes diretamente nos municípios. Com isso, passou a existir uma maior proximidade entre os atores sociais locais e os atores externos encarregados da coordenação do processo de desenvolvimento sustentável. Além de diminuir passos burocráticos, a descentralização da SDR promove maior participação e mobilização das comunidades.

Fator 5 – Adequação dos Investimentos em Educação

Caracterização: a educação, na região, tem recebidos adequados investimentos, garantindo a melhoria progressiva de seus componentes como: instalações, equipamentos, construção, ampliação, e reforma de prédios, bibliotecas, material didático-pedagógico, livro didático, laboratórios, merenda escolar, ambientes para o preparo de merenda escolar, antenas parabólicas.

Fator 6 – Implantação do Funcionamento Integral nas Escolas da Região

Caracterização: dez escolas estaduais da região estão em fase de implantação do tempo integral de funcionamento. Elas passam a oferecer, a todos os alunos, atendimento em tempo integral de forma que, além das aulas normais, todos terão atividades complementares ligadas ao esporte, música, comunicação, teatro, dança, arte.

Ameaças

Fator 1 – Insuficiência dos Processos de Valorização dos Profissionais em Educação

Caracterização: mesmo existindo programas governamentais de valorização profissional como o FUNDEB, por exemplo, não são suficientes para resolver problemas crônicos que afetam a comunidade escolar. Um deles é a histórica questão salarial que apresenta dupla complicação: redução relativa constante dos valores de remuneração e ausência de perspectiva para inflexão dessa tendência. Com isso a desmotivação e o descompromisso que, a cada tempo, se acentua entre os profissionais da educação.

Fator 2 – Predominância de Centralismo na Formulação e Implantação de Políticas Públicas em Educação

Caracterização: apesar dos avanços já conseguidos quanto, por exemplo, à democratização da gestão da escola, descentralizações da merenda escolar e do livro didático, ainda predominam práticas políticas oriundas do centralismo em educação pública. Por isso, o planejamento educacional, na região, ainda encontra dificuldades operacionais para organizar o sistema educacional em bases autenticamente regionais.

Fator 3 – Insuficiente Oferta de Cursos Profissionalizantes

Caracterização: mesmo considerando a grande demanda, a região não conta com instituições que ofereçam, regularmente, cursos profissionalizantes. Áreas ou ramos de atividades de grande importância na região como: agricultura, fruticultura, viticultura, automação, não são atendidas por curso de formação profissional.

Fator 4 – Reduzidos Níveis de Escolarização Exigidos, na Recrutação de Mão-de-obra.

Caracterização: mercado de trabalho da região não faz exigências capazes de estimular a busca por melhores níveis de escolarização. Além disso, as empresas, via de regra, não facilitam aos seus empregados a continuidade dos estudos básicos, chegando a dar preferência, nas contratações, a pessoas que não estejam estudando.

Fator 5 – Insuficiência de Instituições em Formação de Profissionais para o Ensino Médio

Caracterização: há sérias e permanentes deficiências para suprir necessidades em diversas áreas do Ensino Médio. São freqüentes as carências de professores com habilitação em química, física e biologia, fazendo

com que tais áreas sejam atendidas por profissionais sem formação específica na área e, tampouco com conhecimento pedagógico. E, a região não conta com instituições educacionais que ofereçam, suficientemente, cursos de formação nessas áreas do Ensino Médio.

A Visão Futura das Condições Regionais em Educação

Visão Compartilhada do Futuro

Fator 1 – Melhoria Crescente da Qualidade de Ensino Oferecido pelas Escolas Públicas da Região: processo ensino-aprendizagem de qualidade, provido de instrumentos sócio-técnicos para a formação integral dos alunos nas suas diversas dimensões humanas, e, ainda, oferecendo-lhes oportunidades para concorrer no mercado de trabalho em igualdade de condições.

Fator 2 – Níveis Crescentes de Motivação e Comprometimento da Comunidade Escolar: a maioria do professores, diretores, pessoal técnico e de apoio das escolas públicas, suficientemente motivada para atuar de forma comprometida e criativa na formação psicossocial de crianças e jovens da região.

Fator 3 – Adequação Permanente da Infra-Estrutura Escolar: processos pedagógicos desenvolvidos com o apoio dos indispensáveis materiais pedagógicos e livros didáticos; espaços físicos adequados; funcionamento de laboratórios de informática e de bibliotecas; oferta diária de merenda escolar e manutenção de transporte escolar seguro aos alunos que necessitam de deslocamento.

Fator 4 – Diminuição Permanente e Crescente dos Índices de Reprovação no Ensino Básico: a maioria dos alunos seguindo o fluxo normal do Ensino Fundamental e Médio, portanto, conseguindo adequados índices de aprovação e progressão, em especial na 5ª série onde, atualmente, ocorre o maior número de reprovações.

Fator 5 – Existência de Cursos Profissionalizantes Regulares na Região: instituições instaladas na região e que possam oferecer, regularmente, cursos profissionalizantes, atendendo à demanda por profissionais capacitados em áreas econômicas importantes para os municípios.

Fator 6 – Ampliação das Exigências de Melhores Níveis de Escolarização para os Trabalhadores da Região: mercado de trabalho exigindo, nos processos de seleção e contratação da mão-de-obra, níveis mais elevados de escolarização, inclusive facilitando e estimulando a permanência, na escola, dos já empregados.

Fator 7 – Manutenção e Ampliação dos Processos de Capacitação dos Profissionais em Educação: todos os professores das escolas públicas, em todos os municípios da região, podendo participar de cursos de atualização ou especialização, garantindo-lhes formação permanente durante toda sua vida.

Fonte: **apud**, *Projeto Meu Lugar* – Diagnóstico da Região de São Joaquim, 2004.

Através do levantamento diagnosticado pelos participantes nas oficinas, na área da educação, chegou-se a conclusão que, o perfil regional da educação apresenta-se em condições reais de se desenvolver de maneira sólida e concisa dentro das condições analisadas, frente às necessidades da população. Embora haja fatores restritivos, que vão de encontro às ações de aperfeiçoamento e crescimento da educação, os fatores estimulantes são satisfatórios e podem permitir a continuidade das tendências de melhora na educação.

Quadro 4 – Área 3 – Meio Ambiente, Desenvolvimento Social e Urbano

Visão Atual das Condições Regionais em Meio Ambiente, Desenvolvimento Social e Urbano

Condições Atuais do Ambiente Interno - Meio Ambiente, Desenvolvimento Social e Urbano

Potencialidades

Fator 1 – Existência de Ações para a Preservação Ambiental

Caracterização: existem ações planejadas e definidas para que os recursos da natureza sejam permanentemente preservados, atendendo a três grandes objetivos: promover a consciência coletiva para a importância da ecologia; criar condições para que a região se transforme em pólo turístico (centrado nas

belezas das florestas nativas, nos mananciais e da topografia) e iniciar um processo de desenvolvimento regional que seja auto-sustentável.

Fator 2 – Prevalência dos Valores da Hospitalidade na Região

Caracterização: prevalecem nas comunidades da região os valores da hospitalidade e da cordialidade, fazendo com que as pessoas sejam acolhedoras e prestativas. Isso abre perspectivas para a consolidação do turismo, uma vez que tais valores estimulam a visitação e a permanência maior do visitante.

Fator 3 – Existência de Grupos Associados na Região

Caracterização: o associativismo é um outro valor que as pessoas da região cultivam como prática comunitária. Com isso são fortalecidos os elos entre os produtores e suas famílias, bem como os princípios de conduta que fazem parte da cultura local.

Fator 4 – Altos Níveis de Motivação Comunitária para as Realizações Concretas

Caracterização: há, entre as pessoas e os grupos da região, elevada motivação o fazer, ou seja, estabelecer estratégias para atuar objetivamente na realidade. Existe uma consciência coletiva de que as ações de planejamento e execução têm que estar equilibradas, portanto, não basta idealizar o que fazer, há que fazer acontecer e produzir mudanças que se deseja.

Fator 5 – Ocorrências de Festas Temáticas na Região

Caracterização: a região conta com festas temáticas que já estão inscritas no calendário turístico brasileiro. Isso tem estimulado o turismo na região e patrocinado o surgimento de novos empreendimentos.

Fator 6 – Existência de Parcerias entre os Municípios da Região

Caracterização: pela proximidade geográfica e, pela identidade cultural das comunidades, os municípios desenvolvem, entre si, parcerias de cooperação recíproca. Trata-se de união de forças para solucionar problemas que são comuns entre eles e, com a agregação de esforços, viabilizarem ações mais rápidas, mais eficientes e baratas.

Fator 7 – Presença de Mecanismos de Integração Institucional

Caracterização: existem na região inúmeras instituições governamentais e não-governamentais que atuam integradas entre si, no sentido de melhor atender a seus usuários. Isso faz com que se ampliem as oportunidades de ação de tais instituições, uma vez que utilizam os mecanismos da intercomplementariedade para realizar suas atividades.

Problemas

Fator 1 – Predominância de Baixos Níveis de Escolaridade na Região

Caracterização: um dos fatores que exerce forte restrição à organização regional para o turismo é a baixa escolaridade das pessoas. São altas as taxas de analfabetismo e, com isso, ficam dificultadas as estratégias para a criação de pequenas e micro-empresas de turismo ou de agroindústria.

Fator 2 – Desequilíbrio entre o Trabalho Realizado e a Remuneração Auferida

Caracterização: devido aos baixos níveis de escolaridade e a conseqüente desqualificação profissional as pessoas e as comunidades são obrigadas a aceitar, trabalhos, às vezes desgastantes, recebendo baixos salários. Cria-se, então, o ciclo da impossibilidade social: não se obtém salário adequado porque não se tem escolaridade suficiente, simultaneamente, não há condições de freqüentar a escola porque o trabalho não permite. Esse ciclo vai resultar, invariavelmente, em pobreza e a falta de perspectiva para a manutenção das condições dignas de vida.

Fator 3 – Insuficiente Consciência Coletiva para as Questões Ecológicas

Caracterização: apesar das ações para a preservação ambiental, como áreas especialmente reservadas, existem ainda as práticas amplamente difundidas de queimadas, uso de agrotóxicos e desmatamento de matas e florestas nativas. Isso tem provocado poluição, contaminação das águas, com conseqüências negativas para a saúde pública, para a natureza e para as atividades econômicas ligadas ao turismo.

Fator 4 – Insuficiência no Conhecimento sobre Formas de Investimento e de Retorno Relacionado ao Esporte

Caracterização: é restrito o conhecimento dos produtores - empresários em geral – sobre a legislação que regulamenta os incentivos ao esporte e cultura, bem como sobre os benefícios que eles originam aos investidores nessa área. Isso provoca redução de recursos aplicados em cultura e esporte, mantendo padrões irrisórios de investimento.

Fator 5 – Predominância de Oferta de Empregos Temporários

Caracterização: a falta de empreendimentos industriais na região faz com que o mercado de trabalho seja instável e sazonal, oferecendo, na maioria das vezes, trabalho com tempo definido de contratação. Essa prática faz com que os trabalhadores não tenham segurança e não possam fixar na região pela falta de garantia de trabalho e renda – salário.

Fator 6 – Baixos Níveis de Qualificação Profissional

Caracterização: a maioria dos trabalhadores da região não possui qualificação profissional para poder

melhor negociar sua contratação no mercado. Por serem obrigados a ingressar cedo no mercado, os jovens trabalhadores não podem se manter na escola, no trabalho, não contam com o treinamento em serviço.

Fator 7 – Deficiência nos Serviços de Saneamento Básico

Caracterização: as residências não contam com adequado sistema de saneamento básico, dificultando a oferta de água tratada e de esgoto sanitário. A partir dessa situação avolumam-se os problemas de saúde pública, inclusive com o aumento da mortalidade infantil.

Fator 8 – Reduzido Participação e Comprometimento da População nos Eventos e Programas Realizados na Região

Caracterização: os diversos eventos e programas comunitário, relacionados aos variados temas, não contam com a participação e envolvimento da maioria da população. Grande parte das pessoas ainda não conhece a importância da participação comunitária para os processos de mudanças e das condições atuais. A postura mais comum é a passividade, esperando a intervenção do governo ou, quando muito, as expressões de críticas sobre os principais problemas que afligem pessoas e grupos sem, contudo, uma atuação concreta e pró-ativa.

Fator 9 – Indisponibilidade de Terminais Telefônicos

Caracterização: a região não conta com rede telefônica – tanto fixa como móvel – suficiente para atender às populações dos municípios. Tal situação prejudica os processos de desenvolvimento, pois mantém deficientes as comunicações entre as microrregiões.

Condições Atuais do Ambiente Externo – Meio Ambiente, Desenvolvimento Social e Urbano Oportunidades

Fatores 1 – Existência de Condições Ambientais Favoráveis ao Desenvolvimento Sustentável

Caracterização: a região apresenta reduzida degradação ambiental e, por consequência, altos níveis de preservação de seus recursos naturais. Isso facilita as ações relacionadas à promoção do desenvolvimento sustentável na região.

Fatores 2 – Forte Preocupação das Comunidades com a Continuidade de Ações Iniciadas

Caracterização: há uma preocupação das pessoas e grupos comunitários em dar continuidade às ações e projetos de desenvolvimento já iniciados. Existe, portanto, um esforço coletivo para que não haja interrupções nos programas previstos, evitando elevação de custos, atrasados e falta de participação dos atores locais.

Fatores 3 – Existência de Legislação Ambiental à Preservação da Natureza

Caracterização: as leis ambientais em vigor estão favorecendo a preservação da natureza, impedindo que os processos de degradação – do solo, das águas, da fauna e flora – se instalem na região.

Ameaças

Fator 1 – Desarticulação entre as Autoridades Legislativas e Executivas

Caracterização: não existe articulação entre legisladores e autoridades executivas, quando da formulação e aprovação de leis que interferem diretamente na vida regional local.

Fator 2 – Ineficiência na Implantação de Políticas Públicas

Caracterização: apesar de indispensáveis na ao desenvolvimento regional, as políticas públicas apresentam altos níveis de ineficiência quando são implantados na região. Na maioria das vezes são impositivas, fragmentadas e excessivamente burocratizadas, aumentando a complexidade da execução.

Fator 3 – Predominância da Visão de Lucro nos Empreendimentos Regionais

Caracterização: os empreendedores da região têm, geralmente, uma visão predominantemente comercial ao planejar seus empreendimentos. Essa postura faz com que o meio ambiente passe a ser tratado como matéria prima e espaços de produção, sem a necessária consciência da preservação, do uso racional e sustentável dos recursos naturais.

Fator 4 – Excessiva Centralização na Formulação das Políticas Educacionais

Caracterização: os municípios da região têm muito pouca participação na formulação de políticas educacionais, restando-lhes apenas a execução de decisões já firmadas pelo MEC ou pelo governo estadual. Há, com isso, dificuldades em adequar os programas escolares ou extra-escolares às reais necessidades das localidades, em especial àquelas relacionadas ao meio ambiente.

Fator 5 – Deficiência dos Programas de Financiamento de Moradia

Caracterização: devido às deficiências dos programas de financiamento para moradias, destinadas as populações de baixa renda, proliferam condições residências indignas. Assim, grande número de famílias vive, na região, em locais impróprios à saúde e ao repouso, dificultando às pessoas inserir-se adequada e competitivamente na força de trabalho.

Fator 6 – Insuficiência dos Processos de Construção e Manutenção de Estradas

Caracterização: as estradas que dão acesso a vários municípios da região estão em precárias condições de conservação. Essa situação dificulta o desenvolvimento das localidades, submetendo os moradores a condições de pobreza e isolamento.

A Visão Futura das Condições Regionais do Meio Ambiente, Desenvolvimento Social e Urbano

Visão Compartilhada do Futuro

Fator 1 – Ampliação Crescente dos Serviços de Saúde Pública: a população da região, em todos os municípios, com acesso aos serviços de saúde, inclusive àqueles voltados à prevenção de doenças e à conservação da saúde.

Fator 2 – Inclusão das Ações Sociais e Culturais como Agentes de Desenvolvimento Regional: fortalecimento das ações sociais, culturais e esportivas como parte de programas e projetos de desenvolvimento sustentável da região.

Fator 3 – Formulação e Implantação de Políticas Públicas Coerentes com a Realidade Regional: criação e implantação de mecanismos institucionais para que as políticas públicas tenham maior coerência em relação às condições socioeconômicas e culturais da região, tornando-se mais eficientes e efetivas.

Fator 4 – Ampliação Gradativa dos Níveis de Escolaridade: condições de acesso e permanência, nas escolas públicas da região, de todas as crianças de 7 a 14 anos, bem como atendimento escolar facilitado aos trabalhadores – jovens e adultos.

Fator 5 – Aumento do Acesso das Populações de Baixa Renda ao Financiamento de Moradia: extinção gradativa das residências sem condições adequadas de habitabilidade e aumento dos financiamentos que possam atender às populações de baixa renda.

Fator 6 – Aumento, entre os Empresários, da Preocupação com o Meio Ambiente, a Cultura e o Esporte: maior compatibilidade entre a busca de lucro e produtividade nos empreendimentos empresariais, o uso sustentável dos recursos da natureza, a valorização da cultura regional e o desenvolvimento dos esportes entre jovens – estudantes e trabalhadores.

Fonte: **apud**, *Projeto Meu Lugar* – Diagnóstico da Região de São Joaquim, 2004.

Através do levantamento diagnosticado pelos participantes nas oficinas, chegou-se a conclusão que, o perfil regional na área de Meio Ambiente, Desenvolvimento Social e Urbano apresenta-se de forma bastante variada, não mostrando pontos definidos de tendência, isto porque, a região convive com fatores positivos e negativos presentes no dia-dia e, ainda, a região submete a constante intervenções contrapostas, em relação aos aspectos humanos, organizacionais e estruturais, todos relacionados ao desenvolvimento regional.

Quadro 5 – Área 4 – Infra-Estrutura

Visão Atual das Condições Regionais em Infra-Estrutura

Condições Atuais do Ambiente Interno - Infra-Estrutura Potencialidades

Fator 1 – Grande Favorabilidade da Localização Geográfica da Região

Caracterização: o posicionamento geográfico dos seis municípios que compõem a região é estratégico, considerando as facilidades para o acesso aos mercados consumidores. Com isso aumenta o potencial competitivo do setor produtivo da região e as inevitáveis consequências referentes à ampliação de oferta de empregos e melhoria da renda dos trabalhadores.

Fator 2 – Alta Diversificação da Produção Agropecuária

Caracterização: a região tem uma produção diversificada na agropecuária, diminuindo sua vulnerabilidade

quanto às variações do mercado. Além da produção de maçã, que representa o carro chefe do setor produtivo da região, outros produtos têm importância econômica como: flores, frutas de caroço, uva, vinho, leite e carne.

Fator 3 – Existência da Associação de Municípios

Caracterização: a existência da Associação de Municípios da SDR/SJ representa um esforço conjunto, na região, para acelerar o processo de desenvolvimento regional. Com isso, pode integrar-se, de forma pró-ativa e participativa, ao programa do PNUD que visa a transformação das regiões administrativas do Estado em territórios de desenvolvimento.

Problemas

Fator 1 – Deficiências nas Condições Gerais de Infra-Estrutura

Caracterização: existem problemas na infra-estrutura da região no que diz respeito à falta de ligação asfáltica com outros pólos econômicos importantes do estado e da região sul; insuficiência nos serviços de comunicação – telefonia fixa e móvel; deficiências na eletrificação rural e saneamento básico e inexistência de aeroporto.

Fator 2 – Ausência de Manutenção Adequada de Estradas

Caracterização: as estradas da região, tanto as que ligam as sedes dos municípios como as vicinais que ligam comunidades locais, estão em péssimo estado de conservação. Não existe um adequado sistema de manutenção no sentido de atuar regularmente nas estradas. Assim, perduram problemas para o escoamento de safras e para o transporte de passageiros.

Fator 3 – Carência na Utilização de Processos Planejados de Ação

Caracterização: a região possui forte carência na utilização de metodologias de planejamento para o ordenamento de suas ações de desenvolvimento. Por isso, muitas vezes, as ações realizadas são baseadas apenas no imediatismo da situação presente, sem nenhuma visão de médio ou longo prazo.

Fator 4 – Excessiva Irregularidade na Topografia da Região

Caracterização: a topografia dos municípios que compõem a região é excessivamente acidentada o que diminui o aproveitamento do solo, exige maior investimento na produção e na qualificação de mão-de-obra.

Fator 5 – Incompatibilidade entre Demanda e Oferta de Mão-de-Obra Qualificada Profissionalmente

Caracterização: os empreendimentos produtivos, que são instalados na região, ficam prejudicados pela insuficiência no suprimento de mão-de-obra qualificada. Isso, muitas vezes, atrasa a instalação de empresas e, quando não, inviabiliza totalmente os empreendimentos previstos.

Fator 6 – Baixa Capacidade de Arrecadação dos Municípios

Caracterização: os orçamentos municipais da região não contam com os fluxos adequados de receita, o que inviabiliza o financiamento próprio de parte do processo de desenvolvimento local. Associado a isso há indícios de alta incidência de sonegação fiscal, vez que existe incompatibilidade entre arrecadação municipal e indicadores de produção.

Condições Atuais do Ambiente Externo – Infra-Estrutura

Oportunidades

Fator 1 – Diversidade Climática da Região

Caracterização: o clima da região representa uma oportunidade para o desenvolvimento do turismo e de atividades agrícolas peculiares. Microrregiões com clima temperado e com possibilidades de ocorrências de neves e geadas constituem locais especiais no Brasil, para o cultivo da maçã, uva e outras frutas, além de abrir espaço para o turismo ecológico em larga escala.

Fator 2 – Existência de Estudos e Pesquisas para a Ampliação da Geração de Energia

Caracterização: existe projeto já implantado de geração de energia elétrica no município de Bom Jardim da Serra, como também, pesquisas para expansão em Urupema.

Ameaças

Fator 1 – Inadequação das Políticas Públicas para a Área

Caracterização: as modalidades políticas atuais tendem a dificultar ou impedir o uso racional dos recursos naturais da região, não criando linhas especiais de créditos para a exploração da madeira, por exemplo.

Fator 2 – Falta de Liberação de Plano de Manejo Sustentável para a Araucária

Caracterização: os produtores da região não dispõem de um plano para exploração racional e sustentável da araucária, dificultando o crescimento de uma importante atividade produtiva.

Fator 3 – Insuficiência na Rede Instalada de Telefonia

Caracterização: a região não conta com rede de telefones fixos e móveis suficientes para atender a

população. As empresas de telefonia não estão expandindo os serviços de comunicação de forma a atender, suficientemente, todos os municípios, inclusive a zona rural que não é atendida.

A Visão Futura das Condições Regionais em Infra-Estrutura

Visão Compartilhada do Futuro

Fator 1 – Expansão do Desenvolvimento Econômico dos Municípios da Região: atividades econômicas em expansão, gerando emprego e renda, diminuindo o êxodo rural e a concentração populacional no litoral do estado.

Fator 2 – Melhoria na Qualificação Profissional da Mão-de-Obra: promoção do desenvolvimento regional acompanhada de qualificação profissional da mão-de-obra, tanto para os já empregados, utilizando-se de treinamentos em serviço, como para os jovens, - futuros trabalhadores - por meio de cursos profissionalizantes.

Fator 3 – Utilização Sistemática de Métodos e Técnicas de Planejamento nos Processos de Desenvolvimento Regional: programação e decisões sobre desenvolvimento da região assentadas em métodos e técnicas de planejamento, restringindo as ações improvisadas e imediatistas.

Fator 4 – Ampliação na Geração de Energia Elétrica: desenvolvimento e implantação de novos projetos para a geração de energia elétrica, diminuindo o grau de dependência da região em relação aos grandes centros de geradores.

Fator 5 – Estimulação e Apoio à instalação de Pequenas e Micro Agroindústria: adoção sistemática e regulamentada de mecanismos governamentais, não-governamentais e privados, destinados ao financiamento e assistência técnica à instalação e operação de pequenas e micro agroindústria na região.

Fator 6 – Introdução e Utilização de Novas Técnicas de Produção: adequação entre as exigências do mercado e a disponibilidade tecnológica dos setores produtivos da região, de forma a modernizar, gradativamente, equipamentos, instrumentos, máquinas, instalações, processos e procedimentos de produção.

Fator 7 – Criação e Consolidação do Certificado de Qualidade: processos de modernização produtiva acompanhados da institucionalização de um certificado de origem e de qualidade dos produtos gerados na região.

Fator 8 – Definição e Disponibilidade de um Plano de Manejo Sustentável da Araucária: existência de um plano organizado e definido para o uso dos produtos naturais da região, em especial ao manejo racional e sustentável da araucária.

Fator 9 – Existência de Processos Permanentes de Manutenção de Estradas: municípios com ligações rodoviárias em estado adequado de conservação e estradas vicinais conservadas e com condições regulares de tráfego.

Fonte: **apud**, *Projeto Meu Lugar* – Diagnóstico da Região de São Joaquim, 2004.

Através do levantamento diagnosticado pelos participantes nas oficinas, confrontando os fatores positivos e negativos, chegou-se a conclusão que, o perfil regional na área de infra-estrutura não dispõe, atualmente, de infra-estrutura adequada em relação à implantação de processos consistentes, dinâmicos e auto-ajustáveis de desenvolvimento regional. Além, desses fatores críticos na área de infra-estrutura, as conseqüências podem acabar sendo prejudicial ao crescimento e o desenvolvimento da região.

Quadro 6 – Área 5 – Desenvolvimento Produtivo – Agropecuária

Visão Atual das Condições Regionais em Agropecuária

Condições Atuais do Ambiente Interno – Agropecuária
<p>Potencialidades</p> <p>Fator 1 – Elevada Vocação e Tradição das Famílias em Atividades Agropecuárias <i>Caracterização:</i> os produtores rurais da região apresentam-se motivados e, a maioria deles, não pretende deixar o campo. Mostram-se satisfeitos com o que fazem e pretendem expandir seus negócios e manter a tradição familiar nos derivados de maçã, do leite, da carne bovina e suína, do couro, conservas e artesanato do vime.</p> <p>Fator 2 – Condições Ambientais Favoráveis à Agropecuária <i>Caracterização:</i> além do clima favorável, a região conta com os recursos naturais preservados o que oferece condições propícias à agropecuária, apicultura, piscicultura e pesca esportiva.</p> <p>Fator 3 – Suficiência de Profissionais Capacitados na Área <i>Caracterização:</i> a região conta com grande número de profissionais qualificados para atuar em agricultura, suprimindo as necessidades atuais de mão-de-obra.</p> <p>Fator 4 – Existência de Projetos de Pesquisas em Execução na Região <i>Caracterização:</i> muitas pesquisas estão sendo desenvolvidas na região – estação experimental da EPAGRI de São Joaquim -, destacando-se aquelas relacionadas ao plantio de uvas para vinho e à floricultura da Serra Catarinense.</p> <p>Fator 5 – Predominância de Clima Diversificado na Região <i>Caracterização:</i> o clima diversificado que predomina na região possibilita o cultivo de produtos agrícolas e que é inviável em outras regiões do Brasil. Com isso, abrem-se perspectivas de melhoria na renda dos produtores, bem como relativa garantia de mercado consumidor.</p>
<p>Problemas</p> <p>Fator 1 – Permanência de Práticas Geradoras de Poluição Ambiental <i>Caracterização:</i> existem na região práticas e agentes que provocam poluição e degradação ambiental. Assim, as atividades em pisciculturas, pesca esportiva, apicultura e agropecuária ficam prejudicadas, aumentando, com isso, os custos de produção.</p> <p>Fator 2 – Má Conservação das Estradas <i>Caracterização:</i> o estado precário das estradas é uma condição negativa presentes em todos os municípios da região. Não apenas as estradas vicinais, mas também as que interligam sedes de municípios, não tem manutenção adequada dificultando e encarecendo o escoamento de safras e o transporte de passageiros.</p> <p>Fator 3 – Reduzida Visão Empreendedora dos Produtos da Região <i>Caracterização:</i> os produtores não se mostram abertos às formas de empreendedoras de planejar e conduzir negócios produtivos. A tradição e os costumes familiares tendem a prevalecer quanto às perspectivas de se abrir novas frentes de atividades, atuarem em forma de cadeia produtiva, utilizar novas tecnologias ou aumentar os níveis de profissionalização nos trabalhos do campo.</p> <p>Fator 4 – Predominância de Baixos Níveis de Escolaridade <i>Caracterização:</i> existem baixos níveis de escolaridade entre famílias da região, mais grave, a percepção generalizada de que a frequência à escola ou a cursos profissionalizantes, não tem importância por ser desnecessária ao trabalho no campo. Essa consciência coletiva dificulta, fortemente, processos da modernização da produção, introdução de novas tecnologias e adequados procedimentos de gestão empreendedora.</p> <p>Fator 5 – Insuficiências na Organização Cooperativa e Associativa entre os Produtores <i>Caracterização:</i> são insuficientes os processos de atuação cooperativa e associativa entre os produtores da região. Há resistência quanto a união e as formas cooperativas de trabalho no campo. Com isso fica dificultada a introdução de novas tecnologias de produção, bem como a criação de cadeias produtivas, promotoras de altos níveis de cooperação e relacionamentos recíprocos nos diversos ciclos de produção.</p> <p>Fator 6 – Inadequação da Estrutura Fundiária <i>Caracterização:</i> predominância de grandes propriedades rurais ocupando extensas áreas e, muitas vezes, não dedicadas à produção agrícola. Acrescenta-se a isso o fato de que as pequenas propriedades, que têm forte componente social na produção rural, estão localizadas em áreas de mais baixa capacidade produtiva.</p> <p>Fator 7 – Inadequação no Uso de Agrotóxicos <i>Caracterização:</i> a região não conta com processos de educação ambiental, sobretudo quanto ao uso correto de produtos químicos nas lavouras e no destino dos produtos tóxicos – embalagens. Isso faz com que os produtos químicos da região, em especial as frutas, fiquem sob suspeição dos consumidores, dificultando o</p>

aumento mais célebre da comercialização.

Fator 8 – Insuficiência na Estrutura de Produção e Comercialização dos Produtos Agropecuários

Caracterização: existem na região altos índices de obsolescência de máquinas; equipamentos em geral utilizados no plantio e na conservação de produtos; instalações de armazenamento. Além disso, concorre para essas insuficiências: a falta de renovação de pomares, o combate adequado de doenças e pragas, a inexistência de ações de marketing de vendas, a baixa produtividade e a redução dos lucros.

Condições Atuais do Ambiente Externo – Agropecuária

Oportunidades

Fator 1 – Grande Apoio do PRONAF aos Pequenos Produtores

Caracterização: a grande maioria das propriedades rurais da região é formada de pequenas áreas, portanto a ação do PRONAF se estende por todos os municípios. Por intermédio do financiamento e assistência técnica, o Programa tem promovido a melhoria de qualidade de vida das famílias, oferecendo apoio à produção e ao incremento da produtividade na agricultura familiar.

Fator 2 – Existência de Estímulos Creditícios e de Assistência Cooperativista

Caracterização: a existência de agentes de assistência cooperativista e apoio creditício aos pequenos produtores da região têm aumentado o interesse pela atuação associativa e cooperativa entre eles. O projeto de *Microbacias II* é dos agentes que tem estimulado a formação das mais diversas formas de associativismo entre os produtores.

Fator 3 – Disponibilidade das Ações Técnicas e de Pesquisa da EPAGRI

Caracterização: os produtores da região contam com a atuação técnica da EPAGRI não apenas no desenvolvimento de pesquisa e geração de conhecimentos científicos na área, mas também na testagem e monitoramento de novos cultivares. Além disso, a Empresa coloca, à disposição dos produtores rurais, técnicas e procedimentos sobre uso adequado de produtos químicos, processos de manutenção da qualidade dos produtos, técnicas modernas de embalagens e armazenamento.

Fator 4 – Existência de Agências de Crédito na Região

Caracterização: existe na região, funcionamento regularmente, agências de crédito como o BB, BRDE e BADESC, além das cooperativas de crédito. Essa estrutura bancária e de fomento à agricultura tem proporcionado, aos produtores, acesso a crédito e com relativa facilidade na obtenção.

Fator 5 – Proximidades dos Grandes Centros Consumidores

Caracterização: a proximidade da região em relação aos grandes centros consumidores facilita a comercialização dos produtos da região. Isso faz com que haja um fluxo regular de demanda, facilitando, em muito, o planejamento da produção.

Ameaças

Fator 1 – Manutenção de Práticas Arcaicas nos Processos de Decisão Governamental

Caracterização: perduram ainda, entre os dirigentes governamentais, nos vários níveis da Administração Pública, práticas e procedimentos arcaicos e superados. As decisões são tomadas, em grande parte, a partir do voluntarismo ou pretensões de uma pessoa ou de um grupo de pessoas que, na ocasião, ocupam o poder. Por não se sustentarem em bases planejadas e programáticas, tais decisões são abandonadas tão logo haja mudanças entre os detentores do poder. Daí a descontinuidade, os atrasos, as paralisações e os desgastes, impróprios a qualquer empreendimento orientado para o desenvolvimento regional e local.

Fator 2 – Descontinuidade nos Processos de Planejamento Governamental

Caracterização: a descontinuidade dos processos de planejamento governamental é uma prática constante, provocando interrupções e atrasos em empreendimentos já iniciados. Isso tem provocado sérios prejuízos socioeconômicos, impedindo que se instale uma dinâmica regular e simétrica às ações de desenvolvimento regional e local.

Fator 3 – Desativação das Escolas Rurais

Caracterização: a nucleação das escolas nas cidades provocou a desativação daquelas que funcionavam nas localidades rurais. Com isso exige-se dos alunos deslocamentos, sem contar ainda com as disfunções curriculares, uma vez que estes tendem, nas escolas urbanas, e não enfatizar a vida rural com toda suas características sócio-culturais, econômicas e ecológicas.

A Visão de Futuro das Condições Regionais em Agropecuária

Visão Compartilhada do Futuro

Fator 1 – Ampliação da Visão Empreendedora dos Produtores: maior profissionalização nos processos de trabalho, além de maior abertura, entre os produtores rurais, para novos empreendimentos e novas formas de organizar negócios e de aplicar recursos na produção.

Fator 2 – Produtores da Região Organizados em Cooperativas e Associações: aumento gradativo e regular de produtores rurais da região participantes de organizações cooperativas e associativas.

Fator 3 – Existência de Ações Concretas para a Melhoria da Infra-Estrutura de Produção e Comercialização: programas e projetos em execução, na região, no sentido de dar aos produtores rurais melhores condições infra-estruturais para a produção e a comercialização de seus produtos.

Fator 4 – Institucionalização e Uso de Avaliação de Impacto Ambiental para todos os Empreendimentos Produtivos: obrigatoriedade de laudos de impacto ambiental para a instalação de empreendimentos econômicos, de qualquer natureza, em todos os municípios da região.

Fator 5 – Planejamento Governamental Contínuo e Participativo: adoção de técnicas participativas de planejamento, reduzindo as formas voluntaristas de tomada de decisão, consolidando, assim, às práticas diagnosticadas e sistemática de programação.

Fator 6 – Compatibilidade entre o Uso de Defensivos Agrícolas e as Ações de Preservação do Meio Ambiente: utilização adequada de agrotóxicos e de seus resíduos, a partir da observância de duas regras básicas: não prejudicar a qualidade dos produtos (frutas) e não agredir a natureza – solo, água e ar.

Fonte: **apud**, *Projeto Meu Lugar* – Diagnóstico da Região de São Joaquim, 2004.

Através do levantamento diagnosticado pelos participantes nas oficinas, pode-se afirmar que o perfil regional na área da Agropecuária, representa uma área com significativa influencia positiva nos empreendimentos que a região realiza em favor do seu desenvolvimento sustentável, levando em consideração suas atuais condições e potencialidades humanas, institucionais e infra-estruturais.

Quadro 7 – Área 6 – Segurança Pública

A Segurança Pública no território é constituída pelas seguintes entidades: Corpo de Bombeiros, Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Rodoviária. Tanto os recursos físicos como humanos e materiais, são insuficientes para atender a demanda da Serra Catarinense. Um exemplo claro disso, é a existência de um único quartel de Corpo de Bombeiros para atender os seis municípios da região.

Como principais ocorrências na região podem destacar as lesões corporais, uso e porte de tóxicos e entorpecentes, homicídios e crimes contra o patrimônio ou furtos. Este último, com aumento significativo no segundo semestre de 2005, tendo como principal causa a falta de emprego. Como principais ações para solucionar estes problemas, seriam: o incremento da corporação, estabelecimento de ações preventivas e educativas, além de melhoria da renda per capita de nossa região.

Fonte: **apud**, *Projeto Meu Lugar* – Diagnóstico da Região de São Joaquim, 2004.

3.4. Capital Social da Região de São Joaquim

A pesquisa do Capital Social no território de São Joaquim adveio dum contrato estabelecido entre a ESAG/SPG/PNUD, com interveniência da FESAG. A pesquisa foi feita com base no Relatório sobre “O Diagnostico do Capital Social”, elaborado por Salm e Menegasso (2004). A pesquisa teve como objetivo propor e aplicar uma metodologia para levantar o capital social nos municípios que integram a Secretaria Regional de São Joaquim: Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Rio Rufino, São Joaquim Urubici e Urupema.

“Capital social: é o patrimônio resultante da articulação política e social de uma comunidade, que torna capaz de promover o autodesenvolvimento sustentável e o bem comum para todos os seus membros. Essa articulação acontece dentro de grupos e redes cujos integrantes se orientam pelas dimensões da confiança e solidariedade, ação coletiva e cooperação, comunicação e acesso a informações, *empowerment* e ação política, coesão e inclusão social” (GRUPO POLITÊIA¹³ – RELATORIO DO CAPITAL SOCIAL - REGIAO DE SÃO JOAQUIM, 2004, P. 17).

Através de um roteiro pré-estruturado, a equipe responsável pela pesquisa de campo elaborou o levantamento de todas as organizações sociais formais que atuam nos municípios que compõem a Região, no qual serviu de amostra a ser pesquisada. A pesquisa teve como foco de concentração, o levantamento dum conjunto de informações perante os dirigentes das organizações, a partir das dimensões do capital social.

A pesquisa foi concretizada no período de dezembro de 2003 a março de 2004, a coleta dos dados foram vias questionários e ocorreu no período de fevereiro até a primeira quinzena do mês de março.

Cabe a observação, que os coordenadores dessa pesquisa optaram em realizar um levantamento através das organizações sociais e não dos domicílios, devido aos fatores históricos e culturais que construíram a realidade da Região. Em função do melhor resultado esperado, a equipe de pesquisa optou pela mensuração do capital social da região a partir das organizações sociais até chegar ao cidadão. Além disso, em função das características da pesquisa, utilizou-se uma combinação de abordagem qualitativa e quantitativa, uma vez que os pesquisadores compreenderam que, neste caso, a quantidade e qualidade são inseparáveis e interdependentes. O enfoque foi de caráter exploratório, descritivo e avaliativo, uma vez que se procurou aprofundar o conhecimento sobre o Capital Social da Região de São Joaquim.

¹³ POLITÊIA – Grupo de Pesquisa sobre Co-Produção de Serviços Públicos.

Para dar início ao trabalho, depois de escolhida a composição da equipe regional de pesquisa, foi realizado um treinamento com a equipe para capacitar os pesquisadores dentro do objetivo da pesquisa.

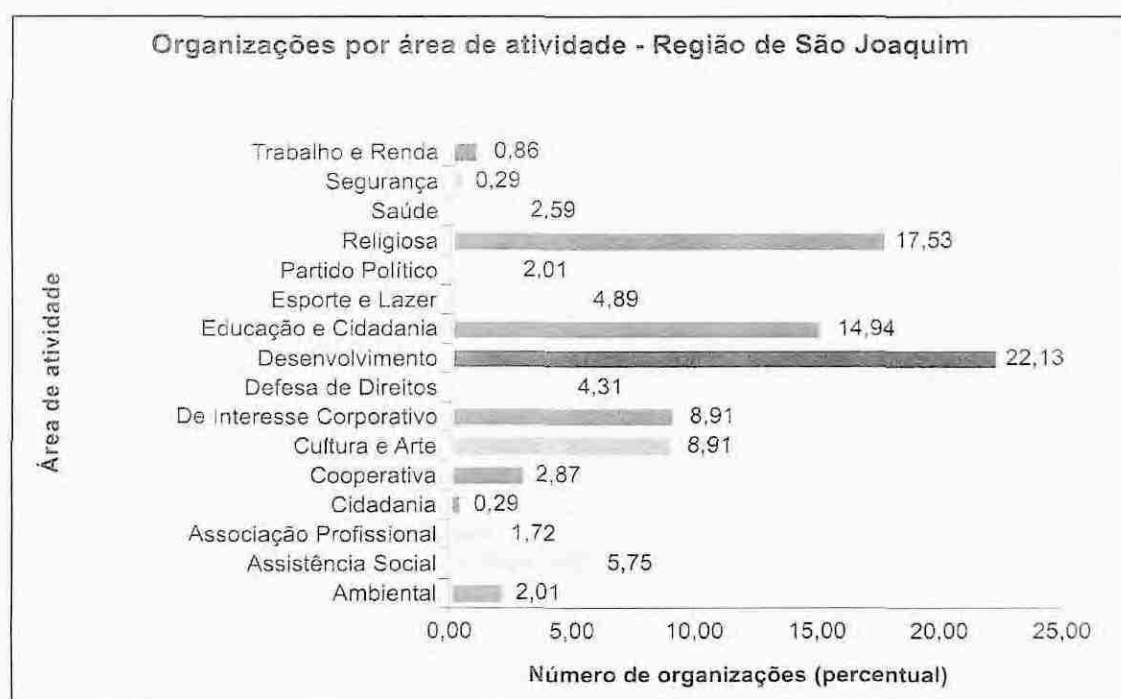
Uma vez tendo iniciado a pesquisa de campo, os pesquisadores localizaram e identificaram as entidades através de um roteiro pré-estruturado. A coleta de dados aconteceu por meio de visitas junto aos órgãos governamentais (federais, estaduais e municipais).

A etapa seguinte após a identificação dessas organizações sociais, consistiu no cadastramento das mesmas em um banco de dados, criado especialmente para essa pesquisa. Através do resultado da sistematização dessas informações, foi elaborado um guia eletrônico contendo todas as organizações sociais da região, disponível ao público em geral, no site: www.politéia.esag.com.br.

Os instrumentos de coleta de dados foram esquematizados sob forma de questionários, a partir dos objetivos da pesquisa, tendo por base uma amostra extraída do cadastro dessas organizações, para aplicação do instrumento de coleta dos dados dos dirigentes dessas instituições, bem como, outra de usuários e não usuários dessas organizações.

Pelo levantamento das organizações sociais existentes na região de São Joaquim, constatou-se um total de 348 organizações, divididas da seguinte maneira: 27 domiciliadas no Município de Bom Jardim da Serra, 44 em Bom Retiro, 24 em Rio Rufino, 158 em São Joaquim, 67 em Urubici e 28 em Urupema. Verificou-se que as organizações cadastradas se dedicam à assistência social, cultura e arte, interesses corporativos, desenvolvimento, educação e cidadania, esporte e lazer, saúde e trabalho, entre outros, conforme demonstra a tabela abaixo:

Figura 08 – Organizações por área de atividade – Região de São Joaquim



Fonte: Banco de Dados do Grupo de Pesquisa POLITÉIA/UDESC/ESAG.

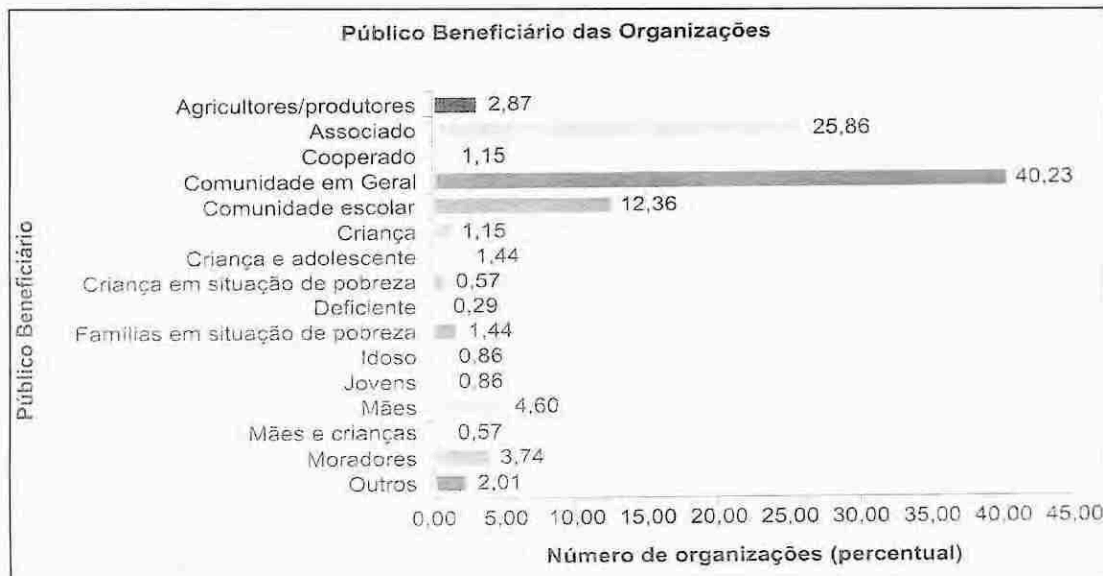
Conforme a pesquisa, todas elas têm bases comunitárias, a maioria são associações que emergiram da iniciativa e da ação de pessoas que residem na comunidade e que concentram seus esforços visando a melhoria da qualidade de sua comunidade.

Esse conjunto de organizações sociais, apesar de ser formais, de fato, não são empresas e nem órgãos públicos, são conhecidas como entidades sem fins lucrativos ou como organizações não-governamentais, mesmo sendo regidas pelo direito privado. Muitas dessas instituições existem no intuito de produzir o bem público e não para acumular riqueza, podem ser denominadas de organizações do terceiro setor; por isso dependem dos benefícios legais concedidos pelos órgãos governamentais às organizações sem fins lucrativos.

As organizações domiciliadas na Região têm como finalidade: o atendimento ao cidadão, a prestação de serviços no intuito de promover o desenvolvimento econômico, impedem a degradação ambiental, defendem os direitos de seus cidadãos, além de atuarem na produção de serviços e na execução de políticas sociais. A maioria dessas organizações é formada por: cooperativa, associação, conselho e clubes. São organizações sinérgicas, sob o ponto de vista, de exercer funções políticas, sociais e econômicas e se apresentam sob pluralidade de diversas formas jurídicas.

A tabela que segue apresenta os percentuais dos diversos públicos beneficiados pelas organizações sociais da região:

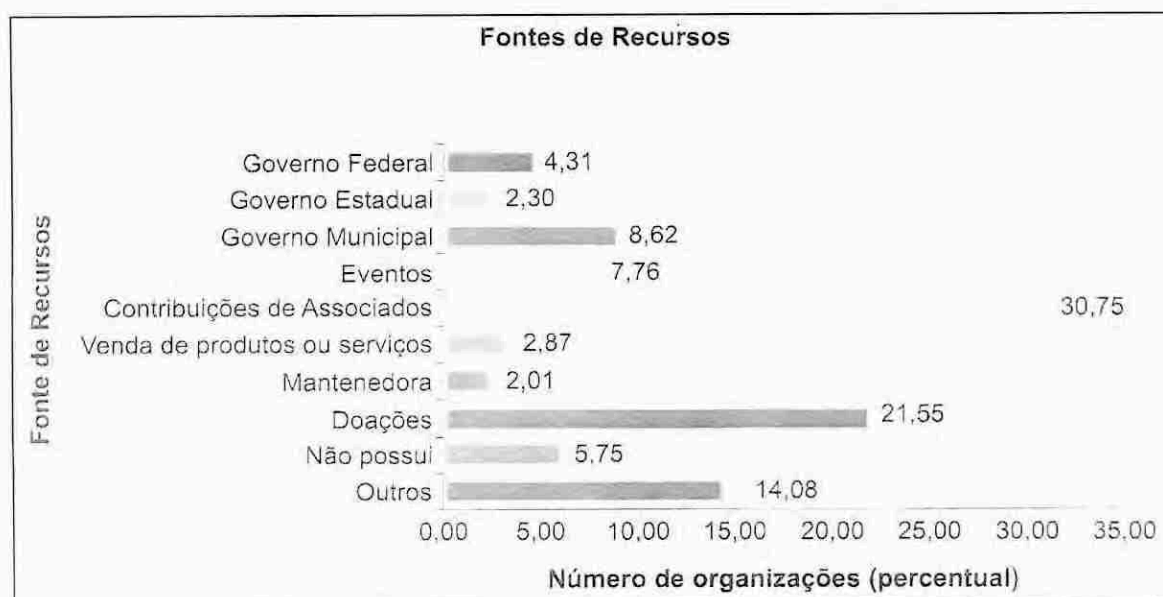
Figura 09 – Público Beneficiário das Organizações



Fonte: Banco de Dados do Grupo de Pesquisa POLITÉIA/UDESC/ESAG

As fontes de recursos que compõem as organizações sociais pertencentes ao território da Secretaria Regional de São Joaquim, são representadas conforme tabela abaixo:

Figura 10 – Público Beneficiário – Região de São Joaquim



Fonte: Banco de Dados do Grupo de Pesquisa – POLITÉIA/UDESC/ESAG

Segundo o Relatório do Capital Social de São Joaquim (2004), a pesquisa do capital social foi formulada a partir das seguintes dimensões:

a) **Grupos e Redes:** essa dimensão discute e analisa a natureza e a extensão da participação das pessoas em vários tipos de organização sociais e redes formais, e trata das várias contribuições dadas e recebidas nessas relações.

b) **Confiança e Solidariedade:** confiança e solidariedade formam uma categoria por meio da qual se busca levantar dados sobre a confiança que as pessoas têm na suas instituições e como os dirigentes, associados e usuários e a população de não-usuários ou não-associados e percebem.

c) **Ação Coletiva e Cooperação:** a ação coletiva e cooperação se identificam por meio da participação dos membros de um domicílio em trabalhos com outras pessoas, em sua comunidade, em projetos conjuntos e/ou em respostas a crises. Por meio dessa categoria busca-se conhecer as conseqüências do não-atendimento das expectativas associadas à participação daqueles membros, ou da frustração que eles experimentam.

d) **Informação e Comunicação:** a informação e comunicação são categorias por meio das quais se constata que o acesso à informação tem sido cada vez mais reconhecido como essencial para ajudar as comunidades empobrecidas a terem mais voz ativa nos assuntos relativos a seu bem estar. Através dessa categoria de questões, procurou-se explorar os meios ou canais pelos quais os domicílios pobres recebem informação sobre as condições de mercado e serviços públicos e o grau de acesso que possuem em relação a infra-estrutura de comunicação com esse tipo de serviço.

e) **Coesão e Inclusão Social:** a coesão e inclusão social, como dimensão do capital social, indicam que as organizações e as comunidades não são entidades coesas; antes, caracterizam-se por divisões e diferenças que podem acarretar conflitos. Questões levantadas com essa categoria permitem identificar a natureza e o tamanho dessas diferenças, os mecanismos pelos quais elas são gerenciadas e os grupos excluídos dos serviços públicos essenciais. Também se consideram aqui questões relativas às formas cotidianas de interação.

f) **Poder e Ação Política (Empowerment):** poder e ação política compõem uma dimensão por meio da qual se reconhece que os indivíduos têm “autoridade” ou detêm poder, na medida em que mantêm certo controle sobre as instituições e os processos que afetam diretamente seu bem-estar. Com as questões dessa dimensão, busca-se averiguar o

sentimento de eficácia pessoal e capacidade que anima os membros de uma comunidade a exercerem influência sobre os eventos locais, tanto quanto sobre as respostas políticas mais amplas. Nesse sentido, o *empowerment* é o poder que resulta da sinergia dos membros da comunidade que age articulada, em busca de propósitos comuns, associados ao território ao qual pertencem.

Para finalizar, destacam, ainda, a importância da necessidade de implementar outras estratégias nas organizações sociais para que a mesma não fiquem a espera da benevolência do poder público, pois esta dependência, que é característica da região não contribui para o exercício do poder e a ação política, no sentido elevar o *empowerment*.

3.4.1. Projeto Pacto de Concertação

No ano de 2004, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, órgão vinculado ao Governo Federal, implantou o “Projeto Pacto de Concertação”, como o objetivo de implementar programas e ações escolhidas em comum acordo com as três esferas dos governos, Federal, Estadual e Municipal, levando em consideração, evidentemente, a demanda da sociedade civil, sendo que, caberá a mesma exercer, o controle social sobre a ação governamental e de forma direta, participar de ações específicas de apoio ao plano de desenvolvimento do território.

Os programas e ações contidos no Pacto de Concertação visam apoiar o projeto de desenvolvimento sustentável diminuindo as desigualdades entre as regiões, atuando a nível sub-regional, de maneira articulada com a estratégia nacional de desenvolvimento, no qual a mesma ajudou a contribuir na formulação do Plano Pluri Anual – PPA entre 2004 e 2007.

O Projeto pôde ser aprovado de acordo com a Lei Federal Nº 10.933, de 11 de agosto de 2004. Os estados de Santa Catarina e do Ceará, na região do Baixo Jaguaribe, foram escolhidos pelo Ministério do Planejamento para ser as regiões piloto do Projeto.

A região de São Joaquim foi escolhida para ser piloto desse projeto, devido, principalmente, ao fato da sua atuação na elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional de São Joaquim.

Em outubro de 2004, deu início ao projeto através do Seminário em conjunto com as Secretarias de Estado e Secretarias Municipais, no intuito de definirem as prioridades a serem apresentadas aos representantes das três esferas do governo, num seminário seguinte.

Em novembro de 2004, aconteceu o Seminário para definir as responsabilidades de cada esfera governamental e estabelecer as parcerias para executar os projetos definidos no Plano de Desenvolvimento Regional, nele estavam presentes os representantes dos Ministérios da Educação, Saúde, Cultura, Turismo, Esporte, Planejamento, e Desenvolvimento Agrário.

Através do resultado deste trabalho, foi elaborado uma Planilha para o Acompanhamento das Ações, visando o monitorar o desenvolvimento de cada atividade. Esta planilha é atualizada periodicamente estando disponível no *site* da Secretaria de Estado do Planejamento: www.spg.sc.gov.br.

CAPÍTULO IV

AS ESTRATÉGIAS DE AÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE SÃO JOAQUIM

4.1. O Plano de Desenvolvimento Regional – Região de São Joaquim

Em abril de 2004, o Plano de Desenvolvimento Regional de São Joaquim foi validado pelo Conselho de Desenvolvimento Regional de São Joaquim. Este plano, foi elaborado a partir dos 8 conceitos metodológicos, já visto neste trabalho, no Plano de Desenvolvimento Regional.

O Plano de Desenvolvimento Regional de São Joaquim, o PDR – SJ, foi realizado através do Governo do Estado de Santa Catarina - SPG/SC¹⁴, pela parceria do PNUD e do Projeto Meu Lugar, cujo objetivo, foi de promover o desenvolvimento local e sustentável no território de São Joaquim.

Segundo o PDR – SJ (2005), o Desenvolvimento Local é uma estratégia de desenvolvimento de territórios, podendo envolver não apenas municípios, mas também microrregionais, mesorregionais, distritos e até mesmo bairros em conglomerados urbanos.

Dessa forma, promover o desenvolvimento local em um território, significa:

“[...] *“des-envolver”* o que já está latente e é potencial do território, em movimentos da natureza endógena, de dentro para fora; por outro lado, pode haver ações no local de origem externa que provoquem o desenvolvimento local a partir do próprio território, estimulando a transformação, de modo análogo ao fogo que esquenta a água da chaleira provocando o ferver da água” (PROJETO MEU LUGAR, PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE SÃO JOAQUIM, 2005).

Conforme o PDR – SJ, o Desenvolvimento Local envolve três categorias de Atores do Território:

- **O Governo**, nas esferas federal, estadual e municipal;
- **O Mercado**, considerando tanto os atores do lado da oferta como do lado da demanda, nos mercados de fatores e de bens e serviços;
- **A Sociedade Civil**, incluindo os cidadãos, as organizações sociais e as suas entidades representativas.

¹⁴ SPG/SC – Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Estadual de Santa Catarina.

Figura 11 – Os Atores do Desenvolvimento Local



Fonte: Projeto Meu Lugar - Plano de Desenvolvimento Regional de São Joaquim, 2005

A estratégia de desenvolvimento local vai além do envolvimento de cada um dos vértices do triângulo na participação do desenvolvimento do território, é importante também a identificação das relações (lado do triângulo) entre os atores e a articulação para a sua integração na tarefa comum.

Dessa forma, a estratégia de Desenvolvimento Local se aplica em três linhas de ação, conforme PDR – SJ, como sendo:

- **A Formação de Capital Humano e Capital Social:** a transformação do território tem como base o capital humano, como ativo de desenvolvimento, capaz de alavancar as mudanças necessárias para sair do estado atual diagnosticado e construir o estado desejado. Cabe ratificar que o planejamento da intervenção parte dos próprios atores (com facilitadores externos) e se baseia nas capacidades humanas do território.

Por outro lado, o Capital Social uma vez instalado no território possibilita o empoderamento dos atores sociais, capazes de realizar ações e tomar decisões conjuntas em favor do território. Dessa forma, a condição necessária para dar sustentabilidade ao desenvolvimento do território, depende diretamente da construção e do fortalecimento do Capital Social, evidentemente através de processos de desenvolvimento comunitário e institucional.

▪ **O Desenvolvimento Produtivo Difuso do Território:** a presença e instalação de capital produtivo são fatores fundamentais para promover o desenvolvimento humano e social. Dessa maneira, promover estratégias produtivas enérgicas ou difusas apostando na extensão do acesso às oportunidades e serviços inovadores de apoio aos empreendedores territoriais geram ocupação, renda, propensão a consumir, poupança e investimento nos negócios identificados como viáveis, e ainda, estimulam a formação de redes e a agregação de valor à inclusão de micro e pequenas empresas em cadeias produtivas dinâmicas.

▪ **A Concertação Interinstitucional:** essa linha de estratégia consiste na tarefa de promover o esforço de articulação, formação de alianças, acordos e convênios, adequação dos papéis às vantagens competitivas de cada agente, enfim, fomentar a cooperação entre as instituições para a consolidação do desenvolvimento territorial.

A criação e consolidação de espaços de participação (fóruns, conselhos, agências, etc.) embutida na estratégia de desenvolvimento local, preparam o terreno para a Gestão Participativa do território, no qual todos os atores, incluindo o Governo serão responsáveis pelas políticas públicas e pelos interesses coletivos do território.

Figura 12 – A Estratégia de Desenvolvimento Local



Fonte: Projeto M.eu Lugar - Plano de Desenvolvimento Regional de São Joaquim, 2005.

As ações de apoio ao Desenvolvimento Local se processam em três componentes:

- a) **Apoio ao Desenvolvimento Comunitário:** Executando programas e ações que reforcem o senso de grupo e de comunidade das pessoas do território;
- b) **Apoio ao Desenvolvimento Produtivo:** Elaborando e implementando projetos que, considerando o sistema produtivo local e seus eixos estruturadores, as potencialidades de mercado e a existência de cadeias produtivas dinâmicas com atual ou potencial influencia nos empreendimentos econômicos do território, busquem a formação e consolidação de arranjos produtivos locais, capazes de agregar valor nas cadeias.
- c) **Apoio ao Desenvolvimento Institucional:** Promovendo a institucionalização das equipes, associações, organizações de produtores, etc. e reforçando as organizações, instituições e entidades já existentes, planejando seu futuro e dimensionando a sua estrutura organizacional para dar respostas às demandas sociais da sua missão.

Sendo assim, a sustentabilidade do desenvolvimento dependerá da consistência, adequação aos interesses do território e do poder de resposta das suas instituições. O pleno funcionamento das novas instituições (organizações e redes de produtores, instâncias representativas para gestão participativa, equipes técnicas locais organizadas, agências e oficinas de desenvolvimento local, etc.) exercerá a função de equilibrar, ou talvez, superar as estruturas obsoletas e ineficazes, paternalistas e eticamente incorretas, provocadoras de custos ambientais, econômicos e sociais que normalmente não tem retorno e frequentemente são instaladas nos municípios e regiões do país, mais precisamente nas regiões menos favorecidas.

Faz parte desse contexto negativo o território da Serra Catarinense, que compreende os municípios de Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Rio Rufino, São Joaquim, Urubici e Urupema. O território ainda sofre com gravíssimos problemas sociais e econômicos, o que por si só justificaria a implementação de um plano de desenvolvimento regional, feito através de forma participativa com os atores do território, iniciativa pioneira na região.

Com base no Plano de Desenvolvimento Regional - PDR, no levantamento do Diagnóstico da Região de São Joaquim e no Relatório do Capital Social, o Plano de Desenvolvimento Regional de São Joaquim PDR - SJ foi validado pelo Conselho de Desenvolvimento Regional de São Joaquim em abril de 2004.

A seguir será apresentado o Marco Lógico do Plano de Desenvolvimento Regional de São Joaquim. O Marco Lógico consiste num conjunto de elementos inter-relacionados que dêem ser concebidos de maneira sistêmica, de modo a servir de referência de todas as ações do Plano. O monitoramento, a avaliação e o redirecionamento do Plano são fatores fundamentais para sua formação.

O Marco Lógico relacionado ao PDR-SJ, permitirá a apresentação do objetivo geral de desenvolvimento; os objetivos concretos do Plano; o conjunto de atividades voltadas em produzir os resultados do Plano; e, as condições ou circunstância externas para assegurar que o Plano contribua significativamente ao objetivo de desenvolvimento e para que os componentes possam se completados e alcance o propósito do Plano.

Quadro 08 - Marco Lógico do Plano de Desenvolvimento Regional de São Joaquim

Resumo Descritivo	Indicadores	Meios de Verificação	Pressupostos
Objetivo Superior (Finalidade) do Plano. Fomentar e contribuir de modo efetivo para o desenvolvimento local sustentável e a melhoria da qualidade de vida da Serra Catarinense, ressaltando que o desenvolvimento deverá ser economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente equilibrado.	- Melhoria do IDH dos Municípios do Território.	Secretarias Municipais de Assistência Social.	- Reforma Tributária adequada para o fortalecimento dos municípios; - Aprovação da legislação vigente; - Vontade política de implementar o Plano; - Comprometimento das administrações estaduais e municipais da Serra Catarinense com o Plano;
Objetivos Imediatos (Propósito) do Plano. Fortalecer e consolidar no território da Serra Catarinense as estratégias de desenvolvimento local, através da formação de capital humano e social, desenvolvimento produtivo difuso do território e concertação interinstitucional para gestão participativa.	- Crescimento da arrecadação de tributos relativos à atividade econômica. - Aumento da renda per capita dos municípios do território.	- Secretarias da Receita Federal, Estadual e Municipal. - IBGE	- Adesão e comprometimento da sociedade civil da Serra Catarinense com o Plano; - Recursos Financeiros disponibilizados para a implantação do Plano.

Quadro 09 - Marco Lógico – Objetivos Estratégicos

	Indicador	Meios de Verificação
AGROPECUÁRIA		
Objetivo: Queremos continuar progredindo aqui, com a comunidade organizada com sustentabilidade econômica, social e ambiental com qualidade de vida.		

Resultado 1: Ampliação da visão empreendedora dos produtores rurais.	- Aumento da arrecadação dos municípios do território.	- Secretaria do Desenv. Social. - Levantamento Agropecuário. - Ministério das Cidades. - Secretaria da Fazenda.
Resultado 2: Produtores rurais da Serra Catarinense organizados em cooperativas e associações.	- Número de produtores cooperados e associados.	- OCESC. - ICEPA. - OCB. - Receita Federal e Estadual.
Resultado 3: Existência de ações concretas para a melhoria da infraestrutura de produção e comercialização.	- Aumento da oferta de produtos processados. - Aumento da renda familiar e arrecadação. - Aumento de postos de trabalho. - Aumento do número de financiamentos.	- IBGE. - Receita Federal e Estadual. - ICEPA. - Rede bancária.
Resultado 4: Institucionalização e uso de avaliação de impacto ambiental para todos os empreendimentos produtivos.	- Elevação dos licenciamentos ambientais aplicados na agricultura.	- FATMA. - IBAMA. - Polícia Ambiental.
Resultado 5: Planejamento governamental contínuo e participativo.	- Nível de satisfação da população do território.	- Reuniões com lideranças.
Resultado 6: Compatibilidade entre o uso de defensivos agrícolas e as ações de preservação do meio ambiente.	- Qualidade da água. - Saúde da população rural. - Redução dos resíduos químicos nos produtos. - Aumento do número de produtores na produção integrada.	- ABPM. - EPAGRI. - UFSC. - Secretaria Estadual de Saúde. - Secretaria Municipal de Saúde. - FATMA.
Resultado 7: Definição e disponibilidade de um plano de manejo sustentável da araucária.	- Aumento do número de planos de manejo.	- IBAMA. - FATMA.
Resultado 8: Introdução e utilização de novas tecnologias de produção.	- Aumento da oferta de produtos processados. - Aumento da renda familiar e arrecadação.	- IBGE. - Receita Federal e Estadual. - ICEPA.
Resultado 9: Criação e consolidação do certificado de qualidade.	- Aumento de produtos certificados.	- Empresas certificadoras.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL, URBANO E MEIO AMBIENTE

Objetivo: A integração das instituições nas ações, visando o desenvolvimento sustentável, através da melhoria da qualidade de vida da população.

Resultado 1: Inclusão das ações sociais e culturais como agentes do desenvolvimento da Serra Catarinense.	- Número de cadastros dos conselhos municipais de assistência social e direito da criança e adolescente. - Número de programas sociais nacionais, estaduais e municipais implantados da Serra Catarinense.	- SDR-SJ - Secretarias Municipais do Bem Estar Social - Polícia Militar - SIS
Resultado 2: Formulação e implantação de políticas públicas coerentes com a realidade da Serra Catarinense.	- Número de ações efetivadas pelo COMDEMA; - Número de ações efetivadas pelo comitê do Rio Canoas; - Acompanhamento da criação do comitê das Nascentes do Rio Canoas e Pelotas.	- COMDEMA's - Prefeituras Municipais - Comitê do Rio Canoas - FATMA
Resultado 3: Aumento do acesso das populações de baixa renda ao financiamento de moradia.	- Número de famílias atendidas pelo programa COHAB – SC; - Número de financiamentos às populações de baixa renda.	- COHAB – SC - CEF - Secretaria de Estado do Planejamento

Resultado 4: Valorização e preocupação com o meio ambiente.	- Número periódico de análise de qualidade das águas dos recursos hídricos da Serra Catarinense; - Número de unidades de conservação criadas; - Número de eventos desenvolvidos na Serra Catarinense relacionadas ao meio ambiente.	- CASAN - FATMA - IBAMA - SDR – São Joaquim - COMDEMAS - EPAGRI - Comunidades escolares
Resultado 5: Melhoria da qualidade de vida das famílias através de um atendimento global, visando a transformação de sua realidade.	- Número de famílias atendidas pelos programas sociais em âmbito nacional, estadual e municipal.	- CADÚNICO (Governo Federal); - SIS
Resultado 6: Ampliação Crescente dos serviços de Segurança Pública.	- Número de ações desenvolvidas pela segurança pública em todo território.	- Índices da Secretaria de Segurança Pública e Comando Geral da Polícia Militar; - Índices da Delegacia Regional de Polícia.

EDUCAÇÃO

Objetivo: Uma educação de qualidade com profissionais qualificados e remunerados adequadamente, espaço físico e material didático-pedagógico compatível com a necessidade, priorizando a apropriação do conhecimento científico e iniciação à pesquisa.

Resultado 1: Melhoria crescente na qualidade de ensino oferecido pelas escolas públicas e especiais da Serra Catarinense.	- Permanência do aluno na escola; - Índice de repetência.	- Censo Escolar; - Índice de aprovação nos vestibulares e concursos.
Resultado 2: Profissionais suficientemente motivados, com salário digno, compatível com sua formação.	- Aumento da remuneração do profissional da educação.	- Pesquisa regional quanto ao aumento do poder aquisitivo do profissional da educação; - Maior acesso de profissionais à formação continuada.
Resultado 3: Adequar a infraestrutura, transporte escolar, merenda, material pedagógico, laboratório de informática, arte, ciências, matemática, geografia, história e bibliotecas aos programas e projetos já existentes para Educação Especial, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e CEJA nas redes municipais e estadual.	- Número de construções, ampliações e reformas dos espaços físicos das escolas; - Aumento da oferta de vagas nas escolas; - Número de veículos adquiridos da frota regional do transporte escolar; - Número de laboratórios de informática implantados nas redes municipais e estadual de educação.	- Aumento dos recursos junto ao FNDE; - Série Escola; - Censo Escolar; - Pesquisa junto ao DETRAN e DETER; - Secretarias Municipais de Educação.
Resultado 4: Minimizar os índices de repetência, evasão e analfabetismo nas redes de Ensino Municipal, Estadual e Especial.	- Maior índice de aprovação e permanência do aluno na escola.	- Censo Escolar - Série Escola
Resultado 5: Implantação e implementação dos programas nas seguintes áreas: CEJA, NEP, Ensino Médio, Educação Especial, Educação Infantil e Educação Superior.	- Universalização do Ensino Médio. - Exigência do mercado de trabalho à maior índice de escolaridade.	- Censo Escolar - Série Escola - CDL's
Resultado 6: Alunos mais motivados e interessados na continuidade e conclusão do ensino fundamental, médio e superior.	- Número de alunos do Ensino Médio ingressos no Ensino Superior; - Número de alunos que concluem o Ensino Fundamental, Médio e Superior.	- Censo Escolar - Série Escola
Resultado 7: Ampliar e manter cursos de especialização na Serra Catarinense.	- Número de profissionais com acesso a cursos superiores e especialização.	- Censo escolar - Pesquisa Regional (Secretaria Estadual de Educação e Prefeituras Municipais)

CULTURA E ESPORTE

Objetivo: A cultura e o esporte, desenvolvendo com sustentabilidade o sucesso da Serra Catarinense.

Resultado 1: Democratização do acesso à prática do esporte e da cultura.	<ul style="list-style-type: none"> - Número de participantes nas escolinhas de esporte; - Número de locais onde as escolinhas estão sendo promovidas; - Aumento do número de eventos de integração esportiva e cultural; - Número de grupos que participam de atividades culturais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Diretorias Municipais de Esporte e Cultura - Pesquisas por órgãos ligados ao esporte e à cultura.
Resultado 2: Maior abrangência de modalidades esportivas e atividades físicas.	<ul style="list-style-type: none"> - Número de modalidades esportivas e físicas oferecidas; - Número de locais onde são oferecidas as atividades físicas e esportivas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Diretorias Municipais de Esporte - FESPORTE
Resultado 3: Profissionais motivados.	<ul style="list-style-type: none"> - Número de locais com condições favoráveis à realização das atividades profissionais; - Melhoria da remuneração; - Número de profissionais habilitados atuando. 	<ul style="list-style-type: none"> - MEC - CREF
Resultado 4: Espaços físicos adequados para as práticas esportivas e atividades culturais.	<ul style="list-style-type: none"> - Número de ginásios, quadras poliesportivas, piscinas térmicas, canchas de bocha, espaços multiuso, pistas de atletismo construídas; - Números de eventos na área de cultura e esporte. 	<ul style="list-style-type: none"> - DEINFRA - Diretorias Municipais de Esporte e cultura - FESPORTE
Resultado 5: Diversidade de equipamentos e materiais didáticos.	<ul style="list-style-type: none"> - Número de materiais e equipamentos disponíveis adequados. 	<ul style="list-style-type: none"> - Diretorias Municipais de Cultura - FESPORTE
Resultado 6: Valorização da cultura da Serra Catarinense.	<ul style="list-style-type: none"> - Números de participantes nos eventos promovidos. - Números de locais disponíveis e adequados para a expressão cultural. - Número de pessoas que trabalham com a área de cultura. 	<ul style="list-style-type: none"> - Diretorias Municipais de Cultura - MEC - Pesquisas por órgãos da cultura.

INFRA-ESTRUTURA

Objetivo: Região referencial no desenvolvimento sustentável e com uma infra-estrutura possibilitando qualidade à população.

Resultado 1: Expansão do desenvolvimento econômico dos municípios da Serra Catarinense.	<ul style="list-style-type: none"> - Número de municípios atendidos pela telefonia móvel e fixa na área urbana e rural; - Número de rodovias pavimentadas no território; - Aumento na arrecadação da receita e renda per capita; - Índice de aumento da construção civil. 	<ul style="list-style-type: none"> - CELESC - CASAN - Prefeituras Municipais - DEINFRA - Empresas de telecomunicações - IBGE
Resultado 2: Melhoria na qualificação profissional da mão-de-obra.	<ul style="list-style-type: none"> - Número de cursos oferecidos para capacitação da mão-de-obra. 	<ul style="list-style-type: none"> - Prefeituras Municipais - SINE - SENAC
Resultado 3: Utilização sistemática de métodos e técnicas de planejamento nos processos de desenvolvimento.	<ul style="list-style-type: none"> - Número de municípios contemplados com uma Secretaria Municipal de Planejamento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Prefeituras Municipais
Resultado 4: Ampliação na geração de energia elétrica.	<ul style="list-style-type: none"> - Número de KWA produzidos no território. 	<ul style="list-style-type: none"> - CELESC

Resultado 5: Estimulação e apoio à instalação de pequenas e micro agroindústrias.	- Número de instalações de pequenas e micro agroindústrias na Serra Catarinense.	- Prefeituras Municipais - Receita Federal
Resultado 6: Existência de processos permanentes de manutenção de estradas.	- Qualidade da pavimentação.	- Pesquisa junto aos usuários pelos órgãos competentes
Resultado 7: Implantação do sistema de saneamento básico.	- Número de residências atendidas pelo sistema de saneamento básico.	- IBGE - CASAN

SAÚDE

Objetivo: População conscientizada e saudável com ações integradas em todas as áreas, inclusive com o meio ambiente, promovendo o auto-cuidado, assistida por profissionais qualificados e almejando ações preventivas.

Resultado 1: Adequação da oferta de cursos de capacitação profissional.	- Número de profissionais capacitados.	- Unidades de saúde
Resultado 2: Integração institucional entre os organismos da Serra Catarinense.	- Número de parcerias entre as instituições.	- Unidades de saúde
Resultado 3: Compatibilização entre a oferta e demanda por medicamentos.	- Valores expressos em reais por habitante/ano investidos em medicamentos; - Número de fármacos ofertados.	- Secretarias Estadual e Municipais de Saúde - Unidades de saúde
Resultado 4: Predomínio do foco preventivo sobre o curativo do atendimento a saúde.	- Número de atividades educativas/ano; - Número de estabelecimentos de saúde com plano de gerenciamento de resíduos hospitalares.	- Unidades de saúde
Resultado 5: Universalização dos serviços de saúde.	- Número de equipes de PSF – Programa Saúde Familiar com unidades próprias; - Número de famílias atendidas pelo programa PSF - Programa Saúde Familiar e PSB – Programa Saúde Bucal.	- Secretarias Estadual e Municipais de Saúde - Unidades de saúde
Resultado 6: Ampliação dos serviços especializados de saúde.	- Implantação do hospital regional; - Número de profissionais especializados.	- Secretarias Estadual e Municipais de Saúde - Unidades de saúde

TURISMO

Objetivo: Atividade turística da Serra Catarinense desenvolvida com qualidade, de forma integrada e sustentável.

Resultado 1: Produtos turísticos competitivos, diversificados e com qualidade.	- Aumento do índice de satisfação do turista com relação aos produtos turísticos oferecidos; - Aumento da qualidade dos produtos e de serviços ofertados; - Aumento da diversificação da oferta do produto turístico; - Maior taxa de ocupação dos meios de hospedagem.	- Trade turístico - ABIH - SANTUR - ABRASEL - Secretarias Municipais de Turismo - SDR – São Joaquim
Resultado 2: Demanda crescente com qualidade durante todo o ano.	- Aumento do fluxo turístico da Serra Catarinense/pesquisa de demanda; - Aumento do número das cidades, regiões, estados e países que enviam turistas para a Serra Catarinense/pesquisa de demanda; - Aumento do número de pacotes turísticos para a Serra Catarinense; - Aumento do gasto médio nos equipamentos da Serra Catarinense.	- SANTUR - Secretarias Municipais de Turismo - SDR – São Joaquim - Operadoras – agências – mídia - Trade turístico

Resultado 3: Agentes turísticos atuando de forma integrada.	<ul style="list-style-type: none"> - Elevação da taxa média de permanência de turistas no território; - Aumento de eventos turísticos integrados da Serra Catarinense; - Material promocional de divulgação de forma integrada; - Aumento de roteiros integrados da Serra Catarinense. 	<ul style="list-style-type: none"> - Secretarias Municipais de Turismo - Trade turístico - CVBSC
Resultado 4: Infra-estrutura básica e turística e apoio técnico e financeiro adequados ao desenvolvimento da atividade turística.	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento de espaços para a realização de eventos; - Ampliação e melhoria dos acessos de sinalização aos municípios e atrativos turísticos; - Aumento de empreendimentos no setor; - Aumento do número de informações turísticas; - Melhoria da qualidade de infra-estrutura e serviços oferecidos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Secretarias Municipais de Turismo - Prefeituras Municipais - Postos de informações turísticas - Pesquisas por órgãos de turismo
Resultado 5: Atividade turística respeita o meio ambiente, conserva a memória histórico-cultural e gera oportunidades de emprego e de renda.	<ul style="list-style-type: none"> - Elevação dos licenciamentos ambientais aplicados ao investimento turístico; - Manutenção do índice de qualidade do meio ambiente utilizado pelo setor turístico; - Preservação e aumento da mata nativa; - Aumento do cadastro dos atores culturais; - Número de tombamentos de patrimônio histórico - Aumento da oferta de trabalho e renda per capita vinculados ao turismo. 	<ul style="list-style-type: none"> - IBAMA - FATMA - SMMA - SDR – São Joaquim - IPHAN - Sistema “S” - Associações culturais - FCC - Prefeituras Municipais

Quadro 10 - Marco Lógico do Plano de Desenvolvimento Regional – SÃO JOAQUIM

Atividades

Agropecuária

Resultado 1: Ampliação da visão empreendedora dos produtores rurais.

- 1.1 Capacitação dos produtores rurais.
- 1.2 Casas familiares rurais de ensino.
- 1.3 Implantação de unidades didáticas.

Resultado 2 : Produtores rurais da Serra Catarinense organizados em cooperativas e associações.

- 2.1 Organização de produtores.

Resultado 3 : Existência das ações concretas para melhoria da infra – estrutura de produção e comercialização.

- 3.1 Criação de infra – estrutura para o projeto de floricultura.
- 3.2 Criação de laboratório de análise de vinhos e cantina de microvinificação.
- 3.3 Pesquisa de novas alternativas de produção (cultivo).
- 3.4 Criação de um fundo de aval.
- 3.5 Ampliação da estação de avisos fitossanitários.
- 3.6 Novas alternativas e ampliação da pecuária.
- 3.7 Tecnologia para agregação de valor aos produtos agropecuários.
- 3.8 Isenção competitiva com demais frutas no mercado brasileiro.
- 3.9 Facilitar o acesso a exames laboratoriais para pecuária.
- 3.10 Aquisição de ultra-som animal.
- 3.11 Aquisição de material genético para inseminação artificial de bovinos.
- 3.12 Formação de florestas energéticas.
- 3.13 Pesquisa em produção de sementes forrageiras e minitubérculo de batata.
- 3.14 Produção de produtos orgânicos.
- 3.15 Pesquisa e manejo com plantas arbóreas nativas.
- 3.16 Pesquisa e assistência técnica.
- 3.17 Cursos para aperfeiçoamento dos artesões.

3.18 Implantação e melhoria de unidades de processamento artesanal de vime.

Resultado 4: Institucionalização e uso de avaliação de impacto ambiental para todos os empreendimentos produtivos.

4.1 Contratação de técnico ambiental.

Resultado 5: Planejamento governamental contínuo e participativo.

5.1 Planejamento e monitoramento das ações na agropecuária na Serra Catarinense.

Resultado 6: Compatibilidade entre o uso de defensivos agrícolas e as ações de preservação do meio ambiente.

6.1 Uso correto de agrotóxicos.

6.2 Incentivar a produção integrada.

6.3 Análise de resíduos químicos de produtos agrícolas.

Resultado 7: Definição de um plano de manejo sustentável da araucária.

7.1 Plano de uso da propriedade com produção de araucária, consorciada com outras espécies nativas.

Resultado 8: Introdução e utilização de novas tecnologias de produção.

8.1 Modernização do maquinário, equipamentos e instalações dos produtores rurais e empresas.

Resultado 9: Criação e consolidação do certificado de qualidade.

9.1 Consolidar definitivamente o processo de selo de qualidade do produto da Serra Catarinense.

Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente

Resultado 1: Inclusão das ações sociais e culturais como agentes do desenvolvimento da Serra Catarinense.

1.1 Integrar as instituições governamentais e não – governamentais.

1.2 Ampliar as atividades informacionais, ou seja, ampliar o conceito da cidadania para toda a sociedade civil.

1.3 Administração de Albergues.

1.4 Capacitar a comunidade (rural e urbana) na produção de hortaliças, artesanatos, jardinagem, grupos de produção e indústrias comunitárias.

Resultado 2: Formulação e implantação de políticas públicas coerentes com a realidade da Serra Catarinense.

2.1 Contratar técnicos especializados nas áreas de serviço social, psicologia, bem como proporcionar condições favoráveis ao exercício das atividades profissionais.

2.2 Fortalecimento dos COMDEMA's.

2.3 Fortalecimento do comitê do Rio Canoas e criar o Comitê do Rio Pelotas.

2.4 Divulgação das leis ambientais.

Resultado 3: Aumento do acesso das populações de baixa renda ao financiamento de moradia.

3.1 Viabilizar a construção de unidades habitacionais urbanas e rurais.

Resultado 4: Valorização e preocupação com o meio ambiente.

4.1 Elaboração e efetivação do projeto de educação ambiental.

4.2 Preservação das nascentes da região.

4.3 Criar unidades de preservação e melhorar as existentes.

4.4 Elaborar um diagnóstico das condições ambientais da Serra Catarinense.

Resultado 5: Melhoria da qualidade de vida das famílias, através de um atendimento global, visando a transformação de sua realidade.

5.1 Resgatar valores culturais, econômicos, sociais e de auto – estima.

5.2 Desenvolver programas e projetos voltados para as reais necessidades da comunidade.

Resultado 6: Ampliação crescente dos serviços de segurança pública.

6.1 Formar conselhos participativos nas comunidades com suas próprias bases operacionais

6.2 Recursos humanos para conscientizar motoristas e pedestres sobre a segurança no trânsito.

6.3 Capacitar constantemente profissionais que trabalham diretamente com as questões de drogas e prostituição como conselhos tutelares, policial civil e militar, assistentes sociais, Ministério Público, psicólogos e médicos.

6.4 Ampliar o quadro de recursos humanos, o reaparelhamento, bem como a construção de quartéis para os municípios da Serra Catarinense.

Educação

Resultado 1: Melhoria crescente na qualidade de ensino oferecido pelas escolas públicas e escolas especiais da Serra Catarinense.

1.1 Capacitação continuada para todos os profissionais envolvidos no processo educativo.

1.2 Participação da família na escola.

1.3 Formar equipe técnica composta por profissionais dos seis municípios que integram a 28ª SDR – São Joaquim: Assistente Social, psicóloga, fonoaudióloga, psicopedagoga e fisioterapeuta.

1.4 Compor equipe técnica independente do número de alunos e professores: orientador, supervisor, administrador e psicopedagoga.

Resultado 2: Profissionais suficientemente motivados, com salário digno, compatível com sua formação.

2.1 Criação de uma entidade de classe/associação para a Serra Catarinense.

Resultado 3: Adequar a Infra – estrutura, transporte escolar, merenda, material pedagógico, laboratório de informática, arte, ciências, matemática, geografia, história e biblioteca aos programas e projetos já existentes para educação especial, educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e CEJA.

3.1 Construção, ampliação, adequação e reformas do espaço físico: 35 escolas novas e 90 reformas.

3.2 Aquisição de 30 veículos escolares e manutenção dos existentes.

3.3 Aquisição e manutenção dos laboratórios de informática, arte, geografia, matemática, história, ciências e línguas.

3.4 Aquisição de acervo de livros com bibliotecário de formação técnica (36 bibliotecas novas).

3.5 Programas de ampliação e melhoramento da merenda escolar e material pedagógico.

Resultado 4: Minimizar os índices de repetência, evasão e analfabetismo, nas redes de ensino municipal, estadual e ensino especial.

4.1 Criação de equipes técnicas nas escolas de ensino especial.

4.2 Melhorar a qualidade de ensino.

4.3 Criação e ampliação de salas de recursos com profissionais habilitados e treinados para trabalhar nas mesmas.

4.4 Conscientização da família para que o aluno permaneça na escola.

Resultado 5: Implantação e implementação dos programas nas seguintes áreas: CEJA, NEP, ensino médio, educação especial, educação infantil e ensino superior.

5.1 Capacitação continuada, inclusão, construção, ampliação e reforma do espaço físico.

5.2 Criação de programas específicos do ensino médio

5.3 Criação de núcleos profissionalizantes – NEP

5.4 Criação de uma universidade pública e gratuita na Serra Catarinense

Resultado 6: Alunos motivados e interessados na continuidade e conclusão do ensino fundamental, médio e superior.

6.1 Formular juntamente com o mercado de trabalho ações metodológicas para que o processo de contratação seja mais seletivo.

Resultado 7: Ampliar e manter cursos de especialização na Serra Catarinense.

7.1 Formar convênios com universidades públicas e privadas.

7.2 Inclusão do espanhol na grade curricular da Serra Catarinense.

Cultura e Esporte

Resultado 1: Democratização do acesso à prática do esporte e da cultura.

1.1 Seminário de difusão do esporte e cultura.

1.2 Realização de oficinas de esporte e teatro nas comunidades.

1.3 Criação de leis de incentivo para o esporte e cultura.

Resultado 2: Maior abrangência de modalidades esportivas e atividades físicas.

2.1 Criação e manutenção de escolinhas desportivas em diversas modalidades.

2.2 Curso de capacitação na área de esporte de aventura e radicais.

2.3 Promover o dia do lazer.

Resultado 3: Profissionais motivados.

3.1 Cursos de capacitação.

3.2 Criação de um conselho de profissionais de educação física e cultura para o território de Serra Catarinense.

Resultado 4: Espaços físicos adequados para as práticas esportivas e atividades culturais.

4.1 Construção de quadras poliesportivas, pistas de atletismo, ginásio de esportes, piscinas térmicas e canchas de bocha.

4.2 Construção de espaço multiuso e centros de convenções.

4.3 Construção de praças de lazer.

Resultado 5: Diversidade de equipamentos e materiais didáticos.

5.1 Aquisição de equipamentos e materiais didáticos para esporte e cultura.

Resultado 6: Valorização da cultura da Serra Catarinense.

6.1 Palestras e conferências.

6.2 oficinas de artesanato, artes plásticas e gastronomia da Serra Catarinense.

6.3 Realização de festivais regionais.

- 6.4 Construção do Museu Martinho de Haro.
6.5 Aproveitamento de construções antigas para formação de museus históricos municipais.

Infra – Estrutura

Resultado 1: Expansão do desenvolvimento econômico dos municípios da Serra Catarinense.

- 1.1 Ampliação e implementação de telefonia fixa e móvel.
- 1.2 Pavimentação das vias urbanas.
- 1.3 Implantação de hospital regional.
- 1.4 Aeroporto regional.
- 1.5 Ampliação da rede de eletrificação rural no território.
- 1.6 Asfaltamento SC – 439 Urupema – Urubici.
- 1.7 Asfaltamento SC – 430 – Caminhos da Neve.
- 1.8 Asfaltamento da Rodovia Anel da Maça.
- 1.9 Anel Viário – São Joaquim – entorno da cidade.

Resultado 2: Melhoria na qualificação profissional da mão – de – obra.

- 2.1 Programa permanente de capacitação e qualificação de mão – de – obra.

Resultado 3: Utilização sistemática de métodos e técnicas de planejamento nos processos de desenvolvimento.

- 3.1 Estimular a criação de Secretarias de Planejamento, Orçamento e Gestão nos municípios da Serra Catarinense.

Resultado 4: Ampliação na geração de energia elétrica.

- 4.1 Implantação de projetos para geração de energia alternativa.

Resultado 5: Estimulação e apoio à instalação de pequenas e micro agroindústrias.

- 5.1 Estimular a diversificação agregando valor aos produtores da Serra Catarinense.

Resultado 6: Existência de processos permanentes de manutenção de estradas.

- 6.1 Apoio aos sistemas viários municipais e vicinais.

Resultado 7: Implantação do sistema de saneamento básico.

- 7.1 Busca de recursos e tecnologias alternativas para implantação do sistema de saneamento básico.
- 7.2 Elaboração dos projetos de engenharia.
- 7.3 Execução das obras do sistema de saneamento básico.
- 7.4 Melhorar e ampliar o sistema de coleta e triagem e destino final de lixo doméstico.

Saúde

Resultado 1: Adequação da oferta de cursos da capacitação profissional.

- 1.1 Capacitação das equipes de PSF.
- 1.2 Capacitação específica para gestores da área da saúde.
- 1.3 Capacitação em ações básicas de vigilância sanitária, com frequência e regionalização.
- 1.4 Capacitação em relações humanas e motivação.
- 1.5 Capacitação para zeladores dos hospitais e unidades de saúde.

Resultado 2: Integração Institucional entre organismos da Serra Catarinense.

- 2.1 Suporte para estruturação do funcionamento dos serviços assim prestados.
- 2.2 Realizações de reuniões com os secretários da saúde e profissionais e diretores de entidades hospitalares da Serra Catarinense.

Resultado 3: Compatibilização ente oferta e a demanda por medicamentos.

- 3.1 Ampliação na oferta de medicamentos de baixa e de média complexidade.
- 3.2 Atividades educativas visando a conscientização popular e profissional de saúde quanto a utilização de medicamentos.
- 3.3 Informatizar farmácias das unidades de saúde.
- 3.4 Implantar processo de licitação de medicamentos.

Resultado 4: Predomínio do foco preventivo sobre o curativo do atendimento de saúde.

- 4.1 Desenvolver atividades educativas, tendo em vista a prevenção de doenças e promoção da saúde da população.
- 4.2 Gerenciar os resíduos dos estabelecimentos de saúde.
- 4.3 Monitoramento do grau de intoxicação humana.

Resultado 5: Universalização dos serviços de saúde.

- 5.1 Construção, ampliação e aquisição de equipamentos necessários para as unidades de saúde da família.
- 5.2 Cobertura de 100% da população do território pelas equipes da saúde da família e saúde bucal.
- 5.3 Inclusão de novas categorias profissionais nas equipes de PSF. Isonomia salarial para os profissionais de PSF da Serra Catarinense: nutricionistas, psicólogos, assistentes sociais, fisioterapeutas, fonoaudiólogas e técnicos de higiene bucal.
- 5.4 Informatização e interligação via Internet das unidades de saúde.

Resultado 6: Ampliação dos serviços especializados de saúde.

- 6.1 Aquisição, reforma da estrutura física da ABBC para instalação do hospital regional da Serra Catarinense.

- 6.2 Favorecer a especialização dos profissionais das equipes de saúde do território da Serra Catarinense.
- 6.3 Inclusão e contratação de outros profissionais com atuação na área de saúde.

Turismo

Resultado 1: Produtos turísticos competitivos, diversificados e com qualidade.

- 1.1 Impulsionar a exploração do produto turístico com a qualidade desejada aos níveis de competitividade de mercado.
- 1.2 Direcionar as atividades práticas dentro das fazendas de turismo rural, sem comprometer sua identidade.
- 1.3 Fomentar a prática do ecoturismo de forma qualificada nas pequenas propriedades.
- 1.4 Criar roteiros regionais de forma a agregar a viabilidade para a exploração de todo o produto turístico existente.
- 1.5 Criar roteiros turísticos diversificados e integrados capazes de atingirem as quatro estações.
- 1.6 Estimular a implantação pelas operadoras de roteiros turísticos com valores agregados.
- 1.7 Desenvolver programas de especialização para a gastronomia típica da Serra Catarinense.
- 1.8 Desenvolver novos produtos.

Resultado 2: Demanda crescente com qualidade durante todo o ano.

- 2.1 Consolidar a marca Serra Catarinense.
- 2.2 Identificar mercado para os produtos atuais e para os novos produtos.
- 2.3 Desenvolver plano de marketing integrado da Serra Catarinense.
- 2.4 Participar de maneira cooperada em eventos turísticos e outros.
- 2.5 Elaborar calendário de eventos da Serra Catarinense.
- 2.6 Desenvolver plano para integração Serra x Mar.
- 2.7 Consolidar a integração das serras Gaúcha e Catarinense.
- 2.8 Disponibilizar informações às operadoras, agências de turismo e transportadoras, envolvendo-as no processo de vendas.

Resultado 3: Agentes turísticos atuando de forma integrada.

- 3.1 Criar um conselho regional de turismo com a participação dos agentes envolvidos.
- 3.2 Consolidar / reestruturar a OST (Organização Serrana de Turismo).
- 3.3 Promover programas de sensibilização sobre a importância do turismo.
- 3.4 Criar / adequar planos diretores municipais compatíveis com as diretrizes do turismo da Serra Catarinense.
- 3.5 Atualizar o Plano de Turismo da Serra Catarinense com o plano diretor de cada município.
- 3.6 Fortalecer a Rota do Paraíso.
- 3.7 Consolidar a "ASCANE" Caminhos da Neve.
- 3.8 Fortalecer o Convention & Visitors Bureau da Serra Catarinense.

Resultado 4: Infra – estrutura básica e turística e apoio técnico e financeiro adequados ao desenvolvimento da atividade turística.

- 4.1 Elaborar programas de capacitação e qualificação para a atividade turística.
- 4.2 Implantar os portais da Serra Catarinense com equipamentos de apoio.
- 4.3 Incrementar o sistema de informações turísticas.
- 4.4 Implantar sistema de sinalização turística regional.
- 4.5 Criar e melhorar vias de acesso aos municípios e aos atrativos turísticos.
- 4.6 Estimular a criação de linhas de créditos.
- 4.7 Criar centros de eventos de multiuso na Serra Catarinense.

Resultado 5: Atividade turística respeita o meio ambiente, conserva a memória histórico – cultural e gera oportunidades de emprego e renda.

- 5.1 Propor a confecção de um diagnóstico da conjuntura sócio econômica, ambiental e histórico cultural da Serra Catarinense.
- 5.2 Propor a criação de um programa de educação direcionado à sustentabilidade sócio cultural, ambiental e econômica direcionada ao turismo.
- 5.3 Melhorar o programa de valorização, qualificação, produção, distribuição e comercialização do artesanato da Serra Catarinense.
- 5.4 Solicitar aos órgãos competentes um mecanismo indicador de controle da sustentabilidade.
- 5.5 Realizar estudo de capacidade de carga da Serra Catarinense com a intenção de evitar a degradação decorrente da atividade turística.
- 5.6 Implementar ações visando valorizar, resgatar e preservar a cultura da Serra Catarinense, tornando-a um componente turístico efetivo.
- 5.7 Instituir programas de sensibilização para que os tributos possam cobrir os investimentos e a operação dos serviços urbanos da Serra Catarinense.
- 5.8 Acompanhar a reforma tributária ecológica.

Fonte: Plano de Desenvolvimento Regional de São Joaquim, 2005.

4.2. Investimentos Realizados na Região de São Joaquim no período de 2003 a 2006.

A análise dos resultados da pesquisa de campo, referente a este trabalho, foi realizada com base nos objetivos do Plano de Desenvolvimento Regional de São Joaquim, contidos no Marco Lógico do mesmo, bem como no Relatório das Ações do Plano, realizadas no período de 2003 a 2006, nos municípios: São Joaquim, Urubici, Urupema, Rio Rufino, Bom Retiro e Bom Jardim da Serra, todos pertencentes a 28ª Regional de São Joaquim.

Dos investimentos realizados nos 6 municípios da 28ª Regional de São Joaquim no período de 2003 e 2006, destacam-se:

▪ Município de São Joaquim

Tabela 07 – Investimentos Realizados no Município de São Joaquim

ÁREAS	INVESTIMENTOS	% INVESTIDO
INFRA-ESTRUTURA	R\$ 11.733.110,00	47,94%
EDUCAÇÃO	R\$ 5.935.939,96	24,25%
CELESC	R\$ 2.083.611,72	8,51%
AGRICULTURA	R\$ 1.410.598,00	5,76%
SAUDE	R\$ 776.382,21	3,17%
CULTURA	R\$ 594.923,00	2,43%
SEGURANÇA PÚBLICA	R\$ 447.300,00	1,82%
COHAB	R\$ 363.584,55	1,48%
MICROBACIAS	R\$ 347.026,42	1,41%
DEINFRA	R\$ 267.573,99	1,09%
CASAN	R\$ 263.105,69	1,07%
SUBVENÇÃO	R\$ 80.119,56	0,32%
ASSISTENCIA A JUVENTUDE	R\$ 61.200,00	0,25%
ESPORTE	R\$ 49.548,00	0,20%
DESENVOLVIMENTO SOCIAL	R\$ 33.700,00	0,13%
PROJETO MEU LUGAR	R\$ 23.500,00	0,09%
TOTAL 2003 - 2006	R\$ 24.471.223,10	100%

▪ **Município de Urubici**

Tabela 08 – Investimentos Realizados no Município de Urubici

ÁREAS	INVESTIMENTOS	% INVESTIDO
EDUCAÇÃO	R\$ 3.196.456,74	50,99%
SAÚDE	R\$ 958.404,28	15,29%
CELESC	R\$ 722.982,71	11,53%
INFRA-ESTRUTURA	R\$ 571.800,00	9,12%
AGRICULTURA	R\$ 338.585,00	5,40%
MICROBACIAS	R\$ 149.103,66	2,37%
CULTURA	R\$ 148.000,00	2,36%
CASAN	R\$ 74.177,29	1,18%
SEGURANÇA - PÚBLICA	R\$ 56.500,00	0,90%
DESENVOLVIMENTO SOCIAL	R\$ 28.096,00	0,44%
ESPORTE	R\$ 20.064,00	0,32%
ASSISTENCIA A JUVENTUDE	R\$ 3.600,00	0,05%
TOTAL 2003 - 2006	R\$ 6.267.769,68	100%

▪ **Município de Urupema**

Tabela 09 – Investimentos Realizados no Município de Urupema

ÁREAS	INVESTIMENTOS	% INVESTIDO
EDUCAÇÃO	R\$ 1.377.705,07	47,41%
AGRICULTURA	R\$ 466.015,00	16,03%
INFRA-ESTRUTURA	R\$ 342.874,65	11,79%
SAÚDE	R\$ 181.622,44	6,25%
CELESC	R\$ 167.972,96	5,78%
COHAB	R\$ 131.000,00	4,50%
MICROBACIAS	R\$ 118.931,15	4,09%
CULTURA	R\$ 39.000,00	1,34%
DESENVOLVIMENTO SOCIAL	R\$ 23.969,10	0,82%
ESPORTE	R\$ 20.227,72	0,69%
SDR	R\$ 20.000,00	0,68%
SEGURANÇA PÚBLICA	R\$ 8.000,00	0,27%
PROJETO MEU LUGAR	R\$ 5.000,00	0,17%
ASSISTÊNCIA A JUVENTUDE	R\$ 3.600,00	0,12%
TOTAL 2003- 2006	R\$ 2.905.918,09	100%

▪ Rio Rufino

Tabela 10 – Investimentos Realizados no Município de Rio Rufino

ÁREAS	INVESTIMENTOS	% INVESTIDO
INFRA-ESTRUTURA	R\$ 9.014.688,40	83,38%
EDUCAÇÃO	R\$ 854.712,22	7,91%
AGRICULTURA	R\$ 448.743,71	4,15%
CELESC	R\$ 209.413,57	1,94%
SAUDE	R\$ 182.586,40	1,69%
SEGURANÇA PÚBLICA	R\$ 75.000,00	0,69%
ESPORTE	R\$ 15.703,00	0,15%
DESENVOLVIMENTO SOCIAL	R\$ 4.382,00	0,04%
ASSISTENCIA A JUVENTUDE	R\$ 3.600,00	0,03%
MICROBACIAS	R\$ 2.750,00	0,03%
TOTAL 2003 - 2006	R\$ 10.811.579,30	100%

▪ Municio de Bom Retiro

Tabela 11 – Investimentos Realizados no Município de Rio Rufino

ÁREAS	INVESTIMENTOS	% INVESTIDO
EDUCAÇÃO	R\$ 1.077.976,37	36,35%
AGRICULTURA	R\$ 584.981,54	19,73%
CELESC	R\$ 574.734,50	19,38%
SAÚDE	R\$ 400.593,66	13,51%
SEGURANÇA PÚBLICA	R\$ 157.200,00	5,30%
CASAN	R\$ 73.848,42	2,49%
INFRA - ESTRUTURA	R\$ 50.000,00	1,69%
ESPORTE	R\$ 19.430,00	0,66%
MICROBACIAS	R\$ 17.750,00	0,60%
ASSISTENCIA A JUVENTUDE	R\$ 3.600,00	0,12%
SUBVENÇÃO	R\$ 3.000,00	0,10%
DESENVOLVIEMNT0 SOCIAL	R\$ 2.500,00	0,08%
TOTAL 2003- 2006	R\$ 2.965.614,49	100%

▪ Bom Jardim da Serra

Tabela 12 – Investimentos Realizados no Município de Bom Jardim da Serra

ÁREAS	INVESTIMENTOS	% INVESTIDO
EDUCAÇÃO	R\$ 1.366.005,74	32,62%
SEGURANÇA PÚBLICA	R\$ 971.668,54	23,20%
INFRA - ESTRUTURA	R\$ 564.442,00	13,48%
CELESC	R\$ 533.551,27	12,74%
SÁUDE	R\$ 295.101,69	7,05%
AGRICULTURA	R\$ 259.692,20	6,20%
CULTURA	R\$ 80.000,00	1,91%
ESPORTE	R\$ 44.430,00	1,06%
DESENVOLVIMENTO SOCIAL	R\$ 34.489,84	0,82%
SDR	R\$ 15.000,00	0,36%
CASAN	R\$ 13.110,00	0,31%
ASSITENCIA A JUVENTUDE	R\$ 7.200,00	0,17%
MICROBACIAS	R\$ 2.750,00	0,07%
TOTAL 2003 - 2006	R\$ 4.187.441,28	100%

Os investimentos realizados nos seis municípios da região de São Joaquim no período de 2003 a 2006, totalizaram em R\$ 51.609.544,94, não incluindo os investimentos das ações regionais, que foram de R\$ 89.865,240 no mesmo período, conforme o relatório das ações do PDR/SJ contidos no Anexo – A desse trabalho.

Diante dos dados analisados, verificou-se que todas as ações, de fato estavam dentro do Marco Lógico do Plano e que cerca de 80% das ações já foram realizadas ou se encontram em fase de execução, conforme o período em questão.

Verificou-se que as áreas da Educação, Infra-Estrutura (incluindo Celesc, Casan e Cohab), Saúde, Agricultura (incluindo o Projeto das Microbacias) e Segurança Pública foram as áreas que mais receberam investimentos, evidenciando a necessidade de fortes políticas direcionadas para as mesmas.

No entanto, as demais áreas: Desenvolvimento Social, Assistência a Juventude, Esporte, Cultura, Projeto Meu Lugar e a Secretaria de Desenvolvimento Regional – SDR foram as que menos receberam investimentos em comparação as demais, evidenciando também a necessidade de políticas e verbas direcionadas para as essas áreas.

CAPÍTULO V

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5.1. Conclusão

No presente trabalho, procurou-se apontar as características do novo modelo de gestão pública implementado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da descentralização e desconcentração do poder público do Estado, bem como o Plano de Desenvolvimento Regional de Santa Catarina, elaborado através do Projeto Meu Lugar em parcerias com o Governo Estadual, o PNUD e a Sociedade Civil. Além disso, buscou-se identificar e apresentar as estratégias de desenvolvimento regional e sustentável na região de São Joaquim, através do PDR/SJ e as ações realizadas nas diversas áreas dentro do Plano, no período de 2003 a 2006.

É importante destacar que a escolha desse tema foi devido a três fatores principais, o primeiro fator, em razão da minha experiência profissional dentro da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina na região de São Joaquim, realizado no período de 28/02/2006 a 31/08/2006. Em segundo, pelo fato da região de São Joaquim ter sido escolhida como umas das regiões plano piloto do Plano de Desenvolvimento Regional no Estado de Santa Catarina, além dos inúmeros projetos voltados para desenvolvimento territorial, a exemplo, o Projeto Pato de Concertação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Federal. O terceiro e último fator, deve-se ao fato da região de São Joaquim estar classificada como umas das mais empobrecidas e carentes regiões do Estado de Santa Catarina, possuindo os mais baixos índices desenvolvimento, a exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH e o Índice de Desenvolvimento Social – IDS.

Ao final desse trabalho, procurou-se apresentar as estratégias e os objetivos do Plano de Desenvolvimento Regional de São Joaquim, feitos através de um estudo elaborado pelos atores sociais nas oficinas de consolidação do plano. Posteriormente foi apresentado o capital social e o diagnóstico da região de São Joaquim, no qual serviu de base para a formulação do Marco Lógico do plano.

Como fonte de informação para a análise dos dados foi utilizado o relatório de ações do PDR/SJ, coletados através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de São Joaquim, onde procurou-se analisar as ações realizadas no período de 2003 a 2006 de acordo com as estratégias e os objetivos contidos no Marco Lógico.

De acordo com os dados analisados no capítulo IV, verificou-se que, todas as ações contidas no relatório do Anexo – A, deste trabalho, de fato estavam dentro do Marco Lógico do PDR/SJ e que cerca de 80% das ações já foram realizadas ou se encontram em fase de execução. Apesar de algumas áreas terem sido privilegiadas por políticas públicas mais eficazes, a exemplo: Educação, Infra-Estrutura, Saúde, Agropecuária, Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente, Cultura e Esporte, outras áreas não obtiveram a mesma importância, tanto no Plano propriamente dito, como nas ações realizadas, a exemplo do Turismo e da Segurança Pública.

Cabe ressaltar que, na área da Segurança Pública dentro dos objetivos do Marco Lógico não houve políticas e ações adequadas que atendessem as necessidades conforme o diagnóstico da região de São Joaquim.

Mesmo sendo considerado um modelo de desenvolvimento regional inovador no estado de Santa Catarina, o plano PDR/SJ ainda carece de ajustes e melhorias nas políticas e ações a nível regional. Em geral concluiu-se que as estratégias de desenvolvimento aplicadas pela SDR de São Joaquim projetam cenários futuros de acordo com as potencialidades da região, de forma sinérgica com as características econômicas, sociais, culturais e naturais. O Plano de Desenvolvimento Regional de São Joaquim propõe ações que visam desenvolver o território de forma homogênea, nas áreas de Agricultura, Saúde, Educação, Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente, Infra-Estrutura, Turismo, Cultura e Esporte e Lazer, por intermédio da participação da sociedade civil em conjunto com a Concertação dos três entes do governo: Federal, Estadual e Municipal.

5.2. Recomendações

Recomenda-se que seja dada a continuidade a este trabalho, de maneira que haja a realização de novas pesquisas, no intuito de acompanhar os resultados e avanços esperados, diante da aplicação das estratégias desencadeadas pela SDR – São Joaquim, e assim alavancar o desenvolvimento territorial.

BIBLIOGRAFIA

BRESSER PEREIRA, L. C. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico.** Coordenado pela Fundação Getulio Vargas, 2006. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br>. Acesso em: 07 dezembro de 2006.

CAPRA, F. **As Conexões Ocultas.** São Paulo: IDESA, 2003. p. 12.

CAVALCANTI, C. (Org.) **Desenvolvimento e natureza:** Estudos para uma sociedade sustentável. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil, 1994. 262p.

CHIAVENATO, I. **Teoria Geral da Administração.** Vol. 1. 6ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999. 695 p.

DENARDI, R. A.; HENDERIKX, E. M. G. J.; CASTILHOS, D. S. B. de.; BIANCHINI V. **Fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do Paraná.** 2001, pp. 1-74.

DOWBOR, L. A. **Reprodução social:** descentralização e participação – As novas tendências. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 126.

DOWBOR, L. **Governabilidade e Descentralização.** SEADE. Disponível em: <http://www.dowbor.org>. Acesso em: 08 dezembro de 2006.

DINIZ, F. L. de S. **Desenvolvimento rural:** da mudança de um status quo ao status quo da mudança. In: Curso de Verão: Ambiente, Ruralidade e Desenvolvimento Sustentável, Aveiro, Portugal, AORN – Associação das Universidades da Região do Norte, 2002.

SALM, J. F.; MENEGASSO, M. E.. **Diagnostico do Capital Social na Região de São Joaquim**. Universidade do Estado de Santa Catarina. Centro de Ciências da Administração. Florianópolis, 2004. p. 102.

SANTA CATARIANA. **Lei Complementar nº 243, de 30 de janeiro de 2003**, que trata do estabelecimento da nova estrutura do poder executivo. Florianópolis, 2003.

SANTA CATARINA. **Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005**, que trata do estabelecimento do modelo de gestão para a Administração Pública Estadual e dispõe sobre a estrutura organizacional do Poder executivo. Florianópolis, 2005.

SAQUET, M. A. **O Território**: algumas interpretações. Texto para debate do Seminário do Doutorado. Presidente Prudente: UNESP, São Paulo, 2003.

SELTIZ, C. Et alli. **Métodos de pesquisa das relações sociais**, Ed. Pedagógica Universitária, São Paulo, 1974.

PIRES, A.; SOUZA, A. H. **Bons Conselhos para o desenvolvimento**. Governo do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

PNUD, Relatório sobre o desenvolvimento humano, 1993.

PROJETO MEU LUGAR. **Diagnostico da Região de São Joaquim**. Florianópolis, 2004. p. 37.

PROJETO MEU LUGAR. **Relatório do Capital Social de São Joaquim**. Florianópolis, 2004. p. 78.

PROJETO MEU LUGAR. Plano de Desenvolvimento Regional de São Joaquim. Florianópolis, 2005. p. 56.

Valério Turnes... et.al. PROJETO MEU LUGAR: **Transformar regiões administrativas em territórios de desenvolvimento**. Florianópolis. Cidade Futura, 2004. p. 184.

ROBBINS, Stephen P. **Administração: Mudanças e perspectivas**. São Paulo: Saraiva, 2000.

VERGARA, Sylvia C. **Métodos de Pesquisa em Administração**. Ed. Atlas, 2005.

TERRITORIO. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/TerritÃ³rio>. Acesso em: 23/04/2007.

ANEXO

ANEXO A - RELATÓRIO DAS AÇÕES DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE SÃO JOAQUIM

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - SÃO JOAQUIM
RELATÓRIO - ANO 2003 - 2006

SÃO JOAQUIM - População Estimada: 22.790 habitantes

Área	Atividade	Valor RS
EDUCAÇÃO	Aquisição de 48 equipamentos de informática para as 4 escolas	132.192,96
	02 Kit audiovisuais para E.E.B São José e Manoel Cruz	10.000,68
	04 Autolabor - laboratório biologia e ciências para as 4 escolas	90.300,00
	01 kit cozinha industrial Ambial para E.E.B. Manoel Cruz	50.000,00
	Equipamentos Geect	57.055,00
	Material didático para a Escola Período integral	40.000,00
	Programa Primeira chance (12 alunos Médio e Técnico)	13.440,00
	Prodeme geral repasse em Kg 4 escolas	15.120,00
	Prodeme EPI repasse em dinheiro 4 escolas	4.150,00
	Cursos de capacitação para professores das 4 escolas estaduais	2.400,00
	Capacitação professores de 1ª a 4ª Port./Mat da região (60 particip.)	36.000,00
	Transporte Escolar (Convênio)	38.260,68
SAÚDE	Realização de cirurgias eletivas no Hopsital Bento Cavalheiro	70.000,00
	Reforma e ampliação da unidade de aúde do centro	80.000,00
	Assistência Farmacêutica Básica	13.768,20
	Repasse AIHs 1ª parcela Hospital de São Joaquim	145.539,34
AGRICULTURA	Convênio p/ aquisição de unidade de resfriamento de frutas	18.000,00
	Reforma mangueira e pista de arremates Parque da Maçã	8.000,00
SEG. PÚBLICA	Reforma e ampliação da cadeia pública de São Joaquim	273.000,00
CULTURA	Orquestra Sinfônica de São Joaquim (Lei de Incentivo à Cultura)	70.000,00
	Recursos para 12ª Festa Nacional da Maçã	80.000,00
CELESC	Ampliação de rede elétrica de distribuição urbana (RDU)	120.563,05
	Ampliação de rede elétrica de distribuição urbana (RDU)	98.075,23
	Ampliação de rede elétrica de distribuição urbana (RDU)	184.699,77
TOTAL		1.650.564,91
Área	Atividade	Valor RS
EDUCAÇÃO	Aquisição de equipamentos de informática para o CEJA	23.731,00
	Reforma e implantação do Núcleo de educação profissional	120.000,00
	Transporte escolar para alunos da rede pública	28.924,96
	Convênio - Construção de Escola na localidade Boava	35.000,00
	Aquisição de terreno - Escola São José	117.000,00
	Reforma e ampliação da escola Ari de Souza Borges	174.215,76
	Prodeme geral repasse em dinheiro 4 escolas	20.200,00
	Prodeme tempo integral repasse em dinheiro 4 escolas	14.300,00
	Prodeme convencional alimentos repasse em Kg 4 escolas	47.100,20
	Prodeme tempo integral repasse em Kg 4 escolas	27.408,42
	Programa Primeira chance (13 alunos)	19.890,00
	Contratação de 23 merendeira e 2 vigilantes para 4 escolas	266.579,64
	Repasse de material consumo e outros 4 escolas estaduais	50.379,95
	Repasse recursos para manutenção e outros para 4 escolas	3.694,00
	Convênio para Cobertura de quadra no Despraído	25.000,00
ESPORTE	Transporte e Alimentação Jogos Escolares de Santa Catarina	4.200,00
SAÚDE	Doação de um Jeep para a vigilância sanitária	20.000,00
	Assistência Farmacêutica Básica	22.974,00
	Oficina Sanitária - projeto VIGISUS (construção e equipamentos)	77.680,00
	Oficina Sanitária - projeto VIGISUS (capacitação de técnicos)	11.236,00
	Convênio Hospital São Joaquim	70.000,00
	Repasse de AIHs Hospital de São Joaquim 2ª parcela	143.691,87
CULTURA	Orquestra sinfônica de São Joaquim (Lei de incentivo à cultura)	90.000,00
	Custeio impressão material gráfico 13ª Festa Nacional Maçã	20.243,00
SEG. PÚBLICA	Aquisição de veículo para policia militar	46.000,00
DESENV. SOCIAL	Implantação Prog. Sócio educativo de liberdade assistida - AFASSJ	5.000,00
	Curso profissionalizante de artesanato - avançado pintura	6.400,00
	Aquisição de cadeiras de rodas	2.500,00

Área	Atividade	Valor R\$
ASSIST. JUVENTUDE	Projeto Jovem Empreendedor	61.200,00
SUBVENÇÃO	Associação Joaquinense de Epilepsia	3.000,00
	Associação Protetora de Animais	6.000,00
	Centro de Direitos Humanos de SJ	3.000,00
	Conselho Comunitário do Luizinho	18.000,00
	Cruz Vermelha filial de São Joaquim	6.000,00
	Sociedade musical Mozart Joaquinense	4.000,00
INFRA-ESTRUTURA	Pavimentação de seis ruas no centro da cidade (participação Gov)	130.000,00
	Convênio recuperação de estradas vicinais do município	90.000,00
DEINFRA	Recuperação da SC 430 (São João do Pelotas)	150.000,00
AGRICULTURA	Distribuição de calcário - Projeto Terra Boa	23.370,00
	Distribuição de sêmen holandes provenientes da Galícia	450,00
	Convênio Epagri Projeto Vitivinicultura (mudas e custeio de pesquisas)	126.500,00
MICROBACIAS	Veículo para auxiliar no programa	15.000,00
	Computador para auxiliar no programa	2.750,00
CASAN	Aquisição sistema de tratamento de água Boava	30.000,00
CELESC	300 metros de rede e melhorias Parque Nacional da Maçã	7.600,00
	Ampliação de rede elétrica de distribuição urbana (RDU)	121.802,98
	Melhoria de Rede Elétrica de Distribuição Urbana	208.865,82
	Ampliação de rede elétrica de distribuição rural (RDR)	432.896,82
TOTAL		2.933.784,42

Área	Atividade	Valor R\$
EDUCAÇÃO	Material Didático e bens móveis para o Ceja	3.919,00
	Cursos profissionalizantes NEP	98.521,30
	Transporte escolar para alunos da rede pública	143.580,00
	Convênio - Construção de Escola na localidade Bentinho	87.012,00
	Convênio - ACEJS - Grupo folclórico japonês	36.680,00
	Convênio - Educação Infantil	11.776,00
	Compra do terreno - Prédio Cenec	600.000,00
	Reforma e ampliação da escola Manuel Cruz	785.273,25
	Reforma geral do telhado da E.E.B. Manoel Cruz	128.244,78
	Prodeme convencional repasse em kg - EPI/Ambial 4 escolas	72.274,27
	Prodeme convencional repasse em dinheiro 4 escolas	28.350,00
	Prodeme EPI repasse em dinheiro 4 escolas	19.040,50
	Projeto de engenharia e arquitetura E.E.B. São José	73.360,00
	Convênio APPs escolas estaduais	4.000,00
	Projeto de paisagismo, urbanismo e meio ambiente	6.833,33
	Implantação do curso de vitivinicultura na E.E.B. Manoel Cruz	1.000.000,00
	Programa Primeira chance (8 Ensino Médio e 3 Ensino Superior)	17.640,00
	Implantação do curso de pós-graduação em viticultura e enologia	61.240,00
	Curso Progestão - para gestores escolares (60 formandos da região)	31.740,00
	Contratação de 26 merendeiras e 6 vigilantes para 4 escolas	336.951,48
	Capacitação professores 5ª a 8ª e Ensino Médio (32 participantes)	22.680,00
	Curso capacitação manut.computadores para professores (30 partic.)	3.300,00
	Repasse de mobiliário para 4 escolas (anos 2003/2004 e 2005)	213.613,00
	Repasse de equipamentos para 4 escolas (2003/2004/2005)	22.332,00
	Repasse recursos manutenção e outros serviços para 4 escolas	12.720,00
	Repasse de material de consumo para 4 escolas	75.525,00
	Transporte escolar e a disposição do pessoal do magistério	131.090,00
SAÚDE	Aquisição de produto para eliminação do mosquito borrachudo	6.000,00
	Convênio implantação e manutenção das ações do DST/HIV/AIDS	19.571,80
	Assistência Farmacêutica Básica	22.974,00
	Aparelho Oftalmológico para Centro Social Urbano	50.000,00
CULTURA	Projeto Difusão Cultural - Duo Momentos	24.000,00
	Projeto Orquestra Sinfônica de São Joaquim	130.000,00
	Tece Artes - Aquisição de Teares	19.000,00
	Serra Gente Catarinense	30.000,00
	Projeto Pintura Caminhos da Neve	50.000,00
	Projeto Sol Nascente	36.680,00
ESPORTE	Grupo de Danças Invernada Artística de SJ	45.000,00
	Programa Segundo Tempo	21.800,00
	Transporte e alimentação de alunos para jogos escolares	7.750,00
	Capacitação Professores de Educação Física (transporte e diárias)	1.590,00
	Material Esportivo	6.000,00

Área	Atividade	Valor R\$
PROJ. MEU LUGAR	Oficina em vídeo	19.000,00
	Curso de artesanato	3.000,00
	Capacitação para elaboração de projetos culturais	1.500,00
SEG. PUBLICA	Aquisição de veículo para PM	45.000,00
	Aquisição de moto para a Polícia Civil	9.000,00
	Convênio Manutenção equipe Bombeiros Comunitários	25.000,00
COHAB	Casas populares rurais - 17 unidades	158.340,55
	Casas populares urbanas - 10 unidades	78.940,00
DESENV. SOCIAL	Aquisição de cadeiras de rodas	2.900,00
SUBVENÇÃO	Associação Coral de São Joaquim	5.500,00
	Associação Renascer	5.819,56
	Conselho Comunitário Localidade Costa da Antonina	7.500,00
	Lions Clube de São Joaquim Planalto	2.300,00
	Rotary Clube de São Joaquim	2.500,00
	CTG Chaleira Preta	8.500,00
	Associação Joaquinense de Epilepsia	5.000,00
	Centro de Direitos Humanos de São Joaquim	3.000,00
INFRA-ESTRUTURA	Projeto Aeroporto de São Joaquim	138.000,00
	Projeto rodoviário Anel da Maça	140.000,00
	Projeto Caminhos da neve	450.000,00
AGRICULTURA	Projetos aprovados no FDR (Fundo de Desenvolvimento Rural)	10.650,00
MICROBACIAS	Projetos de melhorias para as famílias e capacitação de agricultores	329.276,42
CELESC	Ampliação de rede elétrica de distribuição urbana (RDU)	22.862,73
	Melhoria de Rede Elétrica de Distribuição Urbana	47.567,17
	Ampliação de rede elétrica de distribuição rural (RDR)	530.406,63
CASAN	Aquisição de veículo	27.556,19
TOTAL		6.577.180,96

Área	Atividade	Valor R\$
AGRICULTURA	Projeto de incentivo a vitivinicultura Epagri (Regional - 6 municípios)	973.628,00
	Arranjo Produtivo do Vime Epagri (Regional)	250.000,00
DESENV. SOCIAL	Cadeiras de roda (01 de R\$ 300,00 e 03 de R\$ 900,00) Nova Vida	3.000,00
	Distribuição de Mantas (112) Fund. Nova Vida	4.000,00
	Distribuição de Sardinha em lata (150cx c/ 22 latinhas cada)	9.900,00
EDUCAÇÃO	1862 Kits Escolares para alunos do Ensino Fundamental das 4 Unidades	31.835,40
	Distribuição de Uniformes Escolares (2.049 conjuntos)	94.315,47
	Prodeme EPI repasse alimentos em kg (4 escolas) 1ª e 2ª remessa	10.123,59
	Prodeme EPI repasse alimentos em kg (4 escolas) 3ª e 4ª remessa	5.359,83
	Prodeme Convencional alimentos em kg (4 escolas) 1ª e 2ª remessa	14.382,18
	Prodeme Convencional alimentos em kg (4 escolas) 3ª e 4ª remessa	17.831,14
	Prodene EPI repasse de recursos (4 escolas) 1ª parcela	3.900,00
	Prodene Convencional repasse cde recursos (4 escolas) 1ª parcela	6.800,00
	Reforma do Espaço Banda Mozart	44.000,00
	Transporte Escolar 1ª/2ª/ 3ª/ 4ª/ 5ª/ 6ª/ 7ª e 8ª parcelas	77.164,89
	Recursos do Fundo Social repassado a Apae (4 parcelas)	14.517,71
	Reforma do Centro Social Cohab 2 para implantar NEP	50.000,00
	Aquisição de equipamentos de informática para as 4 escolas	8.166,96
	Repasse de material de consumo para 4 escolas	26.503,63
	Repasse de 20 computadores para a EEB Manoel Cruz	41.000,00
ESPORTE	Capacitação Professores de Educação Física	1.260,00
	Capacitação Projeto Tenis Junior na Escola	388,00
	Projeto Tênis Júnior na Escola (duas escolas)	6.560,00
INFRA-ESTRUTURA	1ª etapa da Estação de Tratamento de Esgoto -Casan	7.138.864,00
	Pavimentação Rod. Anel da Maça 7 Km	3.646.246,00
DEINFRA	Pregão para aquisição de combustível e manutenção de máquinas	117.573,99
COHAB	Casas populares urbanas - 16 unidades	126.304,00

Área	Atividade	Valor R\$
CASAN	Recuperação asfáltica da Rua Aristides C. Costa	29.600,00
	Reforma na Est.de Tratamento de Água (entre maio 2005 e 2006)	1.930,00
	Contratação de máq.para abertura valas (entre maio 2005 e 2006)	4.312,00
	Repavimentação de ruas paralelepípedo (entre maio 2005 e 2006)	6.760,00
	Reforma Escritório e reservatório do CTG (entre maio 2005 e 2006)	6.650,00
	Equipamentos p/ manutenção do sistema (entre maio 2005 e 2006)	2.510,00
	Aquisição de conjunto motobombas e painéis	143.787,50
	Ampliação e melhorias (entre maio 2005 e 2006)	10.000,00
CELESC	Ampliação de rede elétrica de distribuição urbana (RDU)	18.756,26
	Ampliação de rede elétrica de distribuição rural (RDR)	14.111,30
	Instalação de equipamentos especiais	1.658,10
	Ampliação, melhoria e rural	273.745,86
SAÚDE	Assistência Farmacêutica Básica	22.947,00
SEG. PÚBLICA	Aquisição de uma Viatura (Meriva 0 km)	49.300,00
TOTAL		13.309.692,81
TOTAL (2003-2006)		24.471.223,10

URUBICI - População Estimada: 10.236 habitantes

Área	Atividade	Valor R\$
AGRICULTURA	Incentivo ao trabalhador rural - Programa FDR - Matrizes leiteiras	112.000,00
	Distribuição de sementes - Programa Troca - Troca	37.500,00
	Recurso para construção de galpão e aquisição de equip.	18.300,00
	Aplicações do Programa de Fomento à Produção Agropecuária	97.695,00
DESENV. SOCIAL	Convênio Prefeitura Municipal (auxílio natalidade e ou/ funeral)	2.456,00
EDUCAÇÃO	01 Kit audiovisual para Araújo Figueiredo	5.000,34
	02 Autolabor - Laboratórios Biologia e Ciências para 2 escolas	45.150,00
	24 Computadores para 2 escolas estaduais	66.096,48
	Equipamentos para Escola Tempo Integral 2 escolas	20.000,00
	01 kit cozinha industrial ambial para E.E.B. Dutra Bessa	50.000,00
	Programa Primeira Chance (5 alunos)	8.400,00
	Prodeme Geral repasse em Kg 2 escolas	7.708,20
	Prodeme EPI repasse em dinheiro 2 escolas	980,00
	Cursos de capacitação para professores das 2 escolas estaduais	1.200,00
	Convênio Transporte Escolar	58.405,00
CELESC	Ampliação de Rede Elétrica de Distribuição Urbana (RDU)	43.780,00
	Melhoria de Rede Elétrica de Distribuição Urbana	28.884,84
	Ampliação de Rede Elétrica de Distribuição Rural (RDR)	28.945,38
SAÚDE	Reforma e ampliação da Unidade de Saúde do Centro	43.780,00
	Assistência Farmacêutica Básica	28.884,84
	Programa Catarinense de Inclusão Social	28.945,38
TOTAL		799.614,84

Área	Atividade	Valor R\$
AGRICULTURA	Distribuição de sêmen holandes provenientes da Galicia	1.200,00
	Distribuição de calcário - Projeto Terra Boa	15.390,00
	Recurso para aquisição de ensiladeira	1.500,00
DESENV. SOCIAL	Convênio Ass. Núcleo Aprendizagem Ana Guedes	7.020,00
	03 Cadeiras de rodas, sendo 01 para a Apae	9.300,00
ASSIST. JUVENTUDE	Projeto Jovem Empreendedor	3.600,00
EDUCAÇÃO	Transporte escolar para alunos da rede pública	115.428,00
	Prodeme convencional repasse em kg para 2 escolas estaduais	30.093,96
	Prodeme convencional repasse em dinheiro 2 escolas estaduais	11.200,00
	Prodeme EPI repasse em dinheiro 2 escolas estaduais	12.400,00
	Prodeme Tempo Integral repasse em kg	13.743,08
	Programa Primeira Chance (7 alunos)	10.710,00
	Contratação de 13 serventes e 2 vigilantes nas 2 escolas	168.982,68
	Repasse de material de consumo e outros p/ 2 escolas estaduais	19.161,57
	Repasse de recursos manutenção e outros serviços p/ 2 escolas	2.060,00

Área	Atividade	Valor R\$
INFRA-ESTRUTURA	Canal de Drenagem	1.560,00
	Terraplanagem	240,00
CELESC	Ampliação de Rede Elétrica de Distribuição Urbana (RDU)	19.244,17
	Melhoria de Rede Elétrica de Distribuição Urbana	103.095,56
	Ampliação de Rede Elétrica de Distribuição Rural (RDR)	118.054,10
MICROBACIAS	Aquisição de veículo para auxiliar no programa Microbacias	15.000,00
	Aquisição de computador para auxiliar no programa Microbacias	2.750,00
SAÚDE	Término da Unidade de Saúde Águas Brancas	50.000,00
	Convênios para o Hospital - AIH's	3.086,68
	Assistência Farmacêutica Básica	31.068,00
SEG. PÚBLICA	Convênio para implantação de Programa de Liberdade Assistida	7.200,00
TOTAL		773.087,80

Área	Atividade	Valor R\$
AGRICULTURA	Crédito Fundiário	30.000,00
	Projetos aprovados no FDR (Fundo de Desenvolvimento Rural)	25.000,00
DESENV. SOCIAL	Convênio Ass. Núcleo Aprend Ana Guedes	7.020,00
EDUCAÇÃO	Reforma e ampliação da escola Manuel Dutra Bessa	735.418,38
	Reforma e ampliação Escola Araújo Figueiredo	794.229,20
	Transporte escolar para alunos da rede pública	97.560,00
	Prodeme convencional repasse em kg 2 escolas	39.901,98
	Prodeme convencional repasse em dinheiro 2 escolas	16.650,00
	Prodeme EPI repasse em dinheiro 2 escolas	7.657,00
	Projeto de paisagismo, urbanismo e meio ambiente	6.833,33
	Convênio APPs escolas estaduais	2.000,00
	Programa Primeira Chance (5 alunos)	7.920,00
	Contratação de 2 vigilantes e 16 serventes para 2 escolas	184.170,60
	Cursos de capacitação para professores das 2 escolas estaduais	12.600,00
	Repasse de mobiliário para as 2 escolas (2003/2004/2005)	118.255,00
	Repasse de equipamentos para as 2 escolas (2003/2004/2005)	8.925,00
	Repasse de recursos manutenção e outros serviços 2 escolas	7.166,40
	Repasse de materias de consumo 2 escolas	42.550,00
CULTURA	Projeto Festival de Inverno	18.000,00
	Projeto Filme a Lenda do Tesouro do Morro da Igreja	130.000,00
ESPORTE	Programa Segundo Tempo	11.400,00
	Capacitação Professores de Educação Física	600,00
	Alimentação Moleque Bom de Bola	1.584,00
	Material Esportivo para as duas escolas estaduais	3.000,00
INFRA-ESTRUTURA	Recurso para asfaltamento da Av. Adolfo Konder 1ª parcela	100.000,00
CELESC	Ampliação de rede elétrica de distribuição urbana (RDU)	28.142,71
	Melhoria de Rede Elétrica de Distribuição Urbana	22.881,17
	Ampliação de Rede Elétrica de Distribuição Rural (RDR)	167.600,88
	01 Alimentador	98.250,00
CASAN	Aquisição de veículo para Casan	27.556,19
MICROBACIAS	Projetos de melhorias para as famílias e capacitação de agricultores	131.353,66
SAÚDE	Aquisição de veículo	75.000,00
	Compra de equipamentos imobiliários - Unid. Saúde Águas Brancas	55.000,00
	Assistência Farmacêutica Básica	31.068,00
	Aquisição de Ambulância	80.000,00
	Recurso p/ construção da Unidade de Saúde Santa Terezinha	115.000,00
	Aquisição de Aparelho de Raio X e Revelador	110.000,00
TOTAL		3.350.293,50

Área	Atividade	Valor RS
DESENV. SOCIAL	Entrega 01 cadeira de rodas especial (Fundação Nova Vida)	2.300,00
EDUCAÇÃO	Quadra Coberta de Esportes com fechamento lateral	240.380,61
	Prodeme EPI repasse alimentos em kg (2 escolas) 1ª e 2ª remessa	9.770,10
	Prodeme EPI repasse alimentos em kg (2 escolas) 3ª e 4ª remessa	2.866,59
	Prodeme Convencional alimentos em kg (2 escolas) 1ª e 2ª remessa	8.948,24
	Prodeme Convencional alimentos em kg (2 escolas) 3ª e 4ª remessa	10.764,73
	Prodene EPI repasse de recursos (2 escolas) 1ª parcela	3.160,00
	Prodene Convencional repasse de recursos (2 escolas) 1ª parcela	3.800,00
	Distribuição de Uniformes escolares (1.229 conjuntos)	56.570,87
	1.100 Kits Escolares para alunos do Ensino Fundamental das 2 Unidades	17.538,03
	Transporte Escolar - 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª parcelas	86.048,12
	Repasse recursos do Fundo Social para Apae (4 parcelas)	15.685,58
	Repasse de material de informática para as 2 escolas	2.913,16
	Repasse de material de consumo para as duas escolas	9.454,51
ESPORTE	Capacitação Projeto Tênis Júnior na Escola	200,00
	Projeto Tênis Junior nas Escolas	3.280,00
INFRA-ESTRUTURA	Recursos para asfaltamento da Av. Adolfo Konder	350.000,00
	Convênio para recuperação de estradas e Pontes	120.000,00
CELESC	Ampliação de rede elétrica de distribuição rural (RDR)	56.314,71
	Ampliação e melhoria da rede elétrica rural e urbana (RDU)	7.789,19
CASAN	Reforma e pintura das instalações sede Casan	1.500,00
	Substituição da tubulação de água na Av. Adolfo Konder para Pav.	19.120,00
	Material para implantação de rede de esgoto na Av. Adolfo Konder	26.001,10
SAÚDE	Assistência Farmacêutica Básica	31.068,00
	2 Veículos para Saúde	50.000,00
	Unidade de Saúde Bairro da Esquina	120.000,00
	Equipamentos e mobiliários para Un. Saúde de Sta Terezinha	40.000,00
SEG. PÚBLICA	Aquisição de uma viatura (Meriva 0km)	49.300,00
TOTAL		1.344.773,54
TOTAL (2003-2006)		6.267.769,68

URUPEMA - População Estimada: 2.500 habitantes

Área	Atividade	Valor RS
DESENV. SOCIAL	IConvênio Prefeitura municipal (auxílio natalidade e ou funeral)	1.369,10
EDUCAÇÃO	01 Kit audiovisuais para E.E.B Manoel Pereira de Medeiros	5.000,34
	01 Autolabor - laboratório biologia e ciências E.E.B. Manoel P. Medeiros	22.575,00
	12 Computadores para E.E.B. Manoel P. Medeiros	33.048,24
	Equipamentos para Escola Tempo Integral	10.000,00
	Convênio para aquisição de veículo de transporte escolar	64.000,00
	Programa Primeira chance (3 alunos)	5.040,00
	Prodeme Geral repasse em Kg	3.408,66
	Prodeme EPI repasse em dinheiro	480,00
	Cursos de capacitação para professores da rede estadual	600,00
	Convênio transporte escolar	18.850,72
	Convênio educação infantil	3.982,68
CELESC	Ampliação de rede elétrica de distribuição urbana (RDU)	7.359,31
	Instalação de Equipamentos Especiais	248,19
SAÚDE	Assistência Farmacêutica Básica	1.520,40
TOTAL		177.234,45
Área	Atividade	Valor RS
AGRICULTURA	Incentivo ao trabalhador rural - Programa Banco da Terra	160.000,00
	Distribuição de sêmen holandes provenientes da Galícia	600,00
	Distribuição de calcário - Projeto Terra Boa	5.415,00
DESENV. SOCIAL	Aquisição de cadeira de rodas	2.000,00
ASSSIT. JUVENTUDE	Projeto Jovem Empreendedor	3.600,00

Área	Atividade	Valor R\$
EDUCAÇÃO	Transporte escolar para alunos da rede pública	28.170,00
	Prodeme convencional repasse em kg - EPI/Ambial 2 escolas	7.277,00
	Prodeme convencional repasse em dinheiro	3.700,00
	Prodeme EPI repasse em dinheiro 2 escolas	3.600,00
	Prodeme Tempo Integral repasse em Kg	4.938,18
	Programa Primeira chance (3 alunos)	4.590,00
	Contratação de 05 serventes	59.076,24
	Repassse de material consumo e outros p/ EEB Manoel P. Medeiros	5.258,29
	Repassse recursos manutenção e outros EEB Manoel P. Medeiros	529,00
ESPORTE	Alimentação e Jogos escolares Jogos de Santa Catarina	200,00
CELESC	Ampliação de rede elétrica de distribuição urbana (RDU)	43.750,01
	Melhoria de Rede Elétrica de Distribuição Urbana	24.505,28
	Ampliação de rede elétrica de distribuição rural (RDR)	26.376,031
MICROBACIAS	Aquisição de veículo para auxiliar no programa Microbacias	15.000,00
	Aquisição de computador para auxiliar no programa Microbacias	2.750,00
SAÚDE	Assistência Farmacêutica Básica	2.534,00
	Aquisição de ambulância	75.000,00
TOTAL		478.869,31

Área	Atividade	Valor R\$
PROJ. MEU LUGAR	Curso profissionalizante de artesanato	3.000,00
	Capacitação para elaboração de projetos culturais	2.000,00
SDR	Força Tarefa	20.000,00
AGRICULTURA	Crédito Fundiário	300.000,00
COHAB	Casas Populares rurais - 13 unidades	117.000,00
	Casas Populares urbanas - 2 unidades	14.000,00
DESENV. SOCIAL	Aquisição máq.de fraldas para Núcleo Assist. Social Lavinia Amorim	10.000,00
	Aquisição de cadeira de rodas	300,00
	Projeto auxílio gestantes	4.000,00
	Doação de 80 edredons	4.000,00
EDUCAÇÃO	PRODEME convencional EPI/Ambial repasse em kg	12.106,79
	PRODEME convencional repasse em dinheiro	5.850,00
	PRODEME EPI repasse em dinheiro	5.537,00
	Transporte escolar para alunos da rede pública	36.880,00
	Equipamentos para biblioteca da E.E.B. Manoel Pereira de Medeiros	1.741,00
	Reforma e ampliação da escola Manoel Pereira de medeiros	434.945,44
	Ampliação de três salas de aula na EEB Manoel Pereira de Medeiros	138.895,13
	Reforma do Ginásio de Esportes EEB Manoel Pereira de Medeiros	145.562,32
	Convênio APP EEB Manoel Pereira de Medeiros	1.000,00
	Projeto de paisagismo, urbanismo e meio ambiente	6.833,33
	Convênio Educação Infantil	2.504,00
	Convênio APP Escola Municipal Cedro	2.000,00
	Programa Primeira chance (2 alunos)	3.600,00
	Contratação de 6 serventes	72.595,80
	Curso capacitação para professores de séries iniciais	1.540,00
	Repassse de mobiliário para E.E.B. Manoel P. Medeiros (03/04/05)	34.700,00
	Repassse de equipamentos para E.E.B. Manoel P Medeiros (03/04/05)	1.935,00
	Repassse recursos manutenção e outros EEB Manoel P. Medeiros	1.843,00
CULTURA	Projeto Grupos etnias de danças	39.000,00
ESPORTE	Programa Segundo Tempo	11.400,00
	Transporte e alimentação de alunos para jogos escolares	3.197,72
	Curso de capacitação professor de Educ. Física	500,00
	Material esportivos para EEB Manoel Pereira de Medeiros	1.500,00
INFRA-ESTRUTURA	Convênio Prefeitura para manutenção de rodovias municipais	26.032,00
	Projeto pavimentação asfáltica da SC 439	116.842,65
CELESC	Ampliação de rede elétrica de distribuição urbana (RDU)	6.844,53
	Melhoria de Rede Elétrica de Distribuição Urbana	17.689,69
	Ampliação de rede elétrica de distribuição rural (RDR)	41.198,56
MICROBACIAS	Projeto Microbacias	101.181,15
SAÚDE	Aquisição de equipamentos	37.500,00
	Assistência Farmacêutica Básica	2.534,00
TOTAL		1.800.765,11

Área	Atividade	Valor RS
DESENV. SOCIAL	Entrega cadeira de rodas especial - Fundação Nova Vida	2.300,00
EDUCAÇÃO	302 Kits Escolares para alunos do Ensino Fundamental	4.771,60
	Prodeme EPI repasse alimentos em kg (2 escolas) 1ª e 2ª remessa	1.735,91
	Prodeme EPI repasse alimentos em kg (2 escolas) 3ª e 4ª remessa	910,64
	Prodeme Convencional alimentos em kg (2 escolas) 1ª e 2ª remessa	2.263,44
	Prodeme Convencional alimentos em kg (2 escolas) 3ª e 4ª remessa	2.632,16
	Prodene EPI repasse de recursos (2 escolas) 1ª parcela	560,00
	Prodene Convencional repasse cde recursos (2 escolas) 1ª parcela	1.300,00
	Repasse recursos do Fundo Social para Apae (4 parcelas)	5.279,78
	Transporte Escolar (1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª parcelas)	35.304,45
	Distribuição de Uniformes Escolares (317 conjuntos)	14.591,51
	Kit Projeto Ambial para EEB Manoel P. de Medeiros	50.000,00
	Repasse material de informática para EEB Manoel P. de Medeiros	810,17
	Repasse material de consumo para EEB Manoel P. de Medeiros	2.625,89
	Convênio Educação Infantil	2.008,00
	Construção de quadra de esportes de areia	47.742,36
INFRA-ESTRUTURA	Convênio Recuperação de Pontes	80.000,00
	Convênio Recuperação de Estradas	120.000,00
CELESC	Melhoria, ampliação e rural	248,27
ESPORTE	Curso de Capacitação Projeto Tênis Júnior nas Escolas	150,00
	Projeto Tênis Júnior nas Escolas	3.280,00
SAÚDE	Assistência Farmacêutica Básica	2.534,04
	Aquisição de um veículo para transporte de pacientes	60.000,00
SEG. PÚBLICA	Reaparelhamento Policia militar	8.000,00
TOTAL		449.048,22
TOTAL (2003-2006)		2.905.917,09

RIO RUFINO - População Estimada: 2.405 habitantes

Área	Atividade	Valor RS
AGRICULTURA	Distribuição de sementes - Programa Troca troca	5.000,00
DESENV. SOCIAL	Programa Catarinense de Inclusão Social	18.500,00
	Convênio Prefeitura Municipal auxílio natalidade e ou funeral	1.182,00
EDUCAÇÃO	01 Kit audiovisuais para E.E.B Djalma Bento	5.000,34
	01 Autolabor - laboratório biologia e ciências E.E.B. Djalma Bento	22.575,00
	Convênio para aquisição de veículo de transporte escolar	64.000,00
	Convênio para contrução de quadra poliesportiva	30.000,00
	12 Computadores para E.E.B. Djalma Bento	33.048,24
	Equipamentos para Escola Tempo Integral	10.000,00
	Programa Primeira chance (3 alunos)	5.040,00
	Prodeme Geral repasse em Kg	3.226,00
	Prodeme EPI repasse em dinheiro	480,00
	Cursos de capacitação para professores da rede estadual	600,00
	Convênio Transporte escolar	29.510,00
	Convênio Educação Infantil	11.948,00
INFRA-ESTRUTURA	Destoca da SC- 427	6.109,70
	Obras em estradas	4.113,90
	Terraplanagem	749,60
CELESC	Ampliação de rede elétrica de distribuição urbana (RDU)	5.739,73
	Melhoria de Rede Elétrica de Distribuição Urbana	8.297,63
	Ampliação de rede elétrica de distribuição rural (RDR)	10.159,79
SAÚDE	Assistência Farmacêutica Básica	1.505,40
TOTAL		276.785,33

Área	Atividade	Valor RS
AGRICULTURA	Distribuição de sêmen holandês provenientes da Galícia	1.500,00
	Distribuição de calcário - Projeto Terra Boa	4.275,00
ASSIST. JUVENTUDE	Projeto Jovem Empreendedor	3.600,00

Área	Atividade	Valor R\$
EDUCAÇÃO	Prodeme convencional repasse em kg - EPI/Ambial	6.876,00
	Prodeme convencional repasse em dinheiro	3.700,00
	Prodeme EPI repasse em dinheiro	4.360,00
	Prodeme Tempo Integral repasse em Kg	3.883,62
	Transporte escolar para alunos da rede pública	47.605,00
	Programa Primeira chance (2 alunos)	3.060,00
	Contratação de 5 serventes	50.817,00
	Repasso material de consumo e outros E.E.B. Djalma Bento	5.071,99
	Repasso recurso manutenção e outros serviços E.E.B. Djalma Bento	591,00
ESPORTE	Alimentação Jogos escolares de Santa Catarina	200,00
INFRA-ESTRUTURA	Pavimentação da SC-427 - Rio Rufino a BR- 282	9.000.000,00
	Destoca SC-427	653,60
	Obras em estradas	3.061,60
MICROBACIAS	Aquisição de 1 computador para auxiliar no programa Microbacias	2.750,00
CELESC	Ampliação de rede elétrica de distribuição urbana (RDU)	7.527,00
	Melhoria de Rede Elétrica de Distribuição Urbana	40.000,00
	Ampliação de rede elétrica de distribuição rural (RDR)	25.301,56
SAÚDE	Assistência Farmacêutica Básica	9.845,37
	Aquisição de ambulância	25.035,21
SEG. PÚBLICA	Reforma e ampliação - Delegacia de Rio Rufino	75.000,00
TOTAL		9.324.713,95

Área	Atividade	Valor R\$
AGRICULTURA	Crédito Fundiário	40.000,00
	Escola de Artesanato de Vime	280.000,00
DESENV. SOCIAL	Curso profissionalizante de artesanato	3.200,00
EDUCAÇÃO	Prodeme Convencional - EPI/Ambial repasse em kg	9.917,32
	Prodeme Convencional repasse em dinheiro	4.500,00
	Prodeme EPI repasse em dinheiro	1.480,00
	Transporte escolar para alunos da rede pública	56.562,00
	Reforma e ampliação da escola Djalma Bento	246.716,88
	Projeto de paisagismo, urbanismo e meio ambiente	6.833,33
	Convênio Educação Infantil	3.400,00
	Convênio APP EEB Djalma Bento	1.000,00
	Programa Primeira chance (2 alunos)	3.600,00
	Contratação de 5 serventes	57.395,16
	Repasso de mobiliário E.E.B. Djalma Bento (2003/04/05)	23.680,00
	Reforma da Cobertura e Rede Elétrica da E.E.B. Djalma Bento	2.000,00
	Repasso recurso manutenção e outros serviços E.E.B. Djalma Bento	2.054,40
	Repasso material consumo E.E.B. Djalma Bento	12.198,00
ESPORTE	Programa Segundo Tempo	11.400,00
	Transporte e alimentação de alunos para jogos escolares	1.103,00
	Curso de capacitação professores de Educ. Física	800,00
	Material de Esporte para EEB Djalma Bento	1.500,00
CELESC	Ampliação de rede elétrica de distribuição rural (RDR)	72.847,15
MICROBACIAS	Projeto Microbacias	117.968,71
SAÚDE	Assistência Farmacêutica Básica	7.527,00
	Veículo para transporte de pacientes	75.000,00
	Aquisição de veículo para transporte de paciente	25.000,00
TOTAL		1.067.682,95

Área	Atividade	Valor R\$
EDUCAÇÃO	Transporte Escolar (1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª parcelas)	43.740,88
	328 Kits Escolares para alunos do Ensino Fundamental	5.182,40
	Distribuição de Uniformes escolares (337 conjuntos)	15.512,11
	Prodeme EPI repasse alimentos em kg (2 escolas) 1ª e 2ª remessa	1.861,46
	Prodeme EPI repasse alimentos em kg (2 escolas) 3ª e 4ª remessa	681,46
	Prodeme Convencional alimentos em kg (2 escolas) 1ª e 2ª remessa	2.677,50
	Prodeme Convencional alimentos em kg (2 escolas) 3ª e 4ª remessa	2.800,19
	Prodene EPI repasse de recursos (2 escolas) 1ª parcela	600,00
	Prodene Convencional repasse cde recursos (2 escolas) 1ª parcela	1.300,00
	Repasso de material de informática para a EEB Djalma Bento	901,47
	Repasso de material de consumo para a EEB Djalma Bento	2.925,47
	Convênio Educação Infantil	3.800,00

Área	Atividade	Valor RS
ESPORTE	Curso de Capacitação de Professores Educação Física	700,00
CELESC	Melhoria, ampliação e rural	52.187,13
SAÚDE	Assistência Farmacêutica Básica	7.527,00
TOTAL		142.397,07
TOTAL (2003-2006)		10.811.579,30

BOM RETIRO - População Estimada: 7.967 habitantes

Área	Atividade	Valor RS
AGRICULTURA	Aplicações do Programa de Fomento à Produção Agropecuária	15.000,00
EDUCAÇÃO	01 Kit audiovisuais para E.E.B Alexandre de Gusmão	5.000,34
	01 Autolabor - laboratório biologia e ciências E.E.B. Alexandre de Gusmão	22.575,00
	2 Computadores para E.E.B. Alexandre de Gusmão	5.508,04
	Equipamentos para Escola Tempo Integral	10.000,00
	Programa Primeira chance (3 alunos)	5.040,00
	Prodeme geral repasse Kg	4.593,00
	Prodeme EPI repasse em dinheiro	600,00
	Cursos de capacitação para professores da rede estadual	600,00
	Convênio Transporte Escolar	46.555,00
INFRA-ESTRUTURA	Pavimentação rua Carlos Werner (Parte do Governo)	50.000,00
CELESC	Ampliação de rede elétrica de distribuição urbana (RDU)	47.912,87
	Melhoria de Rede Elétrica de Distribuição Urbana	130.909,00
	Ampliação de rede elétrica de distribuição rural (RDR)	21.793,49
SUBVENÇÃO	Associação de Assistência à Criança	2.000,00
	Associação de Idosos Maria Mariana	1.000,00
SAÚDE	Assistência Farmacêutica Básica	4.885,80
SEG. PÚBLICA	Reforma e ampliação - Delegacia de Bom Retiro	150.000,00
TOTAL		9.324.713,95

Área	Atividade	Valor RS
AGRICULTURA	Incentivo ao trabalhador rural - Programa Banco da Terra	80.000,00
	Distribuição de sêmen holandês provenientes da Galícia	1.200,00
	Distribuição de calcário - Projeto Terra Boa	9.690,00
ASSIST. JUVENTUDE	Projeto Jovem Empreendedor	3.600,00
EDUCAÇÃO	Transporte escolar para alunos da rede pública	58.590,00
	Prodeme EPI repasse em dinheiro	2.240,00
	Prodeme Tempo Integral repasse em Kg	3.788,98
	Programa Primeira chance (4 alunos)	7.920,00
	Contratação de 1 vigilante e sete serventes	90.717,00
	Repasse material consumo e outros E.E.B. Alexandre de Gusmão	15.465,33
	Repasse recursos manutenção E.E.B. Alexandre de Gusmão	1.548,00
ESPORTE	Alimentação de Jogos Escolares	400,00
MICROBACIAS	Aquisição de veículo para auxiliar no programa Microbacias	15.000,00
	Aquisição de computador para o programa Microbacias	2.750,00
CELESC	Ampliação de Rede elétrica de distribuição urbana (RDU)	53.371,41
	Melhoria de Rede Elétrica de Distribuição Urbana	70.930,60
	Ampliação de Rede elétrica de distribuição rural (RDR)	20.868,61
SAÚDE	Aquisição de veículo para transporte de pacientes	75.000,00
	Reforma e ampliação do posto de saúde	40.000,00
	Custeio do hospital	20.000,00
	Assistência Farmacêutica Básica	8.143,00
	Hospital - Laudos AIH's	11.278,90
SEG. PÚBLICA	Convênio para implantação de programa de liberdade assistida	7.200,00
TOTAL		599.701,83

Área	Atividade	Valor R\$
AGRICULTURA	Projetos Aprovados do FDR	41.400,00
	Crédito Fundiário	280.000,00
DESENV. SOCIAL	Obtenção de cadeira de rodas	2.500,00
EDUCAÇÃO	Transporte escolar para alunos da rede pública	56.300,00
	Prodeme convencional EPI/ambial repasse em Kg	26.450,47
	Prodeme convencional repasse em dinheiro	9.000,00
	Prodeme EPI repasse em dinheiro	2.320,00
	Projeto de paisagismo, urbanismo e meio ambiente	6.833,33
	Convênio APP EEB Alexandre de Gusmão	1.000,00
	Ampliação da E.E.B. Alexandre de Gusmão	159.092,09
	Programa Primeira chance (2 alunos)	3.600,00
	Contratação de 1 vigilante e 7 serventes	104.662,32
	Repasse de mobiliário para EEB Alexandre de Gusmão (2003/04/05)	50.305,00
	Repasse de equipamento para EEB Alexandre de Gusmão (2003/04/05)	445,00
	Repasse recursos manutenção EEB Alexandre de Gusmão	5.385,60
	Repasse materiais de consumo EEB Alexandre de Gusmão	31.977,00
ESPORTE	Programa Segundo Tempo	11.400,00
	Transporte e alimentação de alunos para jogos escolares	1.400,00
	Curso de Capacitação Professores de Educação Física	1.000,00
	Material de esporte para EEB Alexandre de Gusmão	1.500,00
CELESC	Ampliação de rede elétrica de distribuição urbana (RDU)	16.139,90
	Ampliação de rede elétrica de distribuição rural (RDR)	189.772,25
	Instalação de equipamentos especiais	360,83
CASAN	Aquisição de veículo	27.556,19
MICROBACIAS	Microbacias	157.691,54
SAÚDE	Aquisição de veículo	40.000,00
	Imobiliário	30.000,00
	Assistência Farmacêutica Básica	8.143,00
	Aquisição de Veículo para transporte de pacientes	75.000,00
	Reforma e Ampliação da Unidade de Saúde do Bairro São José	80.000,00
TOTAL		1.421.234,52

Área	Atividade	Valor R\$
EDUCAÇÃO	Transporte Escolar (1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª parcelas)	61.633,32
	Repasse recursos do Fundo Social para Apae (4 parcelas)	19.643,18
	787 Kits Escolares para alunos do Ensino Fundamental	12.434,30
	Doação de 200 conjunto de carteiras escolares para escola municipal	28.200,00
	Distribuição de Uniformes (954 conjuntos)	43.912,62
	Prodeme EPI repasse alimentos em kg 1ª e 2ª remessa	1.591,22
	Prodeme EPI repasse alimentos em kg 3ª e 4ª remessa	654,14
	Prodeme Convencional alimentos em kg 1ª e 2ª remessa	6.787,02
	Prodeme Convencional alimentos em kg 3ª e 4ª remessa	7.907,03
	Prodene EPI repasse de recursos 1ª parcela	520,00
	Prodene Convencional repasse cde recursos 1ª parcela	2.000,00
	Repasse de material de informática para EEB Alexandre de Gusmão	2.388,00
	Repasse de material de consumo para EEB Alexandre de Gusmão	7.749,60
	Reforma do Ginásio de Esportes da EEB Alexandre de Gusmão	144.444,44
ESPORTE	Curso Fórum Internacional	300,00
	Curso de Capacitação Projeto Tênis Júnior nas Escolas	150,00
	Projeto Tênis Júnior nas Escolas	3.280,00
CASAN	Recuperação do reservatório de água	19.212,23
	Reforma e limpeza da barragem do Morro da Cruz	4.080,00
	Automatização da ETA	10.000,00
	Instalação de booster para reforço de abast. p/ partes altas da cidade	13.000,00
CELESC	Melhoria, ampliação e rural	22.675,54
SAÚDE	Assistência Farmacêutica Básica	8.142,96
TOTAL		420.705,60
TOTAL (2003-2006)		2.965.614,49

BOM JARDIM DA SERRA - População Estimada: 4.056 habitantes

Área	Atividade	Valor R\$
DESENV. SOCIAL	Programa Catarinense de Inclusão Social	6.889,84
	Convênios Prefeitura Municipal	34.500,00
EDUCAÇÃO	Cursos de capacitação para professores da rede estadual	600,00
	01 Kit audiovisuais para E.E.B Adolfo José Martins	5.000,34
	01 Autolabor - laboratório biologia e ciências E.E.B. Adolfo José Martins	22.575,00
	12 Computadores para E.E.B. adolfo José Martins	33.048,24
	Equipamentos para Escola Tempo Integral	10.000,00
	Programa Primeira chance (3 alunos)	5.040,00
	Prodeme geral repasse em Kg	3.888,90
	Prodeme EPI repasse em dinheiro	900,00
	Convênio Transporte escolar	101.040,00
INFRA-ESTRUTURA	Pavimentação da Av Ivo Silveira (parte do Governo)	58.000,00
CELESC	Ampliação de rede elétrica de distribuição urbana (RDU)	58.029,06
	Melhoria de Rede Elétrica de Distribuição Urbana	47.172,89
	Ampliação de rede elétrica de distribuição rural (RDR)	42.787,12
MICROBACIAS	Aquisição de um computador para auxiliar Programa Microbacias	2.750,00
SAÚDE	Aquisição de ambulância	75.000,00
	Assistência Farmacêutica Básica	2.442,00
TOTAL		509.663,39
Área	Atividade	Valor R\$
AGRICULTURA	Distribuição de sêmen holandês provenientes da Galícia	300,00
	Distribuição de calcário - Projeto Terra Boa	9.690,00
DESENV. SOCIAL	Curso profissionalizante de artesanato	3.200,00
EDUCAÇÃO	Prodeme convencional repasse em kg - EPI/Ambial	15.826,26
	Prodeme convencional repasse em dinheiro	6.400,00
	Prodeme EPI repasse em dinheiro	6.400,00
	Prodeme Tempo Integral repasse em Kg	7.128,42
	Transporte escolar para alunos da rede pública	111.089,40
	Programa Primeira chance (3 alunos)	4.590,00
	Contratação de 6 serventes	67.977,00
	Repassse material consumo e outros p/ E.E.B. Adolfo José Martins	14.041,92
	Repassse recursos manutenção p/ E.E.B. Adolfo José Martins	978,00
	Projeto Paisagismo e Jardinagem	6.883,33
ASSIST. JUVENTUDE	Projeto Jovem Empreendedor	7.200,00
CULTURA	"Concertos Matinais"	50.000,00
ESPORTE	Alimentação Jogos Escolares	6.200,00
INFRA-ESTRUTURA	Ponte sobre o rio Baú	35.000,00
CELESC	Ampliação de rede elétrica de distribuição urbana (RDU)	22.106,06
	Melhoria de Rede Elétrica de Distribuição Urbana	12.875,95
	Ampliação de rede elétrica de distribuição rural (RDR)	83.766,87
SAÚDE	Hospital - Laudos e AIH's	5.749,69
	Assistência Farmacêutica Básica	12.100,00
SEG. PÚBLICA	Aquisição de veículo	70.000,00
TOTAL		559.502,90
Área	Atividade	Valor R\$
DESENV. SOCIAL	Curso profissionalizante de artesanato	3.000,00
EDUCAÇÃO	Programa Primeira chance (4 alunos)	6.400,00
	Prodeme - Alimentos não perecíveis EEB Adolfo José Martins	2.715,30
	Prodeme EPI repasse em dinheiro	1.665,00
	Reforma e ampliação da escola Adolfo José Martins	301.850,92
	Tratamento de Esgoto, rede elétrica e pintura EEB Adolfo J. Martins	123.800,00
	Transporte escolar para alunos da rede pública	77.671,00
	Transporte escolar para alunos da rede pública	80.000,00
	Repassse de mobiliário EEB Adolfo José Martins (2003/04/05)	52.920,00
	Repassse de equipamentos EEB Adolfo José Martins (2003/04/05)	2.345,00
	Contratação de 7 serventes	8.475,56
	Repassse recursos manutenção EEB Adolfo José Martins	3.398,40
	Repassse material consumo EEB Adolfo José Martins	20.178,00

Área	Atividade	Valor R\$
CULTURA	Projeto Informações turísticas (Lei de incentivo à cultura)	30.000,00
ESPORTE	Programa Segundo Tempo	20.800,00
	Transporte e alimentação de alunos para jogos escolares	11.350,00
	Curso de Capacitação professores de Educação Física	800,00
	Repasso de material esportivo para escola	1.500,00
INFRA-ESTRUTURA	Recuperação da estrada Vista Alegre a Varginha	100.000,00
	Convênio para manutenção de Rodovias municipais	130.000,00
	Pavimentação do Pátio da Cooperbom	134.442,00
	Recursos Abrigo de Passageiros	32.000,00
CELESC	Ampliação de rede elétrica de distribuição urbana (RDU)	96.948,44
	Melhoria de Rede Elétrica de Distribuição Urbana	4.806,96
	Ampliação de rede elétrica de distribuição rural (RDR)	53.697,08
	1 alimentador	81.684,06
MICROBACIAS	Projeto Microbacias	104.702,20
SAÚDE	Assistência Farmacêutica Básica	12.100,00
	Aquisição de veículo	75.000,00
	Consultório odontológico	12.000,00
SEG. PÚBLICA	Polícia Militar Rodoviária e mirante da Serra do Rio do Rastro	634.000,00
TOTAL		2.290.249,92

Área	Atividade	Valor R\$
AGRICULTURA	1ª Expobom - Feira Agropecuária	45.000,00
	FDR - Matrizes leiteiras	100.000,00
DESENV. SOCIAL	Distribuição de cobertores (200)	4.000,00
	Distribuição de sardinha em conserva	16.500,00
	Entrega de cadeira de rodas especial - Fundação Nova Vida	900,00
EDUCAÇÃO	542 Kits Escolares para alunos do Ensino Fundamental	8.563,60
	Doação de 100 conj. de carteiras escolar para E.B.M. São Jerônimo	14.100,00
	Prodeme EPI repasse alimentos em kg 1ª e 2ª remessa	3.712,10
	Prodeme EPI repasse alimentos em kg 3ª e 4ª remessa	1.092,76
	Prodeme Convencional alimentos em kg 1ª e 2ª remessa	4.700,56
	Prodeme Convencional alimentos em kg 3ª e 4ª remessa	5.143,87
	Distribuição de Uniformes Escolares (620 conjuntos)	28.538,60
	Prodene EPI repasse de recursos 1ª parcela	1.200,00
	Prodene Convencional repasse de recursos 1ª parcela	2.000,00
	Transporte Escolar - 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª parcelas	107.316,00
	Repasso recursos do Fundo Social para Apae (4 parcelas)	7.563,88
	Repasso de material de informática para EEB Adolfo José Martins	1.707,42
	Repasso de material de consumo para EEB Adolfo José Martins	5.540,96
ESPORTE	Curso de Capacitação professores de Educação Física	350,00
	Curso de Capacitação Projeto Tênis Júnior nas Escolas	150,00
	Projeto Tênis Júnior nas Escolas	3.280,00
INFRA-ESTRUTURA	Recursos para recuperação de estradas e pontes	75.000,00
CELESC	Melhoria, Ampliação e rural	29.676,78
CASAN	Reforma das instalações	9.110,00
	Substituição da rede entrada Parque de Exposições	4.000,00
SAÚDE	Assistência Farmacêutica Básica	12.210,00
	Repasso de aparelho ultra-sonografia	54.000,00
SEG. PÚBLICA	Aquisição de viatura (Meriva 0 km)	49.300,00
	Delegacia de Polícia	218.368,54
SDR	Força Tarefa	15.000,00
TOTAL		828.025,07

TOTAL (2003-2006) **4.187.441,28**

TOTAL GERAL - REGIONAL DE SÃO JOAQUIM **51.609.544,94**

Município

Valor total investimentos período 2003-2006

São Joaquim	24.471.223,10
Urubici	6.267.769,68
Urupema	2.905.917,09
Rio Rufino	10.811.579,30
Bom Retiro	2.965.614,49
Bom Jardim da Serra	4.187.441,28

TOTAL

51.609.544,94

AÇÕES REGIONAIS

Área	Atividade	Valor R\$
AGRICULTURA	Projeto de Floricultura de Clima Temperado	490.000,00
EDUCAÇÃO	Reformas de dois Centros Sociais para implantação dos Nep's	170.000,00
EDUCAÇÃO	Projeto de Floricultura de Clima Temperado / Paisagismo	61.240,00
EDUCAÇÃO	Impl. do curso técnico profis. de nível médio de Vitivinicultura	1.000.000,00
EDUCAÇÃO	Implantação do CAM - Centro Musical	44.000,00
INFRA- ESTRUT.	Aeroporto Regional	9.000.000,00
SANEAMENTO	Esgoto Sanitário de São Joaquim	7.100.000,00
INFRA-ESTRUTURA	Camínhos da Neve - SC 430	39.000.000,00
INFRA-ESTRUTURA	Pav. Asf. da SC 439 - que Urubici à Serra do Corvo Branco	33.000.000,00
TOTAL		89.865.240,00

Fonte: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de São Joaquim, 2006